

Faculdade de Economia, Universidade do Porto
Master in International Economics and Management

**A Importância da Geopolítica nas Decisões de
Localização Internacional: O Caso Russo e
Polaco**

Mariana Gonçalves Dias

Maio, 2011

Orientador: Aurora A.C. Teixeira

Agradecimentos

Se eu existisse no Mundo como um ser isolado não teria conseguido cumprir esta etapa da minha vida. Porque sou feita de todos aqueles que me rodeiam e ajudam a construir cada um dos meus dias, deixo aqui os meus mais profundos agradecimentos.

À Prof. Aurora Teixeira, orientadora de tese, pela motivação e cuidado constante durante estes meses de trabalho, pelas sugestões, ideias e correcções que o enriqueceram e pelo profissionalismo demonstrado, tão necessário quanto raro nos nossos dias;

À minha Mãe e ao meu Pai que são o meu porto seguro e que me ensinaram a acreditar que não existem barreiras que não possam ser ultrapassadas com trabalho, dedicação e educação;

À minha Irmã e ao meu Avô que, tão diferentes na idade, foram iguais no apoio incansável e compreensão ao longo destes meses;

Ao Filipe, meu melhor amigo e companhia de sempre, que com carinho e preocupação nunca duvidou da minha capacidade de terminar este trabalho, mesmo quando eu própria o fiz;

À minha família e aos meus amigos, que me acompanharam e motivaram continuamente.

Bem hajam.

Resumo

Amplamente estudada na área das Relações Internacionais, a Geopolítica permanece uma disciplina pouco abordada pelos autores da Economia Internacional e *International Business* (IB). Embora as suas interligações, que assentam essencialmente numa base comum geografia e *location*, possam ser facilmente compreendidas, a literatura sobre a temática da influência dos aspectos geopolíticos sobre a economia internacional e IB é escassa. Este trabalho apresenta uma proposta de investigação sobre o tema, com o objectivo de responder à questão-chave: ‘Qual a importância da geopolítica nas decisões de localização internacional?’. Utilizando como estudos de caso a Federação Russa e a Polónia pretendemos traçar em termos comparativos as suas situações geopolíticas, de forma a posteriormente podermos aferir se estas estão ou não relacionada com o nível de Investimento Directo Estrangeiro (IDE) recebido por estes países. Assim, usando uma metodologia que combina aspectos qualitativos (factores geopolíticos) e aspectos quantitativos (dados estatísticos), adequada à multidisciplinaridade inerente ao trabalho proposto, concluímos que para, os dois países em estudo, se verificam conexões entre os vários Factores Geopolíticos de Poder estáveis, variáveis e produtos de interacção e o volume, origem e distribuição de IDE recebido por estes países. O presente trabalho acentua a relação firme entre as disciplinas Geopolítica e Economia e Gestão Internacional, baseada no seu campo de estudo comum e no elemento estratégico, contribuindo para a lacuna existente na literatura referente a estas problemáticas.

Palavras-chave: Geopolítica; Negócios Internacionais; mercados para internacionalização; decisões de localização; Rússia; Polónia.

JEL-Codes: F59

Abstract

While extensively studied in the International Relations field, Geopolitics remains poorly recognized from the International Economics and International Business (IB) authors. Although there is a connection and a common basis between geopolitical aspects and IB through geography and location, literature on this thematic is somehow scarce. This study provides us the opportunity to contribute to this literature gap, aiming to answer to the question ‘Which is the importance of geopolitical factors on international location decisions?’. We use the examples of Russian Federation and Poland as comparative study cases, formulating their geopolitical situation and then trying to realize if this is linked to the received Foreign Direct Investment (FDI) levels by these countries. Applying an hybrid methodology which combine qualitative (geopolitical factors) and quantitative (statistic data) analyses, we try to ensure the multidisciplinary of our theme and reach more robust answers to our main question. We conclude that, for the two countries in analysis, there is a connection between the Geopolitical Factors (stable, variable and interaction products) and the volume, origin and distribution of FDI received by these countries. Having in mind the common studyfield and strategic thinking between the subjects of Geopolitics and International Business, the present work contributes to the lack of existing literature in this matter.

Keywords: Geopolitics; International Business; international markets; international location decision; Russia; Poland

JEL-Codes: F59.

Conteúdos

Agradecimentos	i
Resumo	ii
Abstract.....	iii
Índice de Tabelas.....	vi
Índices de Figuras	vii
Introdução.....	1
Capítulo 1. A geopolítica e as relações económicas internacionais. Uma revisão da literatura	5
1.1. Considerações iniciais.....	5
1.2. Geopolítica e geoeconomia: lógicas iguais num mundo diferente.....	5
1.3. A importância da geografia para a economia internacional.....	9
1.4. Geopolítica e <i>International Business</i> . Que ligação?	15
Capítulo 2. A importância da situação geopolítica nas decisões de localização internacional. Considerações metodológicas.....	17
2.1. Considerações iniciais.....	17
2.2. Questão de investigação e metodologia adoptada.....	17
2.3. Justificação para a selecção dos casos de estudo: Rússia e Polónia.....	18
2.4. Detalhe do processo de recolha e tratamento da informação e dados secundários.....	19
Capítulo 3. A importância da situação geopolítica nas decisões de localização internacional: os casos da Rússia e da Polónia.....	21
3.1. Considerações iniciais.....	21
3.2. Evolução do IDE entre 1990 e 2010 na Polónia e Rússia.....	21
3.3. Factores geopolíticos e IDE: o caso Russo	24
3.3.1. Factores estáveis.....	24
3.3.2. Factores variáveis.....	47

3.3.3. Produtos de interacção	60
3.3.4. Síntese do caso Russo: IDE e factores geopolíticos.....	66
3.4. Factores geopolíticos e IDE: o caso Polaco	69
3.4.1. Factores estáveis.....	69
3.4.2. Factores variáveis.....	82
3.4.3. Produtos de interacção	89
3.4.4. Síntese do caso Polaco: IDE e factores geopolíticos	94
3.5. Análise comparativa dos casos Russo e Polaco	96
3.5.1. Factores estáveis.....	96
3.5.2. Factores variáveis.....	99
3.5.3. Produtos de interacção	101
Conclusões.....	103
Referências.....	109

Índice de Tabelas

Tabela 1: Factores geopolíticos de poder.....	8
Tabela 2: Resumo das perspectivas teóricas da economia sobre a importância da <i>location</i> nas decisões de internacionalização de empresas.	11
Tabela 3: Factores geopolíticos de Poder.....	20
Tabela 4: Proporção de quilómetros de vias de transporte na Rússia Europeia e na Rússia Asiática, em percentagem.....	43
Tabela 5: Tempo de transporte entre Busan (Coreia do Sul) / Kobe (Japão) / Shanghai (China) e Hamina (Finlândia), em dias	45
Tabela 6: Tipo de países segundo a sua estrutura social, política e económica.....	57
Tabela 7: Índice de Percepção de Corrupção, 1996-2010.....	58
Tabela 8: Alguns indicadores tecnológicos e de inovação da Rússia versus EUA e Israel	61
Tabela 9: Quadro resumo da ligação ‘factores geopolíticos’ e ‘IDE’: Rússia, 1990-2010	68
Tabela 10: Alguns indicadores tecnológicos e de inovação da Polónia versus alguns países da UE, ECL, EUA e Israel	90
Tabela 11: Quadro resumo da ligação ‘factores geopolíticos’ e ‘IDE’: Polónia, 1990- 2010.....	95
Tabela 12: Síntese comparativa dos casos Russo e Polaco.....	97

Índices de Figuras

Figura 1: Estrutura da metodologia de investigação	19
Figura 2: IDE como percentagem do PIB, 1990-2009.....	23
Figura 3: Rússia: Densidade populacional, Ecúmene, Território Nacional Efectivo e anecúmene	25
Figura 4: Distribuição regional do <i>stock</i> de IDE russo, 1993-2005, em milhões de USD	26
Figura 5: Distribuição do <i>permafrost</i> em território russo	29
Figura 6: A região Ártica.....	30
Figura 7: Localização geográfica do enclave de Caliningrado	32
Figura 8: Portos marítimos russos.....	36
Figura 9: Mar Báltico e países circundantes, em 1989 e 2010.....	37
Figura 10: A <i>Trans Siberian Railway</i> (traçada a vermelho)	44
Figura 11: Percentagem de população com idades entre os 25 e os 64 anos, com educação de nível superior (2008)	48
Figura 12: Share de importações de gás natural russo na Europa.....	53
Figura 13: Sistema russo de <i>pipelines</i> de transporte de gás natural e petróleo	55
Figura 14: Percepção da distribuição de corrupção	58
Figura 15: Perfil do sector tecnológico e de investigação na Rússia, face à média dos restantes países	61
Figura 16: Financiamento estrangeiro em I&D, 1994-2006, em percentagem da despesa bruta em I&D	62
Figura 17 Polónia: Densidade populacional, Ecúmene e Território Nacional Efectivo .	70
Figura 18: Partilha do território polaco pelo Império Alemão, Austro-Húngaro e Russo, antes de 1918 (áreas aproximadas)	71
Figura 19: <i>Share</i> regional do PIB polaco, em 2001	72

Figura 20: Origem geográfica das maiores MNC presentes na região de Mazowieckie (Varsóvia).....	75
Figura 21: Índice de Acessibilidade da via rodoviária e ferroviária, em comparação com a Europa, em 2006.....	80
Figura 22: Pipeline de Druzhba.....	85
Figura 23: Perfil do sector tecnológico e de investigação na Polónia, face à média dos restantes países	91
Figura 24: As situações geopolíticas da Rússia e a Polónia e a sua influência no IDE recebido (esquema síntese)	104

Introdução

Apesar de se intersectarem frequentemente no seu objecto de estudo, a relação próxima entre as problemáticas de âmbito político e económico, nas disciplinas de Relações Internacionais, Economia e Gestão Internacional foi durante muitos anos descurada, isolando-se os académicos nas suas áreas de estudo como se de compartimentos estanques se tratassem (Strange, 1970). Da mesma forma a que a um cientista político falta muitas vezes uma perspectiva menos teórica e utópica (Strange, 1970) e com atribuição de maior importância aos factores económicos aquando da análise do cenário internacional e das suas dinâmicas, também um economista negligencia, frequentemente, os aspectos políticos do seu objecto de estudo, exagerando a racionalização do comportamento humano e a redução do mesmo a meras estatísticas (Strange, 1970).

Este cenário encontra-se em mutação. Pela perspectiva das Relações Internacionais, o aparecimento de disciplinas como a Geoeconomia (Luttwak, 1990; Correia, 2004) parece vir dar resposta a este vazio da literatura, ao estudar o cenário económico internacional a partir da visão da Geopolítica, uma disciplina intrinsecamente relacionada com as dinâmicas de poder e acção política (Luttwak, 1990; Duarte, 1997; Correia, 2004; Vesentini, 2007). No campo da Economia e Gestão Internacional, a importância da geografia e da *location*, tanto tempo subvalorizadas e circunscritas a aspectos puramente económicos do *mainstream* (Smith, 1776; Ricardo, 1817; Vernon, 1966; Knickerbocker, 1973; Krugman, 1991; Krugman, 1998; Venables, 1998; Fujita *et al.*, 1999) têm, nos últimos anos, ganho um maior interesse académico (Hofstad, 1980; Kotler *et al.*, 1997; Dunning, 1997, 1998, 2000; Holmes, 1998; Minifie e West, 1998; Daniels e Radenbaugh, 2001; Dicken, 2003; Mellinger *et al.*, 2003; Buckley e Ghauri, 2004; MacCann e Mudambi, 2004; Peng, 2009). Apesar disto, a literatura sobre a influência da Geopolítica nos negócios internacionais é quase inexistente (As-Saber *et al.*, 2001).

Assim, o principal objectivo deste trabalho é testar a relevância da aplicação de conceitos geopolíticos na análise de mercados para internacionalização, e a influência relativa que estes possuem sobre o Investimento Directo Estrangeiro (IDE). Pretende-se colmatar a falha da literatura em relação à problemática acima descrita, e, de forma mais geral, acentuar a importância da afinidade entre as disciplinas de Relações

Internacionais e Economia. Especificamente, o presente estudo procura responder à seguinte questão de investigação: ‘Qual a importância da geopolítica nas decisões de localização internacional?’. Outras questões que pretendemos responder relativas à nossa pergunta de partida são: ‘qual o factor geopolítico com maior preponderância relativa face ao volume de IDE recebido?’ e ‘qual a sua influência sobre o volume de IDE?’.

Recorreremos à metodologia de estudo de caso que pretende dar resposta às questões-chave deste trabalho, de forma a que as suas conclusões possam dar um contributo na construção de um novo campo de estudo (Yin, 2004). Em concreto, efectuamos uma análise comparativa de dois estudos de caso – Federação Russa e Polónia - com percursos históricos que muitas vezes se intersectaram (Cheremushkin, 2003; Ozbay, 2008; Hunter, 2010) e marcados por situações geopolíticas importantes (Ozbay e Aras, 2008; Morozova, 2009; Antrim, 2010), averiguando a importância relativa dos diversos factores geopolíticos, estáveis (*e.g.* extensão, posição, *etc.*) variáveis (*e.g.* população, recursos, *etc.*) e produtos de interacção (História, tecnologia, *etc.*), e a respectiva associação à intensidade e volume de IDE recebido. A uma revisão de literatura sobre os factores geopolíticos que possibilitam o estudo da situação geopolítica do mercado russo e polaco, acrescentamos uma análise quantitativa através do recurso a um conjunto de dados estatísticos relevantes. Estas duas perspectivas, qualitativa e quantitativa, complementam-se mutuamente, já que enquanto a primeira enquadra e dá significado à informação estatística, a segunda sustenta os aspectos mais qualitativos.

A opção pelos países estudos de casos, a Federação Russa e a Polónia, é explicada através das duas perspectivas paralelas existentes neste trabalho, a económica e a geopolítica. Por um lado, ambos se apresentam como mercados atractivos para o investimento, apresentando-se a Rússia como o 18º país receptor de IDE a nível mundial, com 213734 milhões de dólares em 2008 enquanto que a Polónia se posiciona em 25º lugar com 161406 milhões de dólares em igual período (UNCTAD, 2009). Por outro lado, ambos os países observaram alterações geopolíticas originadas pelo fim da Guerra Fria em 1989 (Morozova, 2009) e ao acelerar do processo de Globalização, que além de os integrarem nos mercados internacionais como concorrentes mundiais, têm ainda hoje repercussões na sua situação política e económica. O posicionamento geopolítico actual da Rússia está centrado numa política multivectorial assente

sobretudo no conceito euro-asiático (Tsygankov, 2003; Santos, 2008; Morozova, 2009), que procura reforçar e consolidar uma identidade própria da Rússia. Assim se justifica a importância atribuída à Comunidade de Estados Independentes (CEI), que engloba alguns países da extinta URSS, como forma de reproduzir a sua capacidade de influenciar os acontecimentos na Ásia Central, no Cáucaso, na Ucrânia, na Bielorrússia e na Moldova, reforçando o seu estatuto internacional (Legvold, 2001; Tsygankov, 2003). A Rússia recupera um lugar principal no sistema internacional confirmando-se como um actor geopolítico relevante, desenvolvendo a sua política externa em torno do seu potencial energético e da venda de equipamento militar e nuclear, áreas que representam uma maior relevância estratégica (Freire, 2008). Este posicionamento russo, assumindo uma postura mais pragmática em termos de política externa (Seleznova, 2003; Dereli, 2006; Tsygankov, 2006; Morozova, 2009), tem como matriz fundamental a desconstrução da ideia dos Estados Unidos da América (EUA) como a única superpotência, ambicionando uma redistribuição do poder mundial (Larrabee, 2010). Por seu lado, a Polónia tem vindo a aproximar-se do mundo ocidental através da adesão à Organização do Tratado do Atlântico Norte (NATO) em 1999¹ (Michta, 2004; Kurecic, 2008) e à UE em 2004 e opondo-se permanentemente à política externa russa em questões como a da Chechénia, contrariando a ambição russa de manutenção de influência sobre os seus ex-estados satélites e gerando uma tensão entre ambas (Stadtmuller, 2001; Cheremushkin, 2003; Celewicz e Nizioł-Celewicz, 2006; Unge *et al.*, 2006; Efeşil, 2009; Kömen, 2009; Morozova, 2009; Ozbay e Aras, 2009; Hunter, 2010; Reeves, 2010; Tucker, 2010).

Em termos de estrutura, a presente dissertação organiza-se da seguinte forma. No Capítulo 1 expomos a revisão de literatura ou estado da arte. A multidisciplinaridade do tema estudado neste trabalho complexifica a análise do seu estado da arte. Desta forma, e devido à ausência de literatura que aborde especificamente a ligação entre Geopolítica e *International Business* (IB), mais concretamente a sua utilidade na análise de um mercado como potencial para destino de IDE, optamos por uma divisão em duas partes: numa primeira parte (Secção 1.2) detalhamos a análise geopolítica, a partir da sua

¹ Em Março de 1999 e de 2004, dez países que integravam o Bloco Soviético e o extinto Pacto de Varsóvia aderiram à NATO. São eles: República Checa, Hungria e Polónia (1999) e Bulgária, Estónia, Letónia, Lituânia, Roménia, Eslováquia e Eslovénia (2004). A estes juntaram-se em 2009, a Albânia e a Croácia. Para mais detalhes acerca das relações *NATO – Rússia* ver Hendrickson (2005).

evolução nos últimos anos e sua adequação ao tema da economia internacional, e em seguida, na Secção 1.3 abordamos a visão da literatura económica acerca da geografia e *location*, comparando as várias correntes académicas sobre o assunto. Na Secção 1.4 conciliámos as duas perspectivas e obtemos o ponto de partida para o resto do estudo. No Capítulo 2 são explanadas as opções metodológicas e, por fim, no Capítulo 3 são detalhados e analisados os casos de estudo (Rússia e Polónia). Em concreto a evolução do IDE entre 1990 e 2010 na Rússia e Polónia é apresentada na Secção 3.2. Nas secções seguintes relaciona-se os factores geopolíticos e o IDE separadamente para o caso Russo (Secção 3.3) e Polaco (Secção 3.4). Por fim, na Secção 3.5, é efectuada uma análise comparativa dos dois casos. Em Conclusão, expomos os principais resultados do presente estudo, suas limitações e pistas para investigação futura.

Capítulo 1. A geopolítica e as relações económicas internacionais. Uma revisão da literatura

1.1. Considerações iniciais

O presente capítulo tem como objectivo uma revisão crítica da literatura existente em torno do tema do nosso trabalho, que funcionará não só como enquadramento lógico mas também como ponto de partida para o resto do nosso trabalho. Devido à ausência de literatura que aborde directamente a ligação entre Geopolítica e *International Business* ou a importância da primeira nas decisões de localização internacional, parece-nos pertinente que este capítulo do nosso trabalho seja dividido em duas partes. Assim, a Secção 1.2. estabelece a evolução do conceito e dimensões da disciplina Geopolítica e a sua visão sobre os assuntos de economia internacional, e a Secção 1.3. traça a perspectiva da literatura económica acerca da geografia e *location*. Por fim, a Secção 1.4. relaciona as duas perspectivas e lança o debate do tema ‘Geopolítica-decisões de localização’.

1.2. Geopolítica e geoeconomia: lógicas iguais num mundo diferente

A Geopolítica emerge no início do século XX como disciplina multidisciplinar que cruza estudos de Política, Estratégia, Geografia, História e Economia e, ao longo do tempo, afigura-se contendo uma dinâmica conceptual pouco definida e facilitadora de vícios e más – interpretações (Tuathail e Toal, 1994; Correia, 2004, Drulák, 2006), variando entre uma ciência de reconstrução histórica, por um lado, e uma ciência de previsão e justificação do futuro (Retaillé, 2000). Uma das definições possíveis e das mais aceites pelos estudiosos do tema é a de Kjellen (*apud* Correia, 2004), considerado o pai da Geopolítica, que a considera “a teoria do Estado enquanto fenómeno do espaço”. Dito de outra forma, é a disciplina que estuda a influência que o espaço tem sobre o homem e, conseqüentemente, sobre a acção política, assentando na ideia defendida por Defarges (2003) que os ambientes geográficos moldam e diferenciam o homem e os seus inerentes modos de vida.

A Geopolítica deparou-se com uma conotação negativa principalmente durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945)² e nos anos que a sucederam e é frequentemente associada a uma imagem de conflitualidade entre potências pela conquista de Poder (Fernandes, 2002). Esta concepção tem sido ultrapassada pelo aparecimento da Nova Geopolítica, que engloba a Geoeconomia, uma nova tendência de abordagem que analisaremos nesta secção. Respondendo às críticas de desprestígio da geopolítica clássica que como disciplina ao serviço do Poder via a sua “dignidade científica” (Retaillé, 2000; Correia, 2004) posta em causa, a Geoeconomia assume-se como a política orientada para servir na resolução de problemas espaciais associados à economia, à gestão de recursos, de fluxos e tentando dar uma resposta equilibrada às necessidades humanas (Correia, 2004; Cowen e Smith, 2009).

As teorias da Nova Geopolítica contrapõem-se às teorias clássicas porque perdem, segundo autores como Correia (2004), a ligação que detinham à geoestratégia. Os autores clássicos elaboram as suas teorias com o objectivo de gerir e administrar o espaço para aumentar o poder mas sempre numa perspectiva geoestratégica, ou seja, supondo a existência de um inimigo cuja estratégia ameaça os nossos intuítos. Assim, o argumento de Correia (2004) é que a verdadeira geopolítica só ganha forma nas teorias da Nova Geopolítica nas quais a relação o espaço já não é o meio para atingir o poder e sim o fim, o objectivo das suas políticas.³

Actualmente surge uma argumentação no sentido da diminuição do poder militar em relação aos meios do comércio (Luttwak, 1990; Duarte, 1997; Eva, 2000; Fernandes, 2002; Couloumbis, 2003; Gagné, 2007; Mercille, 2008). Luttwak (1990: 17) afirma que existe uma “logic of war in the grammar of commerce”. Demarcadamente Realista⁴ ao

² Karl Haushofer inspirou muitas das ideias fascistas em vésperas e durante a Segunda Guerra Mundial. Apoiado na *Geopolitik* e em ideias como o *Lebensraum* (espaço vital), as pan-regiões, e a construção de fronteiras baseadas na raça e etnia, deu um sustento científico à estratégia de expansionismo alemã, apesar de nunca a ter apoiado directamente (Bach e Peters, 2002). Para mais detalhes ver Dias (2007).

³ Apesar de concordarmos em parte com a tese deste autor não podemos deixar de pensar que, até em situações de paz, os Estados tentam sempre alcançar o poder através de outros meios: como as pressões económicas ou as questões relacionadas com a demografia (Wilkoszewski e Münch, 2006). A estratégia pode perder o seu carácter militar para a nova geopolítica mas envolve, decerto, o emprego de formas de coacção que sirvam os objectivos da política.

⁴ Entende-se como Realismo, uma perspectiva positivista das Relações Internacionais que defende que os Estados, enquanto membros de um sistema internacional sem uma potência reguladora e independente, que imponha a lei e garanta a ordem, procuram sempre o Poder e o interesse próprio. Este torna-se objectivo e instrumento da participação no sistema internacional. Opõe-se ao Idealismo que sustenta que as abordagens que valorizam o papel das ideias e da cooperação se sobrepõem às abordagens realistas (Cravinho, 2006).

afirmar que “a geopolítica é sobretudo o raciocínio cujo objectivo é vencer o adversário tendo em conta a situação e os meios disponíveis”, Lacoste (1988: 8-9) espelha a força locomotora da acção competitiva da economia, em geral, e da estratégia das empresas multinacionais, em particular. A partir deste raciocínio, obtemos duas conclusões. Primeiro, a geoeconomia apesar de ser apresentada como pertencente à Nova Geopolítica, ou seja, como uma disciplina de Paz, apresenta traços de geoestratégia, o que facilmente a incluiria nas teorias geopolíticas clássicas. Segundo, Estados e empresas multinacionais partilham um objectivo comum: utilizar o espaço a seu proveito, de forma a potencializar o seu Poder e influência no sistema internacional. Para ambos, as questões ‘o que é o Poder?’,⁵ e ‘onde se localiza?’ são o ponto-chave da sua acção (Correia, 2004), resumindo-se na questão ‘o que aumenta o potencial/atractividade⁶ de uma localização em relação a outra?’ (Eva, 2000; Fabry e Zeghni, 2002). O IDE resultará do “balanço entre Procura e Oferta pela mesma localização” e da forma como o país receptor consegue “convencer as empresas multinacionais a tirarem vantagem da sua localização” (Fabry e Zeghni, 2002: 292). Se pensarmos nas palavras de Morgenthau (1946: 191) o qual afirma que quem tem Poder é aquele que é capaz de o “manter, aumentar ou demonstrar sobre os outros”, chegamos à conclusão que estas se aplicam tanto no campo político, como à concorrência económica. Desta forma, é justificável a utilização metodológica dos factores de Poder (Célerier, 1961) numa lógica mais qualitativa, normalmente utilizados para classificar o poder de um Estado, na análise de um potencial mercado para internacionalização, neste caso, o mercado russo. Estes factores encontram-se divididos em três categorias (*cf.* Tabela 1): em primeiro lugar, encontramos os factores estáveis, como a extensão, posição, configuração e estrutura física e clima; em segundo, os factores variáveis, como a população, os recursos e a estrutura social; por último, os produtos de interacção, como a História, a tecnologia e a ideologia. Aprofundaremos as questões metodológicas na próxima secção.

⁵ Para Correia (2004), o Poder actual assenta na economia, localizando-se a nível global, estatal e empresarial.

⁶ Podemos definir atractividade de uma localização como o “processo dinâmico que reflecte a capacidade do país receptor de construir e gerir a sua vantagem de localização e a vontade que as empresas multinacionais têm em investir nele” (Fabry e Zeghni, 2002: 292)

Tabela 1: Factores geopolíticos de poder

Tipo de factor	Factor geopolítico	Exemplos:
Estáveis	<i>Extensão</i>	Ecúmenes/anecúmenes; sentido de espaço (questões regionais); núcleo vital; território nacional efectivo.
	<i>Posição</i>	Acesso ao mar; fronteiras; posição geopolítica.
	<i>Configuração e estrutura física</i>	Distância à capital; isolamento geográfico (transportes).
	<i>Clima</i>	Tipo de clima.
Variáveis	<i>População</i>	Dimensão; capital humano.
	<i>Recursos</i>	Existência de recursos; preponderância estratégica.
	<i>Estrutura social, económica e política</i>	Tipo de estrutura social; económica e política.
	<i>Tecnologia</i>	Questões de conhecimento.
	<i>História, Ideologia, Poder e Estratégia</i>	Influência da História; Política externa; reconhecimento internacional; posicionamento estratégico.

Fonte: Adaptado de Célerier (1961); Cohen (2003).

Esta perspectiva de utilização e conhecimento do espaço apresentada pela Geopolítica vai ao encontro da literatura económica que defende a importância da geografia na estratégia das multinacionais (Porter, 1998c; Dunning, 1998, 2000; Daniels e Radenbaugh, 2001; Jiménez, 2002; Mellinger, *et al.*, 2003; Buckley e Ghauri, 2004) e enquadra-se no Possibilismo geopolítico ao defender que, apesar de o Homem ser condicionado pelas condições geográficas, pode-se adaptar a elas e até usá-la em seu proveito (Lacoste, 1988; Correia, 2004).⁷ Numa transposição para a literatura económica, autores como Schoenberger (2003: 322) encontram-se na mesma linha de argumentação, ao afirmar que “a Terra não é meramente uma superfície natural na qual levamos a cabo as nossas vidas sociais e económicas” mas sim “um *background* necessário” sobre o qual o Homem interfere e age, não sendo absolutamente determinado por ele. Desta forma, é justificada a acção das empresas que decidem partir

⁷ Em oposição a esta perspectiva, surge o determinismo que afirma que a geografia determina incondicionalmente a acção humana, não podendo o Homem fugir da sua influência. Ratzel (1897), Mahan (1890), com a Teoria Marítima, Mackinder (1904) com a teoria terrestre ou Haushofer, com a *Geopolitik* são alguns dos autores geopolíticos inseridos na tendência determinista.

para a internacionalização. Estas não estão condicionadas a estarem “encerradas” no seu espaço natural, o país de origem, e posicionam-se internacionalmente em localizações onde através da interacção com o espaço, têm a possibilidade de retirar proveitos. Schoenberger (2003) acrescenta, ainda, que a gestão do tempo e do espaço está interconectada e é um ponto essencial da estratégia da empresa.

1.3. A importância da geografia para a economia internacional

Uma das primeiras e mais cruciais decisões a tomar por uma empresa que decide internacionalizar-se é a escolha da localização do seu investimento (Douglas e Craig, 1992; Brewer, 2001; Mudambi, 2002; MacCann e Mudambi, 2004; Rahman, 2006; Brouthers, *et al.*, 2009). De facto, a opção por um país em detrimento de outro pode ter implicações a longo prazo e determinar o sucesso ou o fracasso de uma incursão num mercado externo. Como afirma Bradley (1991), a facilidade com que uma empresa segue um impulso intuitivo de internacionalização, em perseguição de oportunidades instantâneas, é grande e pode pôr em risco toda a sua estratégia internacional. Em caso de insucesso, a empresa terá de enfrentar custos avultados, não só a nível monetário como psicológico, e atrasar-se-á na competição internacional pagando o preço de uma oportunidade perdida. Desta forma, o processo de escolha de um mercado deve basear-se numa escolha consciente, com aquisição de informação e análise de alternativas, de forma a que não ocorra um defraudar das expectativas e a empresa não incorra numa situação impraticável e pouco lucrativa (Bradley, 1991; O’Farrell e Wood, 1994; Brewer, 2001).

A abundância de literatura acerca da temática da *location* (*e.g.*, Dunning, 1998, 2000; Porter, 1998; Brewer, 2001; Jiménez, 2002; Mellinger, *et al.*, 2003; Buckley e Ghauri, 2004; Bevan *et al.*, 2004; Brock *et al.*, 2010) parece numa primeira impressão, reflectir as preocupações das empresas com esta problemática. Porém, se atentarmos cuidadosamente a produção académica sobre o assunto deparamo-nos com conjuntos de perspectivas bastante diferenciados e, de certo modo, opostos, o que não facilita a análise de um posicionamento único. Podemos salientar três visões diferentes acerca do tema (*cf.* Tabela 2).

Uma primeira perspectiva existente e de alguma forma predominante a nível literário, principalmente no período pós-guerra, baseia a explicação da distribuição geográfica de

IDE nas teorias clássicas (Clark *et al.*, 2003), relevando apenas os aspectos macroeconómicos de um mercado assinalando como periféricas quase todas as outras características. Esta argumentação assenta, essencialmente, na Teoria do Comércio Internacional, onde as decisões locacionais são baseadas na tentativa de redução de custos (Porter, 1994). A Teoria das Vantagens Comparativas, de Ricardo (1817) é um dos primeiros e mais importantes estudos realizados nesta matéria. Vernon (1966) e a Teoria do Ciclo de Vida do Produto focam o aspecto geográfico ao situarem a produção internacional consoante a etapa do ciclo onde o produto se encontre. Também a tese de “follow the leader” defendida por Knickerbocker (1973) pode conter uma explicação baseada na *location*, afirmando que as empresas inseridas em oligopólios escolhem internacionalizar para os países onde existam *clusters*.⁸

Actualmente, a literatura económico-geográfica abunda na temática das aglomerações / *clusters*, indo ao encontro da teoria de Knickerbocker e confirmando o interesse contemporâneo pela sua argumentação (Venables, 1994; Fujita e Thisse, 1996; Malmberg *et al.*, 1996; Porter, 1998a; Gordon e McCann, 2000; Maskell, 2001; Bekar e Lipsey, 2002; Fujita e Thisse, 2003; Martin e Sunley, 2003; Jenkins e Tallman, 2010). Por fim, Rugman (1976) aponta que as empresas devem utilizar os processos de internacionalização de forma a diversificarem o risco, difundindo-se geograficamente.

⁸ Para Knickerbocker, numa estrutura de oligopólio, todas as firmas encontram-se num estado de interdependência. Assim quando uma empresa faz um primeiro movimento internacional (investimento agressivo) as outras tenderão a segui-la (investimento reactivo) reagindo de forma a minimizar riscos (Ietto-Gilles, 2005).

Tabela 2: Resumo das perspectivas teóricas da economia sobre a importância da *location* nas decisões de internacionalização de empresas.

Perspectiva	Tese defendida	Perspectivas / teorias	Autores
Mainstream e outros autores do IDE	- Distribuição geográfica baseada em aspectos macroeconómicos; - Outras teorias explicativas da internacionalização de empresas - Aspecto <i>location</i> é periférico.	Teorias gerais do Comércio Teoria das Vantagens Comparativas	Ricardo, 1817
		Teoria do Ciclo de Vida do Produto	Vernon, 1966
		Teoria da reacção oligopolística ou “follow the leader theory”	Knickerbocker, 1973
		Teoria da diversificação do risco	Rugman, 1976
		Teoria dos Clusters	Venables, 1994; Fujita e Thisse, 1996; Malmberg <i>et al.</i> , 1996; Porter, 1998a; Gordon e McCann, 2000; Maskell, 2001; Bekar e Lipsey, 2002; Fujita e Thisse, 2003; Martin e Sunley, 2003; Jenkins e Tallman, 2010
		<i>New Economic Geography</i> (NEG)	Krugman, 1991; Krugman, 1998; Venables, 1998; Fujita <i>et al.</i> , 1999; Bosker <i>et al.</i> , 2010
		Paradigma Eclético	Dunning, 1998; 2000
Autores heterodoxos	Valorização da <i>location</i> como componente de decisão de internacionalização	Perspectivas locais relativas a factores determinantes como:	
		Cultura	Hofstede, 1980; Sivakumar, e Nakata, 2001; Kirkmann <i>et al.</i> , 2006
		Corrupção	Wei, 2000; Egger e Winner, 2005, Sanyal, 2008
		Geografia Física	Mellinger, <i>et al.</i> , 2003
		Estabilidade e intervenção política	Holmes, 1998
		Infra-estruturas e transportes	Lima e Venables, 2001; Asiedu e Esfahani, 2001; Sekkat e Viganzones-Varoudakis, 2004; Khadaroo e Seetanah, 2007
		Instituições	Oliver, 1997; Oxley, 1999; Henisz, 2000; Meyer, 2001; Mudambi e Navarra, 2002; Yiu e Makino, 2002; Bevan <i>et al.</i> , 2004; Demirbag <i>et al.</i> , 2010
Autores da globalização	<i>Born Global Literature</i>	Fim das distâncias e da geografia - “Borderless World”	Levitt, 1983; Ohmae, 1990; 1995; Bell <i>et al.</i> , 2001; Cravinho, 2006
	‘Distância não é um conceito morto’	Permanência da importância da:	
		Geografia	Dicken 2003; Buckley e Ghauri, 2004
		Distância física	Ghemawat, 2001; Dow e Karunaratna, 2006; Ellis, 2008
		Distância psicológica	Chetty, 1999; Chetty e Campbell-Hunt, 2004; Lim <i>et al.</i> , 2004; Brock <i>et al.</i> , 2010

Fonte: Elaboração própria

Nas duas últimas décadas, uma nova tendência de valorização do aspecto espacial entre os académicos aborda novos factores de influência à acção das MNC e decisões de localização (*e.g.*, Hofstad, 1980; Kotler *et al.*, 1997; Holmes, 1998; Wei, 2000; Sivakumar e Nakata, 2001; Mudambi e Navarra, 2002; Yiu e Makino, 2002; Sekkat e Veganzones-Varoudakis, 2004; Kirkmann *et al.*, 2006; Sanyal, 2008; Demirbag *et al.*, 2010). Ao contrário da *New Economic Geography* que redescobre a geografia e tenta-a integrar no *mainstream* através da composição de modelos económicos (Krugman, 1991; Krugman, 1998; Venables, 1998; Fujita *et al.*, 1999; Bosker *et al.*, 2010), esta tendência aproxima-se mais da Geografia Económica (Dicken, 2003) que possui uma visão mais abrangente, com maior ênfase em aspectos sociais, políticos, culturais e institucionais. Defendemos que o aglutinar metodológico destas duas perspectivas e, no geral, a interdisciplinaridade do tema, incluindo a perspectiva geopolítica, seria vantajoso, já que permite uma complementaridade de conhecimento académico.

De facto, autores como Dunning (1998; 2000) procuram relevar cada vez mais os aspectos geográficos do processo de internacionalização, complementando as características da empresa e o ambiente macroeconómico descrito pelo *mainstream* enquanto determinantes do IDE. Dunning (1998) acrescenta que apesar da existência de uma evolução do pensamento académico relacionado com o assunto, este tem-se limitado a estender o que já existia, não procurando novas explicações. Desta forma, e apesar dos autores que têm tentado trazer para o *mainstream* as questões geográficas, não há uma mudança verdadeira de paradigma, tornando-se esta perspectiva literária “complementar, e não alternativa” (Dunning, 2000: 174). Acrescenta Dunning que a pouca importância atribuída pelo *mainstream* ao assunto deve-se ao facto de muitos académicos acreditarem que os princípios na base da localização internacional são iguais aos das empresas que trabalham em território nacional (Dunning, 1998). Jovanović (2003b) defende que este raciocínio não corresponde totalmente à realidade. Segundo este autor, enquanto uma empresa nacional apenas se expande no território onde já se encontra, uma empresa multinacional pondera localizações consoante a partir de um cálculo custo-benefício assente em vários factores como custos de trabalho, acesso a mercados, subsídios de incentivo ao IDE, entre outros.

Dunning (2000) apresenta-se bastante contemporâneo com o seu Paradigma Eclético. Neste, o factor localização é um dos três pilares da decisão de internacionalização de

uma empresa, reconhecendo a importância das vantagens que certos países possuem como determinantes da produção no estrangeiro. Outros autores (*e.g.*, Porter, 1998b; Jiménez, 2002) têm-se apresentado numa linha de pensamento coincidente com a Dunning, indo ao encontro da sua argumentação. A sua análise reflecte a combinação de economia e geografia ao acentuar o peso do factor espacial na vantagem competitiva das nações. Para Porter (1998c), a razão de alguns países possuírem um maior ou menor êxito na competição internacional, e daí serem atractivos para a instalação de empresas, deve assentar num conjunto de factores não só macroeconómicos, mas também político-institucionais.⁹ Também Jiménez (2002) apresenta-se com uma argumentação concordante com a de Dunning no que diz respeito à importância da *location*, salientando os conceitos de área, geografia e organização territorial e criticando a pouca atenção dada ao território em questões de desenvolvimento económico.

Ainda dentro desta segunda perspectiva, e predominantemente na literatura de IB, encontramos autores mais abrangentes na análise geográfica, que além de defenderem a importância da *location* como Dunning, Porter e Jiménez, alargam os preponderantes na determinação da competitividade de um país e das decisões de localização a factores como a cultura (Hofstede, 1980; Sivakumar e Nakata, 2001; Kirkmann *et al.*, 2006), corrupção (Wei, 2000; Egger e Winner, 2005; Sanyal, 2008) estabilidade e intervenção política (Holmes, 1998), transportes e infra-estruturas (Asiedu e Esfahani, 2001; Limao e Venables, 2001; Sekkat e Veganzones-Varoudakis, 2004; Khadaroo e Seetanahb, 2007) ou aspectos institucionais (Oliver, 1997; Oxley, 1999; Henisz, 2000; Meyer, 2001; Mudambi e Navarra, 2002; Yiu e Makino, 2002; Bevan *et al.*, 2004; Demirbag *et al.*, 2010). Outros autores abordam modelos multifactoriais determinantes destas mesmas decisões (Kotler *et al.*, 1997; Minifie e West, 1998; Buckley e Ghauri, 2004; Peng, 2009). É ainda facilmente verificável uma falha na literatura respeitante a questões da geografia física e à sua utilidade na análise de um mercado para internacionalização, em factores como o clima, costa marítima, rede hidrográfica, entre outros (Mellinger, *et al.*, 2003; Buckley e Ghauri, 2004). Sendo a geografia inerente e condicionante de toda a actividade humana, seria de esperar um estudo mais aprofundado da influência positiva ou negativa destas variáveis sobre a acção

⁹ Para Porter (1998c), existem quatro condicionantes fundamentais para a criação da vantagem competitiva de um país: a condição dos factores, a condição da procura, indústrias relacionadas e de apoio, e estratégia, estrutura e rivalidade de empresas.

estratégica das multinacionais. A existência de gestores com conhecimentos geográficos pode guarnecer a empresa com uma vantagem competitiva valiosa, sabendo interpretar e tirar partido das condições físicas do território e melhor utilizá-las a seu proveito (Daniels e Radenbaugh, 2001).

O terceiro conjunto de argumentos existente na literatura relativo à questão geográfica explana a perda da sua importância face ao fenómeno de Globalização. Ao contrário do que analisámos na perspectiva anterior, em que vários autores defendem o “local” e os factores que o tornam único, existe uma “Born Global Literature” (Brock *et al.*, 2010) que aponta para um “Borderless World” (Levitt, 1983; Ohmae, 1990; 1995; Bell *et al.*, 2001; Cravinho, 2006). Segundo esta linha de pensamento, o desenvolvimento tecnológico, das comunicações e dos transportes parecem encurtar distâncias ou fazê-las perder o sentido. Buckley e Ghauri (2004) afirmam que a distância entre dois pontos não é mais relevante, porém, onde estes dois pontos se localizam continua a importar muito. Assim, a “distância é um conceito morto, mas a geografia encontra-se bem viva” (Buckley e Ghauri, 2004: 89-90). Dicken (2003) partilha esta última argumentação, criticando “o fim da geografia”. Por outro lado, alguns autores continuam a sublinhar a importância da distância, tanto física (Ghemawat, 2001; Dow e Karunaratna, 2006; Ellis, 2008) como psicológica e cultural (Chetty, 1999; Chetty e Campbell-Hunt, 2004; Lim *et al.*, 2004; Brock *et al.*, 2010). Este paradoxo entre a pressão para globalizar e o renascimento do aspecto “local” (Jiménez, 2002; Dicken, 2003; Jovanović, 2003a; Buckley e Ghauri, 2004) é, ainda, uma discussão proeminente na literatura sobre IB.

Porter (1998b: 11) resume o debate e apesar de defender o aspecto locacional, assume que a maior rapidez de fluxos, comunicações e transportes tem efeitos no IB, concluindo que “*anything that can be efficiently sourced from a distance has been essentially nullified as a competitive advantage*”. Face a esta afirmação, e como constataremos ao longo deste trabalho, podemos apontar que a situação geopolítica de um país não pode ser nunca transferida ou replicada pois não constitui uma condição estática, como a existência de um determinado recurso ou condição de mercado, e sim uma conjuntura própria de uma região, resultado da combinação de vários factores. Como afirma Cohen (2007), não é possível efectuar-se uma standardização de atributos favoráveis num mercado, devendo a localização ser uma selecção caso-a-caso. A não-existência de uma fórmula única é justificada pois aquilo que pode ser

considerado uma força de mercado para uns, pode ser pouco relevante para outros. Desta forma, o nosso trabalho não pretende encontrar uma situação geopolítica óptima adaptável a todas as empresas multinacionais, antes verificar se esta pode ser útil na análise de mercados e constituir uma fonte de vantagem competitiva.

1.4. Geopolítica e *International Business*. Que ligação?

Também a situação geopolítica se encontra delineada por tempo e espaço, como descrevem As-Saber *et al.* (2001). Apesar da quase inexistência de literatura relacionada com a ligação Geopolítica-IB, os artigos de As-Saber *et al.* (2001) e Sethi (2007) lançam o tema a debate e constituem-se como pontos de partida para o mesmo. Os autores comentam a lacuna literária relativa ao tema, relevando o pouco interesse com que é conectado frequentemente com a influência entre alterações geopolíticas e as dinâmicas do IB.

Todavia, existem autores que referem a influência de alterações no cenário político internacional nas dinâmicas económicas internacionais, ou vice-versa. Encontramos, por exemplo, alguns autores (*e.g.*, Busch, 2000; Cravinho, 2006; Hart e Spero, 2008; Intriligator, 2004) que relacionam o fim da União Soviética (1922-1989) com o aprofundamento do processo de Globalização e outros (*e.g.*, Fedorov, 2000; Molchanov, 2005) que abordam a ligação entre esta integração económica da Rússia a nível global com a forma como esta posiciona a sua política externa, interna e a nível da sua situação geopolítica. Outro exemplo é o facto das alterações geopolíticas produzidas pelo fim da Guerra Fria terem conduzido a um processo de democratização da Europa de Leste (Fedorov, 2000; Levitsky e Way, 2005; Mitropolitski, 2007) e a uma aproximação desta última ao mundo ocidental (Michta, 2004; Epstein e Sedelmeier, 2008; Kurecic, 2008), o que criou boas oportunidades de investimento para as multinacionais ocidentais e impulsionou o crescimento do IDE nesta zona geopolítica, anteriormente isolada (As-Saber *et al.*, 2001; Fabry e Zeghni, 2002; Carstensen e Toubal, 2004; Gauselmann *et al.*, 2010). Estudos nesta linha demonstram que a problemática analisada ao longo do presente trabalho, embora não seja conceptualmente abordada como tal, encontra-se presente na literatura e demonstra premência em ser estudada. Tentaremos, como já referido, dar um contributo para este debate seguindo, no entanto, uma via mais específica do que a de As-Saber (2001), que aborda a ligação geral da geopolítica com a

economia internacional, ao focalizarmos unicamente a influência da situação geopolítica de cada país com o seu nível de IDE.

Capítulo 2. A importância da situação geopolítica nas decisões de localização internacional. Considerações metodológicas

2.1. Considerações iniciais

A revisão da literatura efectuada no Capítulo 1 reflecte a pouca preocupação da literatura com o tema ‘Geopolítica-*International Business*’, sendo que a permanência desta lacuna constitui um dos pontos de partida do presente estudo. Desta forma, um dos propósitos do nosso trabalho é contribuir para esta área da literatura ainda tão pouco explorada, assim como encontrar respostas para as nossas questões de investigação. Para isso, é necessário o estabelecimento de uma metodologia que seja, por um lado, adequada ao processo de análise pretendido, combinatório de perspectivas multidisciplinares e, por outro, eficiente na prossecução dos nossos objectivos. Assim, é imperativa a realização de algumas considerações metodológicas que estruturam de forma lógica e rigorosa a análise que é levada a cabo no Capítulo 3. Na Secção 2.2. é relembrada a questão de investigação e estabelecida a sua relação com a metodologia adoptada e, em seguida, na Secção 2.3. justificamos a selecção dos estudos de caso, Rússia e Polónia, e do espaço temporal que compreende o nosso trabalho. Na Secção 2.4. abordamos o processo metodológico de recolha de dados e a sua coordenação com os factores geopolíticos estáveis, variáveis e produtos de interacção.

2.2. Questão de investigação e metodologia adoptada

Procurando responder à questão de investigação enunciada anteriormente: ‘Qual a importância da geopolítica nas decisões de localização internacional?’, o presente trabalho analisa a ligação entre a situação geopolítica de dois países, a Federação Rússia e a Polónia, e as suas respectivas entradas de IDE.

Partindo da premissa que a tentativa de resposta a esta questão pressupõe uma abordagem multidisciplinar, englobando as áreas das Relações Internacionais e da Economia, postulámos que a utilização de uma metodologia qualitativa em conjugação com a quantitativa é a mais apropriada.

Para além da resposta à questão central do presente estudo, pretendemos ainda obter resposta para duas questões interligadas: ‘Qual o factor geopolítico com maior

preponderância relativa face ao volume de IDE recebido?’ e ‘Qual a sua influência sobre o volume de IDE?’.

2.3. Justificação para a selecção dos casos de estudo: Rússia e Polónia

A opção metodológica por dois estudos de caso é justificada pelo facto de providenciarem uma base mais sólida de argumentação, facilitando uma recolha de dados de sustentação da mesma mais variada (Yin, 2004), numa temática onde a literatura e informação disponível é escassa (As-Saber *et al.*, 2001; Sethi, 2007). Além disso, a vertente comparativa do nosso trabalho, não só a nível metodológico, com aspectos qualitativos e quantitativos, como também a nível dos estudos de caso, pretende tornar as conclusões obtidas mais robustas (Yin, 2004) e cientificamente mais completas.

A escolha destes dois países como estudos de caso está fortemente ligada ao seu passado comum e à forma como, terminada esta ligação em 1990, cada um geriu a sua situação geopolítica independente, a sua organização e estrutura interna e o seu posicionamento internacional, tanto a nível social, económico, político. Até 1990, a Polónia permaneceu um Estado satélite dentro da esfera de influência da URSS, dependente e não auto-determinado, e com um governo comunista cuja acção interna e externa coincide quase na totalidade com as directrizes soviéticas. O fim desta relação ‘metrópole-Estado dominado’ acarreta consigo rumos independentes e diferenciados para estes dois países, tanto a nível de organização interna como a nível de política externa, e consequentemente alterações nas suas condições geopolíticas. No entanto, tendo em conta a dimensão assimétrica entre a Rússia, superpotência latente, e a Polónia, Estado recém-independente e de pouca preponderância internacional, e sendo que os seus processos de transição económica, social e política se iniciaram e desenvolveram de forma simultânea é interessante constatar que a Rússia contabiliza proporcionalmente menos entradas de IDE do que a Polónia (*cf.* Secção 3.2.). Entender a forma como um mercado mais fraco e com uma situação geopolítica menos favorecida consegue ultrapassar a grande potência geopolítica russa na atracção de IDE justifica a escolha destes dois países, indo ao encontro da nossa questão de investigação.

A análise destes dois países compreende o espaço temporal de 1990 a 2010. Esta decisão assenta no facto de só ser adequado abordar a Federação Russa e a Polónia a

partir do final da Guerra Fria, altura em que são constituídas como dois países distintos e em que substituem a antiga economia central planificada por uma economia de mercado, aberta e receptiva a fluxos de IDE (Fabry e Zeghni, 2002).

2.4. Detalhe do processo de recolha e tratamento da informação e dados secundários

O presente estudo inicia-se com o desenvolvimento de dois canais de recolha de informação acerca dos países em análise, que funcionam ao longo do mesmo sempre em paralelo, de forma a serem trabalhados de forma complementar (*cf.* Figura 1).

Assim, por um lado, é realizada uma revisão da literatura (p.ex. artigos científicos, jornais, *etc.*) que nos permite formular a situação da Rússia e da Polónia quanto aos seus factores geopolíticos (Célerier, 1961). Por outro lado, simultânea e paralelamente são recolhidos dados estatísticos que não só facilitam a análise do IDE (*stock* e fluxo) recebido pelos dois países, como ainda coadjuvam a informação de âmbito qualitativo.

A partir desta informação formulamos a situação geopolítica da Rússia e da Polónia, que confrontamos com a informação estatística referente ao volume de IDE de forma a auferir a existência ou não de uma influência, positiva ou negativa, entre este último e um ou vários factores geopolíticos.

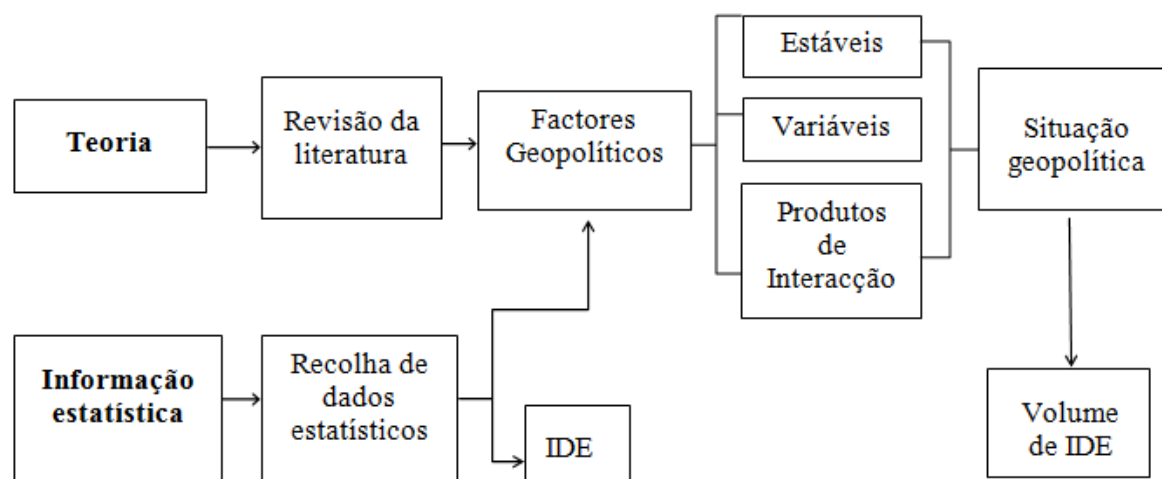


Figura 1: Estrutura da metodologia de investigação

Fonte: Elaboração própria

Os factores geopolíticos de Poder, que constituem as linhas orientadoras da análise que é realizada no Capítulo 3, estabelecem a situação geopolítica da Rússia e Polónia. A

condição geopolítica de um país é caracterizada por várias circunstâncias podendo ser mais ou menos favorável, com maior ou menor impacto internacional e potencial de crescimento, entre outros. A sua formulação envolve, numa primeira etapa, a combinação múltipla de factores geopolíticos (*cf.* Tabela 3): estáveis (*e.g.* Extensão, Posição, Configuração e Estrutura Física, Clima), que se mantêm praticamente inalterados ao longo do tempo; variáveis (*e.g.* População, Recursos e Estrutura Social, Económica e Política), que podem sofrer tranformações; e produtos de interacção (*e.g.* Tecnologia, História, Ideologia, Poder e Estratégia) que resultam da confrontação de factores estáveis e variáveis.

Tabela 3: Factores geopolíticos de Poder

Tipo de factor	Factor geopolítico	Exemplos:
Estáveis	<i>Extensão</i>	Ecúmenes/anecúmenes; sentido de espaço (questões regionais); núcleo vital; território nacional efectivo;
	<i>Posição</i>	Acesso ao mar; fronteiras; posição geopolítica.
	<i>Configuração Física</i>	Distância à capital; núcleos de poder; isolamento geográfico (transportes).
	<i>Clima</i>	Tipo de clima.
	<i>Estrutura Física</i>	Estabelecimento da população.
Variáveis	<i>População</i>	Dimensão; capital humano; migrações.
	<i>Recursos</i>	Existência de recursos; preponderância estratégica.
	<i>Estrutura social</i>	Tipo de estrutura social; instituições; regimes políticos.
Produtos de interacção	<i>História</i>	Influência da História.
	<i>Tecnologia</i>	Questões de conhecimento.
	<i>Ideologia</i>	Questões conflituais; regimes políticos.
	<i>Poder e estratégia</i>	Política externa; reconhecimento internacional; posicionamento estratégico.

Fonte: Adaptado de Célerier (1961) e Cohen (2003).

Capítulo 3. A importância da situação geopolítica nas decisões de localização internacional: os casos da Rússia e da Polónia

3.1. Considerações iniciais

O objectivo deste capítulo é responder à questão de investigação ‘Qual a importância da geopolítica nas decisões de localização internacional?’, tendo como pressuposto a existência de uma abordagem metodológica multidisciplinar, que pretende alicerçar tanto o processo de investigação como as suas conclusões numa combinação de aspectos quantitativos e qualitativos.

Assim, as próximas secções, reflectindo a abordagem acima mencionada, envolvem uma análise quantitativa e qualitativa das ligações entre a situação geopolítica dos dois países em estudo, Rússia e Polónia, realizada a partir dos factores geopolíticos de Poder e os respectivos níveis de fluxos de IDE, no período 1990 a 2010 (Secção 3.2). Esta análise quantitativa é o ponto de partida para a formulação das situações geopolíticas da Rússia (Secção 3.3) e Polónia (Secção 3.4), acompanhando permanentemente as suas análises. Por fim, conjugamos os resultados obtidos nas secções anteriores no sentido de formular conclusões explicativas que relacionem a situação geopolítica com os níveis de IDE recebido (Secção 3.5).

3.2. Evolução do IDE entre 1990 e 2010 na Polónia e Rússia

Em 1990, o final da Guerra Fria veio abrir uma panóplia de oportunidades de crescimento e abertura à economia e fluxos internacionais para os até então inacessíveis e fechados mercados russo e polaco (Deichmann, 1998). Estes dois países possuíam no início dos anos 90 uma preponderância económica díspar, típica de uma recém terminada relação ‘metrópole – periferia’ com um PIB *per capita* na ordem dos 1,547.16 USD, no caso da Polónia, e dos 3,485.11 USD, no caso Russo.¹⁰

Tendo em conta esta assimetria de dimensão entre os dois países, e apesar de terem iniciado o seu processo de transição para uma economia de mercado quase de forma simultânea, é de surpreender o facto de quase vinte anos depois, o volume de IDE ser comparativamente baixo na Rússia face à exponencial relevância deste na economia

¹⁰ Dados retirados de NationMaster, in http://www.nationmaster.com/graph/eco_gdp-economy-gdp#source, acedido em 1 de Março de 2011.

polaca, como podemos constatar pelo rácio do *stock* de IDE em percentagem do PIB (cf. Figura 2) (Kashin, 2010; Laaksonen, 2010). Com o objectivo de perceber este facto afigura-se como importante analisar a evolução dos fluxos de IDE da Rússia e da Polónia entre os anos de 1990 e 2010.

Finalmente, é importante notar que o compromisso deste país em se afirmar como uma economia aberta ao mundo está explícito quando adere às principais instituições internacionais, designadamente a OCDE, em 1996, e nas alterações institucionais processadas em favor da atracção de IDE como a *Business Activity Law* de 1999 que permite às empresas estrangeiras usufruir dos mesmos direitos que as empresas nacionais polacas, o que lhes confere perante a lei, tratamento igualitário (UNCTAD, 2002).

Em 2009, devido à crise económico-financeira mundial, tanto a Polónia como a Rússia viram os seus níveis de IDE baixarem cerca de 22% e 48%, respectivamente. No entanto, o facto de a Polónia ter conseguido ficar neste item abaixo da média mundial (que se situou nos -37%), indicia que a este nível, a Polónia poderá não estar tão vulnerável às oscilações da economia internacional. Características do mercado polaco como a sua dimensão, localização central na Europa integrada, e os baixos custos da mão-de-obra e dos fornecedores, parecem levar os investidores estrangeiros a manter as suas posições neste país mesmo em cenário de crise, não desinvestindo em massa como acontece no caso russo.

Realizada a descrição da evolução de IDE dos dois estudos de caso Rússia e Polónia, iniciaremos na próxima secção, a análise da situação geopolítica da Rússia (Secção 3.3), a partir dos seus factores estáveis (Secção 3.3.1.), variáveis (Secção 3.3.2.) e produtos de interacção (Secção 3.3.3).

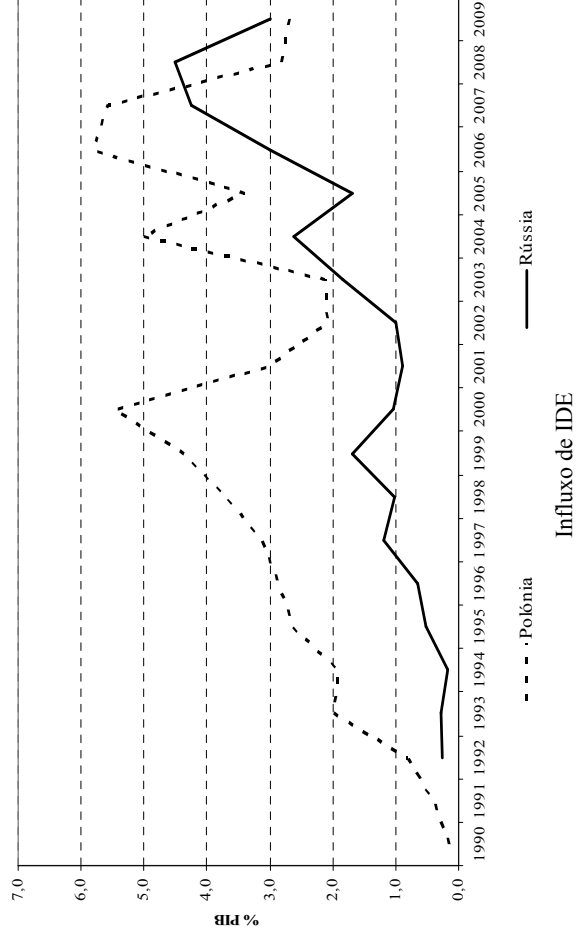
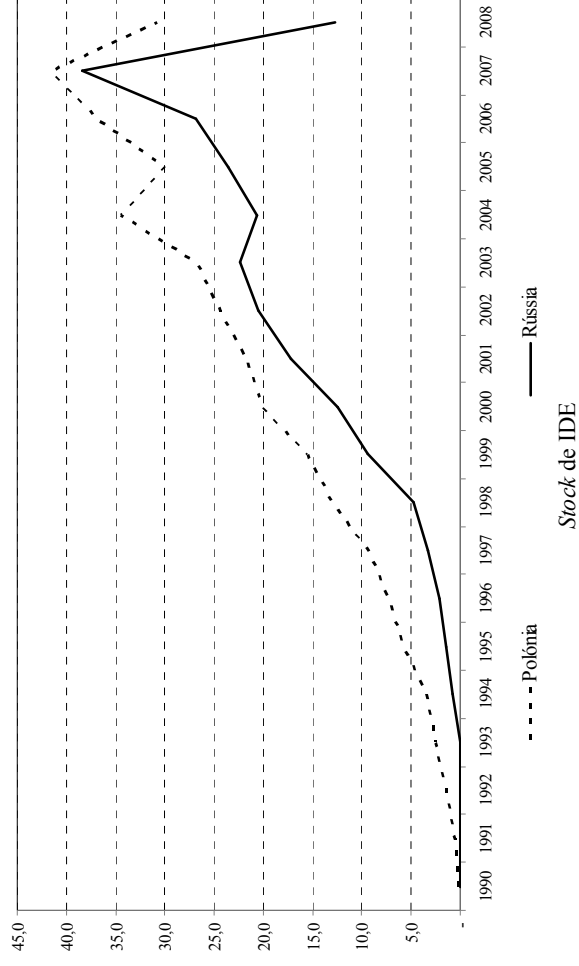
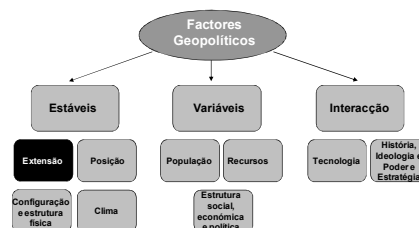


Figura 2: IDE como percentagem do PIB, 1990-2009
Fonte: UNCTAD, 2010

3.3. Factores geopolíticos e IDE: o caso Russo

3.3.1. Factores estáveis



Extensão

Embora o desmembramento da União Soviética tenha causado impactos geopolíticos profundos com a diminuição territorial e as alterações de fronteiras, a Rússia continua a representar um estado intercontinental de dimensões colossais, constituindo o maior território estatal a nível mundial (Cohen, 2003). Porém, não podemos afirmar que a maior ou menor extensão de um território é, por si só, um factor determinante de maior ou menor Poder para um Estado. A forma como essa extensão territorial é aproveitada e gerida pelo Poder político pode, no entanto, ser bastante importante não só em termos estratégicos como também a nível de captação de IDE. Assim, estudar a maneira como a Rússia organiza o seu território deve ser o primeiro passo a realizar, de forma a posteriormente confrontarmos esta informação com a distribuição de IDE pelas regiões deste país. Analisaremos em seguida o ecúmene, território nacional efectivo e anecúmene da Rússia.

Segundo Cohen (2003), a população russa está concentrada, na sua maioria, num ecúmene. Um ecúmene é uma área que contém uma grande densidade populacional e concentração de actividades económicas (Cohen, 2003), pelo que se analisarmos a zona de maior densidade populacional na Rússia, ou seja a região mais ocidental do país (*cf.* Figura 3a), com cerca de 33 a 7397 pessoas por km², encontramos nela decalcado o ecúmene (*cf.* espaço rodeado a preto na Figura 3b) que engloba as cidades de Moscovo e São Petersburgo

Dentro da zona ecuménica, estes dois pólos urbanos representam centros de dinâmicas culturais e socio-económicas (Cohen, 2003), sendo que a partir do momento em que uma cidade como Moscovo é escolhida como capital existirá uma tendência natural para um crescimento e impacto económico e demográfico na sua zona circundante (Dascher, 2000; Rawat, 2005).

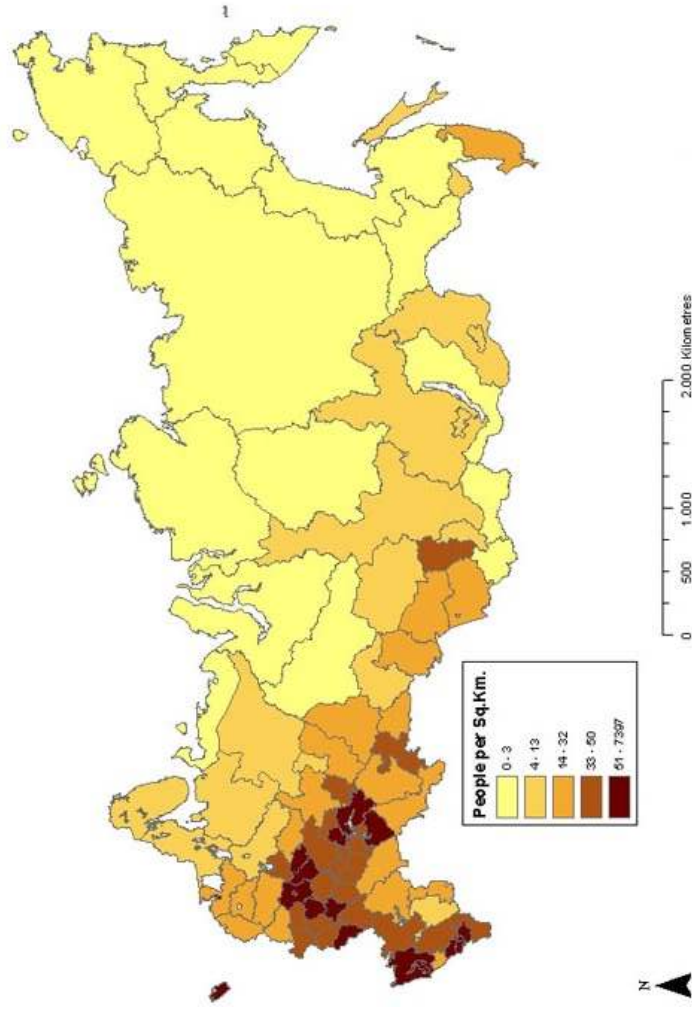


Figura 3a: Densidade populacional na Rússia, 2002

Fonte: University of Leicester, in <http://www.geog.le.ac.uk/russianheartland/DemographicMaps/SubjectsRegions.html>,
accedido em 14 de Março de 2011.



Figura 3b: Ecúmene, Território Nacional Efectivo e anecúmene

Fonte: Autora a partir da informação de Cohen (2003).

Nota: O mapa foi retirado de Ezilon, in <http://www.ezilon.com/maps/europe/russia-maps.html>, accedido em 3 de Fevereiro de 2010.

Legenda: Ecúmene – espaço rodeado a preto; TNE – espaço rodeado a cinza; Anecúmene – espaço rodeado a vermelho.

Figura 3: Rússia: Densidade populacional, Ecúmene, Território Nacional Efectivo e anecúmene

De facto, segundo Kashin (2010), só Moscovo conseguiu 35% das entradas de IDE totais entre os anos de 1998 e 2008 (*cf.* Figura 4). Por outro lado, São Petersburgo representa a cidade mais cosmopolita e o seu centro financeiro de toda a Rússia, tendo sido a sua capital política de 1712 até 1918.¹¹ Durante este período, São Petersburgo tornou-se na cidade russa mais próxima da cultura europeia, enquanto que Moscovo permaneceu o seu núcleo religioso.

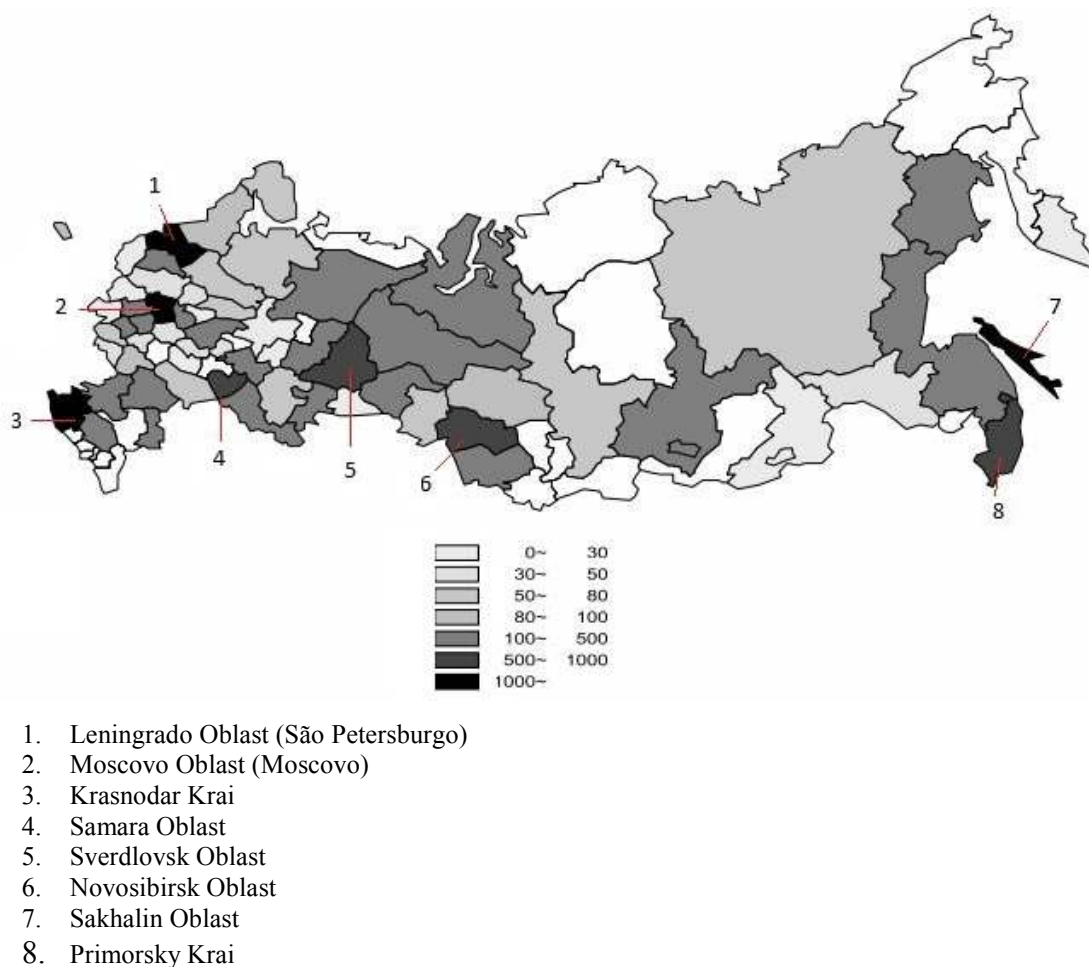


Figura 4: Distribuição regional do stock de IDE russo, 1993-2005, em milhões de USD
Fonte: Iwasaki e Suganuma (2005: 156)

Desta forma, existem uma visão simbólica das duas cidades núcleo do ecúmene. Enquanto que São Petersburgo simboliza a inovação, tecnologia, a capital financeira e absorve influências de outras culturas, Moscovo é uma cidade fechada em si mesma, com um pensamento mais conservador e tradicional (Cohen, 2003). Além do ecúmene

¹¹ Em 1712 o Czar Pedro, o Grande moveu a capital russa de Moscovo para São Petersburgo, cidade construída de raiz com o objectivo de europeizar o país. Em 1918, após a revolução bolchevique, a capital volta a ser Moscovo, abandonando, assim, todas as tendências czaristas e de aproximação ao ocidente. (Rawat, 2005).

podemos também delinear o território nacional efectivo (TNE), ou seja, zonas moderadamente populadas com recursos favoráveis, com grande potencial de desenvolvimento e expansão demográfica e económica (Cohen, 2003). Este está localizado essencialmente no Sul da Rússia e Sudoeste (*cf.* espaço rodeado a cinza Figura 3b), onde a densidade populacional é de cerca de 4 a 32 pessoas por km² (*cf.* Figura 3a).

Focando na capital russa, e atentando à sua localização ecuménica, podemos considerar que Moscovo possui uma posição estratégica nas rotas de comércio acentuada pela sua centralidade face à rede ferroviária, rede eléctrica e *pipelines* (Cohen, 2003), sendo o controlo destes últimos monopólio do Estado (Larsson, 2006; Laaksonen, 2010; Stone, 2010). Porém esta centralidade e equidistância não são conseguidas em relação às fronteiras. Esta questão é importante para a geopolítica ao analisar a importância e função das capitais dos Estados. Apesar de alguns autores afirmarem que a localização das capitais perde o sentido num mundo cada vez mais globalizado e que a sua análise tem sido subvalorizada pela literatura (Wolfel, 2002; Campbell, 2003), a verdade é que quase sempre a capital de um país representa um centro de grande dinâmica cultural, política, económica e até simbólica (Rawat, 2005) que projecta a imagem de um país para o mundo. O facto de Moscovo estar localizada no Extremo Ocidente da Rússia, acrescido de este ser um país de grande dimensão que se estende até ao Extremo Oriente, pode pôr em causa o desenvolvimento de regiões mais afastadas, fora do ecúmene, e a falta de controlo das mesmas, dependendo do sentido de espaço que a capital demonstrar, como vimos anteriormente.

Deste modo, encontramos quatro grandes tipos de zonas de investimento: Moscovo como o “premier entrepot” (Iwasaki e Suganuma, 2005: 160) e centro de organização de toda a economia nacional; regiões possuidoras de centros financeiros e industriais (*e.g.*, São Petersburgo, Leningrado Oblast, Krasnodar krai, Samara Oblast, Sverdlovsk Oblast e Novosibirsk Oblast); regiões com uma função portuária ou de porta de acesso ao resto do território (*e.g.* São Petersburgo, Leningrado Oblast, Krasnodar Krai e Primorsky Krai) e regiões bastante ricas em recursos minerais (*e.g.* Tyumen Oblast e Sakhalin Oblast). A maior parte destas zonas (à excepção do Sakhalin Oblast e Primorsky Krai) encontram-se no ecúmene e TNE.

Em relação ao ecúmene em geral, e a Moscovo em particular, ocorrem ainda dois tipos de situações, que facilmente caracterizam o sentido de espaço¹² russo. Por um lado, existem zonas que mesmo geograficamente distantes se encontram sobre forte controlo russo devido à sua importância estratégica e a nível de recursos económicos, como a zona Ártica ou a ilha de Sakhalin, rica em hidrocarbono e com elevados níveis de IDE (*cf.* Figura 3). Por outro, subsistem zonas próximas do ecúmene, com grande relevância económica mas sobre as quais a acção do governo é limitada, como é o caso dos Montes Urais (Cohen, 2003) e da província de Sverdlovsk que, apesar de se situar no TNE, chegou a declarar-se como uma república autónoma, a República Ural, em 1993 (Startsev, 1999; Hale, 2005).

Esta fraqueza de controlo sobre a zona Ural, às portas do seu ecúmene torna-se um grande desafio para o governo russo devido à importância estratégica de cidades como Yekaterinburg e Chelyabinsk, antigos centros nucleares e de enriquecimento de urânio e Magnitogorst, local da maior produção de aço na antiga URSS e actual centro metalúrgico (Rashnikov e Morozov, 2004). Para os primeiros é importante investir na redirecção do abundante e especializado pessoal técnico e científico para projectos civis, enquanto que, para o segundo, impera uma conversão e modernização da estrutura industrial, assim como a diversificação da mesma para além do sector metalúrgico (Cohen, 2003). A existência de IDE nestas zonas poderia servir de impulso à inovação e modernização, existindo transferência de tecnologia e conhecimento, cenário este que acaba por ser desencorajado pelo ambiente instável e pouco confiável para investimento estrangeiro que é vivido em toda a Rússia (Laaksonen, 2010).

Tal como é possível delimitarmos o ecúmene russo, também podemos assinalar uma zona anecuménica (*cf.* espaço rodeado a vermelho na Figura 3b), ou seja, uma região pouco povoada ou totalmente despovoada, o que normalmente se fica a dever a climas inóspitos (*e.g.* clima ártico) e condições geográficas adversas (*e.g.* zonas desérticas). O anecúmene russo sendo esta ocupado principalmente pela Sibéria e possui uma

¹² Diz-se que um Estado possui sentido de espaço quando este consegue perceber o seu território e o espaço exterior de forma a rentabilizá-lo ao máximo: ou seja, é capaz de o ocupar de igual forma sem grandes contrastes de densidade populacional, de aproveitar estrategicamente zonas anecuménicas ou de as converter em ecuménicas. Mais recentemente, tem-se utilizado o conceito de sentido de espaço no âmbito da geoeconomia, nos processos de integração económica (mercados comuns, uniões aduaneiras, zonas preferenciais de comércio, entre outras) e há já quem até sugira que o sentido de espaço ultrapassará os limites da atmosfera na Astropolítica. Para mais detalhes ver Dias (2006).

densidade populacional de cerca de 0 a 13 pessoas por km² (cf. Figura 3a). A habitabilidade nesta região está bastante limitada já que maioria do seu território é sujeito a invernos bastante rígidos e encontra-se coberto por *permafrost*¹³ (cf. Figura 5). Este tipo de solo tem implicações na actividade económica, dificultando, por exemplo, a construção de infra-estruturas como estradas caminhos-de-ferro e *pipelines* e tornando instável a edificação de estruturas (Anisimov e Reneva, 2006).



Figura 5: Distribuição do *permafrost* em território russo

Fonte: The University of Texas, in http://www.lib.utexas.edu/maps/commonwealth/soviet_permafrost_84.jpg, acessado em 14 de Março de 2011.

O facto de um país possuir uma extensão tão grande de território anecuménico não constitui obrigatoriamente uma desvantagem, se este for utilizado de forma estratégica.¹⁴ No caso russo o anecúmene envolve o Ártico (cf. Figura 5), zona de grande relevância geopolítica actual a nível científico, comercial, securitário e ambiental (Caitlyn, 2010). De facto, o fenómeno do aquecimento global e progressivo degelo da região ‘encurta’ a distância em relação ao resto do território ao melhorar a sua acessibilidade à actividade humana (Ebinger e Zambetakis, 2009). Assim, as

¹³ O *permafrost* constitui um tipo de solo que permanece a uma temperatura igual ou inferior a 0° C, por pelo menos dois anos consecutivos. International Permafrost Association, in <http://ipa.arcticportal.org/resources/what-is-permafrost>, acessado em 15 de Março de 2011.

¹⁴ Um exemplo de utilização estratégica do anecúmene é o caso da Índia que aproveita o Deserto de Thar para realização de testes nucleares.

perspectivas futuras acerca do Ártico envolvem um grande interesse económico baseado na navegação comercial, no turismo e na exploração dos ricos recursos naturais como o petróleo e o gás natural, já que a existem grandes depósitos destes recursos por explorar debaixo do *permafrost* (Kampula *et al*, 2011).



Figura 6: A região Ártica

Fonte: NSIDC, in http://nsidc.org/arcticmet/arctic_map.html, acessido em 15 de Março de 2011.

Em relação à navegação comercial, o degelo permitirá diminuir as distâncias nas viagens entre a Europa e a Ásia e reduzir os custos de transporte feitos através da *Northern Sea Route*. Este ‘corredor marítimo’ localizado entre o Oceano Atlântico e o Oceano Pacífico ao longo da costa russa tem potencial para se tornar numa rota muito importante para o comércio e turismo (Ebinger e Zambetakis, 2009; Laaksonen, 2010). A região Ártica usufrui, igualmente, de uma abundância de recursos energéticos a nível dos hidrocarbonetos e recursos piscícolas que a torna bastante apelativa para a Rússia (Laaksonen, 2010).

Porém, a tecnologia é um ponto fulcral nesta questão e, ao mesmo tempo que hoje ainda representa uma barreira a um maior desenvolvimento económico na região, pode futuramente atrair um grande volume de IDE. Como afirmam Ebinger e Zambetakis (2009), a tecnologia apropriada para o Ártico é escassa principalmente no que respeita a navios *icebreakers*, movidos a energia nuclear, necessários para a presença e

projectação de Poder na região.¹⁵ Estes navios possuem orçamentos extremamente elevados, com 1 bilião de dólares, e demoram cerca de oito anos a serem construídos o que torna mais difícil para as nações árticas investirem nesta região de forma mais acelerada e dela retirarem os respectivos benefícios. Outra barreira ao investimento no Ártico são os aspectos legais, sendo que a maior parte dos Estados defende o princípio presente no Tratado do Direito do Mar das Nações Unidas (UNCLOS) de 1982 de “herança comum da Humanidade”. Apesar disto, permanece o interesse unilateral económico de Estados como o das nações árticas, político como o da Rússia que anunciou planos para estabelecer forças militares no Ártico para protecção dos seus interesses, e científico como a Coreia do Sul, a China ou a Índia que patrocinaram expedições científicas ao Ártico (Ebinger e Zambetakis, 2009).

Desta forma, a importância geopolítica do Ártico acelerará quando a tecnologia estiver disponível de forma a tornar o acesso à região mais rápido e eficiente e quando as fronteiras e o enquadramento legal estiver perfeitamente delineado. As oportunidades de IDE afiguram-se grandes num futuro próximo, sendo que a Rússia assume que vai ser necessária ajuda financeira, tecnológica e a nível de *know-how* para colocar projectos no Ártico em acção (Ebinger e Zambetakis, 2009).

Ainda acerca da ‘Extensão’ territorial e do sentido de espaço demonstrado pelas autoridades russas na gestão do seu território, não podemos deixar de analisar duas questões relevantes: o enclave¹⁶ de Caliningrado (*cf.* Figura 7) e as Zonas Económicas Especiais (ZEE).

¹⁵ Dos cinco países árticos, Rússia, Canadá, EUA, Dinamarca (Gronelândia) e Noruega (Svalbard), apenas os três primeiros possuem *icebreakers*, sendo que a Rússia conta com 20, o Canadá com 12 e os EUA com 1.

¹⁶ Um enclave é uma porção de território que, pertencendo a um Estado, encontra-se completamente ou na sua maior parte separado deste por um território estrangeiro.



Figura 7: Localização geográfica do enclave de Caliningrado

Fonte: BBC News, in <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/4645447.stm>, acedido em 21 de Fevereiro de 2011.

Caliningrado possui uma posição geográfica e geopolítica singular (Smorodinskaya, 2001; Stepanov, 2003; Vitunic, 2003) ao representar o território mais ocidental da Rússia e o único acesso deste país ao Mar Báltico. As suas fronteiras com a Polónia e a Lituânia são um desafio e a maior oportunidade para Moscovo, como porta de ligação à União Europeia. Este enclave em plena zona Schengen e rodeado por um mercado europeu em rápido crescimento económico (Hedenskog e Oldberg 2002; Vitunic, 2003) apresenta-se também como um desafio ao espaço europeu (Smorodinskaya, 2001; Vinokurov, 2004). Para ambos os pólos, Rússia e UE, Caliningrado permanece na dupla possibilidade de integração ou isolamento (Vitunic, 2003) sendo que resposta que for dada acabará por representar a forma como a Rússia e a Europa interpretam a sua relação (Smorodinskaya, 2001). Se por um lado os seus maiores parceiros económicos pertencem à União Europeia, como a Lituânia e a Polónia, o que faz com que este Oblast oriente o seu comércio para o Ocidente, por outro lado, a União Europeia considera-o um mercado muito pequeno (Hedenskog e Oldberg, 2002) e cujos produtos não satisfazem os padrões de qualidade exigidos pela instituição europeia. Esta assimetria regional face aos seus vizinhos mais próximos é acentuada pelo declínio industrial da região, seu sustento económico durante o tempo da União Soviética, que se verificou após o estabelecimento desta como *Free Economic Zone* em 1991 e como ZEE em 1996 (Stepanov, 2003). O objectivo desta decisão foi diminuir os altos custos de transporte e taxas alfandegárias que aumentavam os custos dos produtos devido à distância geográfica do enclave face ao restante país (Hedenskog e Oldberg, 2002).

Porém, estes benefícios fiscais acabaram por conduzir a um aumento das importações, principalmente da Polónia e Lituânia, superior às restantes regiões russas, que ao substituírem a produção local colocaram em causa a sua força competitiva (Smorodinskaya, 2001). Assim, em 1998, a produção industrial era apenas 29% da existente em 1990 (Sberegaev, 2005).

Apesar das condições económicas favoráveis ao investimento estrangeiro a nível de encargos fiscais, o estabelecimento da ZEE também não trouxe o *boom* esperado a nível de volume de IDE, continuando este abaixo da média do resto da Rússia (Stepanov, 2003; Liutho, 2007), contando apenas com 0.2% do IDE total desta em 2004 (Liuhto, 2007). Em comparação com países vizinhos como a Lituânia, a Polónia ou a Estónia esta região usufruía em 2003 de um *stock* de IDE cinco vezes inferior (Pursiainen e Medvedev, 2005).

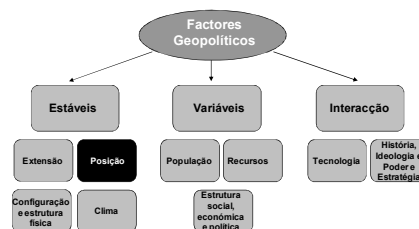
Quanto às ZEE, estas possuem benefícios fiscais que proporcionam uma vantagem comparativa para as empresas estrangeiras e russas que queiram investir nos sectores respeitantes a cada região, dividindo-se as ZEE em seis categorias (Liuhto, 2009): inovação (*e.g.* São Petersburgo e Tomsk); turismo, (*e.g.* Caliningrado e Krasnodar); manufacturas (*e.g.* Lieptsk e a República de Tatarstan); zonas portuárias (*e.g.* Khabarovsk e Krasnoyarsk); “the old zones”, que trabalham segundo a legislação em vigor nos anos 90 (*e.g.* Magadan); e “gambling” zones (*e.g.* Primorie District). Porém, as ZEE não têm tido o sucesso esperado. Liuhto (2009) aponta como fraquezas o facto de as ZEE não formarem uma rede integrada entre si, nem estarem ligadas às Universidades, centros de inovação e empresas de maneira a existir transferência de informação e tecnologia, transmitindo uma imagem de *low-tech country* aos investidores estrangeiros. Outra fraqueza está intimamente ligada ao maior *handicap* da Rússia no que refere à atracção de IDE, ou seja, a sua imagem de um *business environment* instável e pouco seguro que faz as empresas estrangeiras recearem investir o seu capital. A aplicação do princípio “one window” às ZEE, na tentativa de reduzir a sua burocracia, não resulta no enquadramento russo pois pode conduzir a subjectividade de interpretação e corrupção (Liuhto, 2009). No entanto, e mais uma vez, as ZEE demonstram sentido de espaço do governo russo ao tentarem organizar o seu vasto território de forma a impulsionar a economia e o IDE. Resultados superiores podem-se ser alcançados quando alicerçados a condições paralelas como o melhoramento do

ambiente de negócios e a uma verdadeira adequação da nomenclatura da ZEE às características da região a que é aplicada. Um exemplo seria a aplicação do estatuto de ZEE Portuária ao enclave de Caliningrado, devido à posição deste junto ao Mar Báltico (*cf.* Figura 7), o que aliado com a sua forte ligação às economias europeias poderia impulsionar o IDE oriundo destas últimas relativo a questões logísticas nesta zona.

Deste modo, e em relação à ‘Extensão’ e à ligação Ecúmene/ TNE, sentido de espaço e volume dos níveis de IDE podemos tirar várias conclusões. Primeiro, parece correcto afirmar que, por um lado, a Rússia apresenta um bom sentido de espaço em relação às zonas ricas em recursos energéticos mesmo quando estas se encontram em posições mais distantes, intervindo activamente nelas e procurando o seu desenvolvimento, o que demonstra a importância estratégica deste sector (Larsson, 2006; Laaksonen, 2010; Ledyeva *et al.*, 2010). Este pensamento pragmático e estratégico também se reflecte no caso do enclave de Caliningrado, encarado como uma ‘porta de acesso’ ao mercado Europeu e ao Mar Báltico, devido à sua posição destacada no seio da Europa integrada. Ainda em relação ao enclave Moscovito conseguiu compreender que esta posição de importância económica veio substituir a visão de bastião militar do tempo soviético (Vitunic, 2003) mostrando, assim, uma adaptação da mesma a uma nova realidade geopolítica, afastada dos pressupostos securitários. Apesar de os resultados da ZEE de Caliningrado não terem sido os esperados a nível económico, a forma como a Rússia conseguiu utilizar as características espaciais de um enclave que poderia trazer uma desvantagem estratégica para si (*e.g.* falta de transportes directos, isolamento das populações face ao centro) interpretando-as a seu favor, prova um verdadeiro sentido de espaço.

Por outro lado, existem zonas do território russo que, embora economicamente relevantes, parecem “esquecidas” pelo governo (*e.g.* Yekaterinburg e Chelyabinsk, ambos inseridos no TNE) dificultando a sua transição para uma economia de mercado, facto apontado como um dos principais entraves ao IDE na Rússia (Laaksonen, 2010). Desta forma, serão possíveis dois cenários. Num primeiro, o governo russo encara que estas zonas do TNE possuem um potencial latente de crescimento a ser activado através de políticas de incentivo económico e de atracção de IDE, possibilitando o alargamento para Este e Sudeste do ecúmene actualmente concentrado exclusivamente a Ocidente (*cf.* Figura 3b). Num segundo cenário, a tendência será a cada vez mais concentração da

economia russa no Ocidente do país e o isolamento de regiões economicamente atractivas como o Sakhalin e, num futuro próximo, a região Ártica.



Posição

No que respeita à ‘Posição’ russa, dividimo-la em duas partes: primeiro, o seu posicionamento em relação ao mar e respectivos portos marítimos (*cf.* Figura 8); segundo, face a terra, ou seja, as suas fronteiras com outros países.

A Rússia apresenta-se como um estado insular, ou seja, ao contrário do que acontece com os estados internos (*e.g.* Lesoto, em África, e Suíça, na Europa), possui acesso ao mar nos quatro pontos cardiais, com cerca de 37000 km de costa (CIA, 2011). Devemos ter presente que o mar é das vias de transporte mais utilizadas a nível global, com custos mais reduzidos, adquirindo os portos marítimos uma significância económica acrescida como *enablers* da participação dos países insulares nas redes económicas internacionais (UNCTAD, 2003).

No caso russo, alguns desses portos são exportadores de milhões de toneladas de petróleo por ano (*e.g.* portos no Mar Báltico e Mar Negro), adquirindo um forte potencial de interesse e investimento de empresas estrangeiras. Porém, esta aparente vantagem competitiva assente no pressuposto de que os Estados com acesso ao mar têm uma maior facilidade em atrair IDE do que os estados internos (UNCTAD, 2003), acaba por ser apenas “ilusória” no caso russo (Brodin, 2003; Rykhtik, 2009). Isto deve-se ao facto de apesar da extensa orla costeira, poucos são os portos marítimos que são verdadeiramente aproveitados e adequados ao volume de comércio russo. No Extremo Oriente existem vários portos na costa Pacífico mas somente alguns possuem ligação rodoviária com o interior do país. Apenas três portos nesta região, Vladivostok, Vostochny e Nakhodka, situados a Sudeste, operam eficientemente. O problema é que se encontram a milhares de quilómetros dos seus mercados principais na Sibéria e a uma distância de duas semanas de comboio de Moscovo (Brodin, 2003). Nestes casos podemos confirmar a actualidade e importância da temática das distâncias, abordado na revisão da literatura e os entraves que um país geograficamente extenso pode enfrentar

em campos como o da economia dos transportes. A Sul e a Sudeste são visíveis os impactos geopolíticos do desmembramento da URSS visto que a Rússia perdeu em zonas como o Mar Negro portos importantes como o de Odessa, controlado agora pela Ucrânia, e Batumi e Suchumi, domínio da Geórgia. Apenas Novorossiysk, o maior porto da antiga - URSS, e Tuape se mantêm sob o controlo russo na região do Mar Negro (Brodin, 2003).



Figura 8: Portos marítimos russos

Fonte: Kämärä (2009)

A zona mais importante a nível de portos é o Noroeste russo, dividido em três zonas importantes, a zona Norte, o Golfo da Finlândia e a zona Báltica, que conseguem em conjunto obter de 45% a 47% do volume total de cargas nacionais (Kämärä, 2010). Assim, a Norte encontramos apenas dois grandes portos internacionais, Murmansk e Arkhangelsk, sendo que apenas o primeiro consegue operar o ano inteiro devido à congelação das águas do segundo. No Golfo da Finlândia, o porto de São Petersburgo, de grande importância devido à zona que serve e à sólida rede de transportes terrestres fica isolado durante o inverno devido ao congelamento do mar (Rykhtik, 2009).

O acesso ao Mar Báltico está bastante condicionado desde o fim da URSS, tendo adquirido uma importância acrescida ao tratar-se da principal base de relações económicas entre a Rússia e os Estados Bálticos (Brodin, 2003). Se até 1989 este mar era maioritariamente circundado por limites soviéticos (*cf.* Figura 9) além da Finlândia,

da Suécia e da Dinamarca, actualmente a Rússia vê-se obrigada a partilhá-lo também com Polónia, Países Bálticos (Lituânia, Letónia e Estónia) e Alemanha (cf. Figura 9). O único porto russo no Mar Báltico com características ‘ice-free’, ou seja, em funcionamento durante todo o ano é Caliningrado (Kāmārā, 2010), acentuando a importância estratégica deste (cf. ‘Extensão’). Esta zona adquire bastante importância geopolítica e económica como centro de distribuição de petróleo, recurso essencial na estratégia russa (cf. ‘Estratégia’). Assim, o porto de Primorsk representa o terminal portuário do Baltic Pipeline System, que transporta petróleo desde Pechora, Sibéria Ocidental e da região Ural-Volga, para distribuição para o mercado Europeu (Brodin, 2003).



Figura 9: Mar Báltico e países circundantes, em 1989 e 2010

Fonte: Adaptado de Esacademic, in http://www.esacademic.com/pictures/eswiki/67/Cold_war_europe_military_alliances_map_en.png, acedido em 23 de Fevereiro de 2010, The Encyclopedia of Earth, in http://www.eoearth.org/article/Baltic_Sea?topic=49523, acedido em 23 de Fevereiro de 2010.

Concluindo, os dois únicos portos oceânicos na Rússia, de águas profundas e em funcionamento todo o ano são Vladivostok e Murmansk, mas encontram-se muito longe dos centros económicos (Rykhtik, 2009).

Face a isto, podemos concluir que o IDE em projectos em zonas portuárias é sustentável. Por um lado, este é um objectivo do governo russo como se verificou no estabelecimento das ZEE portuárias para o estímulo de *logistic hubs*. Por outro lado, os investidores estrangeiros poderão ver esta falha infra-estrutural, ou seja, a saturação de portos de grande capacidade como Murmansk e São Petersburgo e subaproveitamento de outros, como uma oportunidade de IDE. Para além dos portos em si, o IDE em zonas portuárias é mais propício do que em zonas não-portuárias, essencialmente em empresas

orientadas para as exportações, como se pôde verificar no período pós-crise, de 1999 a 2002 (Ledyaeva, 2009).

A nível de fronteiras terrestres, estas foram fortemente afectadas pelo final da URSS. A queda do muro de Berlim alterou dramaticamente as dinâmicas da Eurásia, perdendo a Rússia terreno, não só para as outras potências mundiais como os Estados Unidos e a União Europeia, mas também para os novos Estados que durante bastante tempo se mantiveram na sua periferia e influência, como a Polónia ou a Ucrânia. Desta forma, as alterações físicas do pós-União Soviética têm repercussões na maneira como a Rússia se posiciona no mundo e face aos seus principais vizinhos, UE, China e Ásia Central.

Através da análise geográfica do território russo antes e depois de 1990, podemos perceber que a fronteira russa mais ocidental retraiu em direcção a Leste e proximidade face aos países da Europa Ocidental ficou reduzida. De facto, enquanto que a União Soviética e os seus países de influência como a Polónia possuíam fronteiras directas com países como a República Federal da Alemanha, a Rússia pós-1990 vê-se numa primeira fase (1990-2004), isolada a Nordeste da Europa e sem a “vizinhança” da UE que poderia preponderar na facilidade abertura do seu mercado e integração na economia global. Apesar disto, existe neste período a expectativa generalizada entre os países da UE que a Rússia, após um processo de reestruturação se tornasse um país europeu, democrata e liberal à sua imagem, convertendo-se numa “aprendiz das práticas económicas e políticas europeias (Neumann, 1997: 158). Esta vontade de aproximação fica latente no Acordo de Parceria e Cooperação de 1997, criado com o objectivo de alinhar a legislação entre o bloco europeu e a Rússia, essencialmente na área económica (Markku, 2010).

Esta tentativa de aproximação não obtém os resultados esperados, e a Rússia não passa por um processo de integração semelhante aos dos outros Estados de Leste, que acaba por ser concretizado em 2004, com as adesões à UE da República Checa, Chipre, Eslováquia, Eslovénia, Estónia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta e Polónia e 2007, da Bulgária e Roménia. Estes Estados ajudaram a acentuar a barreira entre a UE e a Rússia, ao representarem o ponto essencial de discórdia desta última em relação ao mundo

ocidental. Ao não aceitar a integração dos seus ex - Estados satélite nos organismos internacionais predominantemente ocidentais, como a UE ou a NATO.¹⁷

Moscovo demonstra a existência de um ‘orgulho ferido’ assente na ideia de um passado imperial e de superpotência e na perda de influência sobre estes Estados. Além disso, o facto de a Rússia se encontrar numa posição enfraquecida em relação à EU e de só querer colaborar em questões do seu interesse unilateral, num pragmatismo acentuado, não ajudou a que a Rússia tenha concretizado as expectativas de se converter num país democrático e liberal, plenamente integrado na UE (Markku, 2010).

Actualmente, a Rússia é vista pela Europa como “inintegrável” (Haukkala, 2003: 288), pois não se consegue perceber como uma entidade capaz de aprender com os outros, posicionando-se como uma superpotência latente. Mais concretamente, a visão negativa que os Estados Bálticos possuem da Rússia tem impactos a nível das suas fronteiras comuns. No caso da Estónia, esta apressou a entrada em vigor do espaço *Schengen* ao mesmo tempo que restringiu fronteira com a Rússia, com a implementação de um visto. Isto faz com que a Rússia desconfie de alguns Estados como os Estados Bálticos e a Polónia, que considera a “falsa Europa” (Markku, 2010: 62), e aposte nas relações bilaterais em detrimento de dialogar com a UE como um todo.

Após termos analisado as fronteiras ocidentais, passamos às fronteiras russas com a Ásia. O argumento euroasiático ainda é aplicável à maneira da Rússia ver a sua posição no Mundo, mesmo após a perda territorial sofrida em 1990. Este justifica o facto de a Rússia querer manter uma esfera de influência sobre as regiões adjacentes, já que sempre utilizou o facto de possuir fronteiras e interesses tanto na Europa como na Ásia na sua política externa, alternando pragmaticamente as suas parcerias e evitando situações de isolamento (Rangsimaporn, 2006). Desta forma, a Rússia encara as suas relações asiáticas, com os países do Cáucaso, como a Geórgia, da Ásia Central, como o Cazaquistão, o Azerbaijão, Uzbequistão, entre outros, e do Extremo Oriente, como a China, de maneira diferenciada e determinada pela sua imagem de si própria enquanto potência latente.

¹⁷ Em Março de 1999 e de 2004, dez países que integravam o Bloco Soviético e o extinto Pacto de Varsóvia aderiram à NATO. São eles: República Checa, Hungria e Polónia (1999) e Bulgária, Estónia, Letónia, Lituânia, Roménia, Eslováquia e Eslovénia (2004). A estes juntaram-se em 2009, Albânia e Croácia. Ver: NATO, in http://www.nato.int/cps/en/natolive/topics_52044.htm?, acedido em 9 de Março de 2010.

O Cáucaso é encarado pela Rússia na mesma perspectiva dos países da ECL, ou seja, como um ex-território sobre o qual Moscovo pretende manter a sua influência mas que se encontra cada vez mais próximo do Ocidente. Acresce fazer algumas considerações. Em primeiro lugar, é preciso termos consciência da posição geoestratégica da Geórgia enquanto local de passagem da conduta de gás do Sul do Cáucaso e o interesse que esta pode despoletar junto das grandes potências. Em segundo, a Geórgia integrou até 1990 a área de influência soviética, e quando no final da Guerra-Fria alcançou a independência, viu parte do seu território, a Ossétia do Sul a desejar manter-se ligado à recém-formada Federação Russa. Em terceiro e último lugar, assistimos actualmente à expansão da Aliança Atlântica para a Europa de Leste e à vontade da Geórgia de se tornar membro da NATO tendo já tido o aval desta, embora não necessariamente a curto prazo.¹⁸ Tudo isto conjugado acabou por conduzir à Guerra nesta região em 2008, despoletada pela invasão russa da Geórgia com o argumento de defesa dos cidadãos russos neste território. Este pensamento é frequentemente utilizado pelos russos, ao afirmarem que devem existir uma consciência e um sentimento de pertença comum à nação russa, independentemente do local onde se encontre (Bassin, 2008).

Por último, as relações com a China adquirem uma relevância geoestratégica no cenário internacional, pelas dinâmicas que representam na região Ásia-Pacífico (Umbach, 2004). Até 1989 a URSS era a grande potência asiática e contava com um grande número de Estados pró-soviéticos, entre eles a Índia, o Camboja, o Laos, o Vietname e o Afeganistão. Actualmente, a balança de Poder alterou-se e os Estados da Ásia Central e Subcontinente Indiano vêm-se obrigados a equilibrar as suas alianças entre Rússia, o Ocidente e a nova potência regional, a China (Trenin, 2000). Esta última faz um percurso inverso ao russo, de ascensão e afirmação mundial.

As relações entre Rússia e China assentam, não numa verdadeira aliança, mas antes numa parceria estratégica e pragmática, onde cada um dos países procuram alcançar benefícios da relação com o outro. Desta forma, a China obtém da Rússia armamento, petróleo e cooperação contra o terrorismo e contra o tráfico de droga na Ásia Central, enquanto que a Rússia apenas adquire os rendimentos da venda de armas e energia

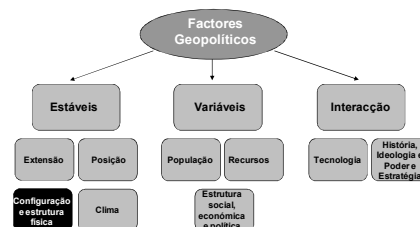
¹⁸ Esta decisão foi tomada durante o *Bucharest Summit* no qual não foi oferecida à Geórgia a garantia de aderir brevemente à NATO, não sendo definida data. Face a este ponto a Rússia tem mostrado a sua oposição. Ver: BBC News, in <http://news.bbc.co.uk/2/hi/7328276.stm>, acedido em 9 de Março de 2010.

(Trenin, 2000). A nível de IDE, a China representa apenas 5% das entradas de IDE na Rússia (Trenin, 2000). Para lá da economia, parece existir a concordância dos dois países em assuntos como os Direitos Humanos, as minorias étnicas, as intervenções humanitárias no seio da ONU e a projecção de Poder ocidental. Este último ponto é a base da relação entre Rússia e China, sendo que ambas pretendem a partilha do Poder mundial por várias zonas entre elas, Europa, China, Rússia, Índia e Japão.

Desta forma podemos concluir que a Posição russa pode ter implicações a nível das entradas de IDE, porém de forma indirecta. Assim, a relação da Rússia com os países que a rodeiam em geral, e mais concretamente com aqueles com quais faz fronteira é essencial para as suas relações económicas e tem impacto na atractividade do país para o investimento estrangeiro. Naturalmente as empresas instaladas em países onde existam uma desarmonia política para com a Rússia terão menor propensão em investir, ainda mais ao predominar a ideia de um ambiente de negócios instável, pouco transparente, onde a igualdade de tratamento face às empresas nacionais poderia não ser totalmente assegurada.

Em relação aos seus ex-Estados satélites, tanto no caso dos que integram actualmente a UE como os do Cáucaso, existe uma expansão da influência e ideias ocidentais concretizada no alargamento da NATO a estes países que parece afastar a preponderância ambicionada pelos russos para estas regiões. Assim, no caso europeu e como consequência do seu afastamento intencional do *core* das normas e valores do velho continente, a Rússia vê reduzida a sua esfera de influência política nos seus ex-Estados satélite em benefício dos mesmos países que detém o maior volume de IDE investido nestas região, ou seja, os EUA (Zorska, 2005). Por outro lado, Estados-membros da UE como a Holanda, o Chipre e a Alemanha não perdem de vista o mercado russo como destino de investimento e representam alguns dos seus maiores investidores, com respectivamente 24.2%, 20.3% e 13.2% das entradas de IDE em 2008 (Kashin, 2010: 68). Isto tanto pode representar o interesse por um país abundante em recursos naturais e um mercado imenso, que embora não possua o melhor enquadramento legal e económico, possui um grande potencial de mercado latente, como pode ficar a dever-se à grande dependência que a Europa Ocidental possui em relação à energia russa, essencialmente o gás natural, arma política e estratégica frequentemente utilizada (*cf.* 'Estratégia'). Em relação à China podemos afirmar que o

Japão, os EUA e a Europa continuarão a ser os seus mercados de maior relevância e os impulsionadores para que esta permaneça numa potência tecnológica e industrial, enquanto que a Rússia pouco poderá influenciar neste objectivo (Trenin, 2000).



Configuração e estrutura física

Neste ponto aglomeramos dois factores geopolíticos estáveis, a Configuração e a Estrutura Física, que serão analisados em simultâneo devido ao facto de ambas assentarem numa abordagem da forma do país. A configuração física da Rússia assenta no facto do seu território ser alargado, em oposição a Estados compactos, como por exemplo a França, fragmentados como o Japão ou irregulares como a Índia. Estados alargados como o russo podem acarretar vantagens como a maior possibilidade de existência de recursos naturais (*cf.* ‘Recursos’). Como afirma Brodin (2003: 67), a ex-URSS é frequentemente referida como “o único país do mundo que contém dentro das suas fronteiras todas os elementos da tabela periódica”, o que demonstra a sua riqueza natural. Por outro lado, os Estados alargados, ao contrário dos compactos, tornam mais difícil a sua estruturação, principalmente a nível da rede de comunicações e organização do poder político. Assim, Estados alargados e de grande dimensão como a Rússia ou os EUA podem optar por uma organização territorial de base federal, no sentido de descentralização de Poder, embora isto não seja verificável em todos os Estados do mesmo tipo.

Ao referirmos a organização territorial a nível de ‘forma’ impera que seja abordada a questão das infra-estruturas e dos transportes. As vias de transporte (*e.g.* rodoviárias, ferroviárias, aéreas e *pipelines*) são elementos essenciais ao servirem de alavanca às zonas onde se inserem como estímulos à economia e ao tecido social locais (Uyanaev, 2007).¹⁹ A configuração e estrutura físicas voltam a reflectir a dinâmica diferenciadora

¹⁹ De todos os meios de transporte, a ferrovia e os *pipelines* afiguram-se como os mais importantes para a constituição da situação geopolítica russa, pela importância estratégica que possuem: o primeiro pelo seu potencial de conexão regional, e os segundos pois fazem são o veículo principal da Rússia assente nos recursos energéticos. Nesta secção abordamos a configuração da ferrovia russa, deixando a questão dos *pipelines* para a Secção 3.3.2 (Factores Variáveis, no ponto ‘Recursos’) em virtude da respectiva centralidade na temática dos ‘Recursos’.

entre Rússia europeia,²⁰ predominada pelo ecúmene e TNE, e Rússia asiática e de Leste, zona anecuménica, que tem acompanhado esta análise. De facto, a percentagem de quilómetros de vias de transporte (ferroviária e rodoviária) em relação aos quilómetros totais do território russo é bastante assimétrica nestes dois pólos tendo em conta a dimensão de ambos (*cf.* Tabela 4): a região europeia ocupa 25.2% do território total, enquanto que a região asiática engloba 74.8% do mesmo. Acentua-se, assim, o isolamento da região anecuménica que além de possuir naturalmente condições a nível de estrutura física adversas à fixação de população e ao desenvolvimento de actividades económicas, também não beneficia do investimento necessário em infra-estruturas e transportes. Regiões como o Nordeste russo são das mais afectadas. O isolamento geográfico e a falta de acessibilidade que existem nesta zona fazem com que subsistam regiões que dependem das importações de produtos alimentares e de consumo dos seus vizinhos asiáticos, já que os custos de transporte desde a Rússia Ocidental são claramente elevados (Wishnick, 2002).

Tabela 4: Proporção de quilómetros de vias de transporte na Rússia Europeia e na Rússia Asiática, em percentagem

Via de transporte	Rússia Europeia	Rússia Asiática
<i>Ferroviária</i>	68.5	31.5
<i>Rodoviária</i>	78.4	21.6

Fonte: IIASA, in http://www.iiasa.ac.at/Research/FOR/russia_cd/trans_des.htm, acedido em 22 de Março de 2011.

Na generalidade do Leste russo, o sistema de transportes é muito simples. As infra-estruturas encontram-se em estado de subdesenvolvimento com uma baixa densidade de meios de transporte (Choe, 1992; Wishnick, 2002; Pynnöniemi, 2008) o que dificulta as ligações à rede principal, como a *Trans Siberian Railway* (TSR). Desta forma, a maior parte das cargas tem de passar por vários transbordos e tipos de transporte para alcançarem o seu destino, aumentando os custos e o tempo despendido (Choe, 1992). Como referido na análise da quantidade e adequabilidade dos portos marítimos (*cf.* ‘Posição’) permanece o pensamento falacioso de que a polivalência e amplitude geográfica da Rússia a conduzem ao lugar de potência, pois apesar das suas características geopolíticas serem inigualáveis, não existe um digno aproveitamento das mesmas. Assim, no caso dos transportes e infra-estruturas, o seu menor

²⁰ É comumente aceite que a divisão entre Rússia Europeia e Asiática é traçada pelos Montes Urais.

desenvolvimento pode estar relacionado com uma aposta mais efectiva em sectores que produzem resultados directos e a curto prazo, como o sector de produção ou energético.

Se analisarmos a rede ferroviária na Rússia, podemos constatar que estas são essenciais para o país, contando com 40% total das cargas totais realizadas (Pynnöniemi, 2008). Fazendo a ligação de Moscovo e São Petersburgo, através dos Montes Urais até à Rússia de Leste, a TSR (*cf.* Figura 10) continua a possuir uma grande importância para o sistema de transportes de toda a Rússia, em especial para o Leste, constituindo a sua espinha dorsal (Choe, 1992).



Figura 10: A Trans Siberian Railway (traçada a vermelho)

Fonte: Mappery, in <http://mappery.com/Trans-Siberian-Railway-Map>, acedido em 22 de Março de 2011.

Legenda: Linha vermelha: Trans Siberian Railway; linha amarela: Trans-Manchurian; linha rosa: Trans-Mongolian; linha verde: Baikal-Amul Mainline

Porém, se a nível interno o TSR possui um papel vital, a nível internacional a sua importância é ainda maior. Esta via de transporte representa a única ligação ferroviária significativa entre a Europa e a Ásia Oriental. Articulados com esta via ferroviária alguns portos marítimos do extremo Leste russo, como Vladivostok, são a origem de frequentes conexões com o Japão, Coreia do Sul e China (Ivanova *et al.*, 2006), parceiros comerciais regionais de peso para a Rússia. Apesar de contar com apenas 1% dos transportes entre a Europa e a Ásia (Ivanova *et al.*, 2006), a TSR tem também ganho

vantagem face ao transporte marítimo entre a Ásia e a Europa (Tsuji, 2005) em termos de tempo (*cf.* Tabela 5) e custos de transporte.

Tabela 5: Tempo de transporte entre Busan (Coreia do Sul) / Kobe (Japão) / Shanghai (China) e Hamina (Finlândia), em dias

Via	Busan (Koreia Sul)	Kobe (Japão)	Shanghai (China)
<i>Marítma</i>	35	35	35
<i>TSRa</i>	18-22	24	26

Fonte: Tsuji (2005: 8).

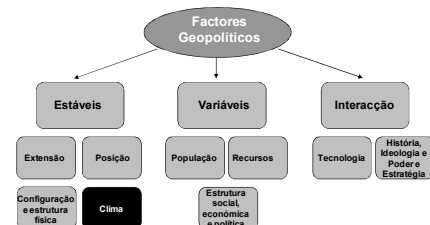
Devido à sua posição geopolítica e crescente comércio entre a Europa e a Ásia, a sua relevância possui potencial para aumentar no futuro, contudo, se não forem produzidas alterações, continuará a assentar essencialmente no transporte de matérias-primas: por um lado, a existência de uma diminuição do preço do transporte entre a Ásia e a Europa, o TSR pode conduzir a problemas de capacidade; por outro lado, os requisitos para transportar produtos de maior qualidade, como os electrónicos, são bem diferentes dos do transporte de matérias-primas (Ivanova *et al.*, 2006). A capacidade de transporte ferroviário para os produtos que provém actualmente da China, maioritariamente de baixo preço e em grande quantidade, não existe e o transporte marítimo continua a ser privilegiado nas ligações entre a Europa e a Ásia (Ivanova *et al.*, 2006).

Assim, tendo em consideração a importância desta rota para o comércio regional, a Rússia manifesta interesse em investir na modernização e expansão da TSR, tornando as fraquezas actuais como a necessidade de ampliação e adaptação ao esperado aumento do volume de trânsito (Lautso *et al.*, 2005) em oportunidades de investimento estrangeiro futuras. Este interesse é estratégico e tem por base os benefícios que o investimento pode trazer a nível de reforço da sua presença geopolítica e económica na região. O estatuto de potência regional não pode ser conseguido se os investidores estrangeiros continuarem a ter uma impressão negativa das infra-estruturas russas (Pynnöniemi, 2008). Constituir a ‘ponte’ das transacções económicas e transporte de mercadorias entre a Europa e a Ásia em vez da “estrada sem saída” que é actualmente (Pynnöniemi, 2008:2), é o objectivo da Rússia actual e aparece frequentemente nas declarações políticas do governo (Uyanaev, 2007; Pynnöniemi, 2008). Este tipo de projecto oferece uma forte potencialidade de investimento em cooperação com os seus parceiros como o Japão ou a China (Uyanaev, 2007).

Assim, em jeito de conclusão podemos afirmar que a distância à capital prova mais uma vez ser determinante para a organização do território. A questão dos transportes demonstra as diferenças entre o ecúmene e o anecúmene e é essencial para o desenvolvimento de uma situação geopolítica mais fortalecida, mas também pode proporcionar uma boa conjuntura para IDE.

A nível geopolítico as infra-estruturas e os transportes contribuem para que a Rússia se converta numa importante ‘ponte’ entre a Europa e a Ásia, consolidando o seu estatuto de potência regional perdido aquando do fim da URSS.

A nível económico, as vias de transporte constituem uma ‘faca de dois gumes’. Por um lado são essenciais para o desenvolvimento económico das regiões que atravessam e um incentivo para os investidores estrangeiros apostarem nestas em detrimento de outras, pior servidas a nível de infra-estruturas, como é o caso do Nordeste russo. Por outro, a fraca rede de transportes na Rússia Asiática representa uma oportunidade de investimento estrangeiro, muitas vezes em seu próprio proveito, o que é espelhado na cooperação Rússia-Ásia Oriental para o melhoramento das redes existentes, como aferido nesta secção. Independentemente da melhor ou pior situação inicial de uma região a nível infra-estrutural, estas alavancarão sempre o desenvolvimento de qualquer região e podem evitar situações de isolamento.



Clima

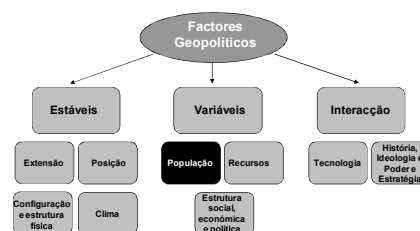
Apesar de contribuir para a formulação da situação geopolítica russa, o clima constitui um factor geopolítico que, no caso Russo, não afecta tamente as suas entradas de IDE. Todavia, apresenta uma forte influência indirecta através de outros factores geopolíticos. No caso da ‘Extensão’, é um dos condicionantes da distribuição e fixação da população nas várias regiões do país, e consequentemente, influencia a formação do ecúmene e do anecúmene (cf. ‘Extensão’). Como vimos anteriormente (cf. ‘Extensão’) os níveis de entradas de IDE no ecúmene e anecúmene são profundamente assimétricos. A zona ecuménica usufrui de um clima continental, mais temperado do que no resto do país, enquanto que o anecúmene possui um clima ártico, inóspito à fixação humana e

ao desenvolvimento de actividades económicas. Porém, não podemos dizer que o clima tem uma interferência directa sobre os mesmos níveis: a influência é sobre a actividade humana e é esta, que através da maneira como se conjuga em certas regiões do país, que tem posterior impacto sobre os fluxos de IDE.

O mesmo acontece com o fenómeno do Aquecimento Global (Ebinger e Zambetakis, 2009) que tem tornado a zona Ártica mais próxima ao Ser Humano, e naturalmente, mais atractiva a futuro IDE já que é possuidora de uma grande riqueza natural e energética. Neste caso, as alterações climáticas facilitam o acesso à região, mas são os seus recursos e características que atraem o investimento estrangeiro. Desta forma se compreende que as zonas com maior nível actual ou potencial de IDE futuro não sejam linearmente nem de clima continental nem inóspito.

3.3.2. Factores variáveis

Ao contrário do que acontece com os factores estáveis, que possuem pouca probabilidade de sofrerem alterações ao longo do tempo e cuja análise recai na maneira como são aproveitados e utilizados em favor da estratégia de um país, os factores variáveis estão em constante mutação quantitativa e qualitativa. É importante termos este facto em consideração quando tiramos conclusões acerca da influência de factores como a população, os recursos e a estrutura social, económica e política, sobre o potencial presente e futuro de entradas de IDE.



População

No que respeita à população russa, a nossa análise é revestida de um carácter acentuadamente mais qualitativo do que quantitativo. Apesar da extensão do mercado russo ser considerada por alguns autores como um dos principais influenciadores da distribuição de IDE ao longo do território russo (Ladyaeva, 2007; Buccellato e Santangelo, 2009), optamos por aprofundar o aspecto qualitativo.²¹ Existem, de facto,

²¹ Verificou-se uma grande quebra demográfica em 1990, com a extinção da URSS e subsequente perda dos seus Estados satélite. Porém, só a partir deste ano é que podemos estudar a influência populacional sobre as entradas de IDE, já que os últimos não eram permitidos anteriormente a 1990. Assim, uma

alterações da extensão da população russa, que após o fim da URSS manteve a tendência de declínio das décadas precedentes (Kingkade, 1997), apresentando em 2010 uma taxa de crescimento de -0,47% (CIA, 2011). O redimensionamento anual da população de sentido decrescente acompanha o que se passa em outros países e não põe em causa a dimensão relativa da Rússia, posicionando-a no 9º lugar dos países mais populosos do Mundo com cerca de 140 milhões de habitantes (CIA, 2011). Dada a estabilidade da população russa como um mercado de grande dimensão, e tendo em conta que esta e os aglomerados populacionais ao longo do território russo foram estudadas anteriormente neste trabalho (*cf.* ‘Extensão’, Secção 3.3.1), parece acertado analisar neste ponto as variações a nível do capital humano, conferindo-lhe um carácter mais qualitativo.

Os aspectos educacionais são vitais para o desenvolvimento das economias de transição (Spagat, 2002), pelo que devemos considerar a qualidade do capital humano russo. A percentagem de população com idades entre os 25 e os 64 anos com educação ao nível superior encontra-se acima da média da OCDE e dos outros países com os quais partilha o título de BRICs, como o Brasil, Índia e China (*cf.* Figura 11).

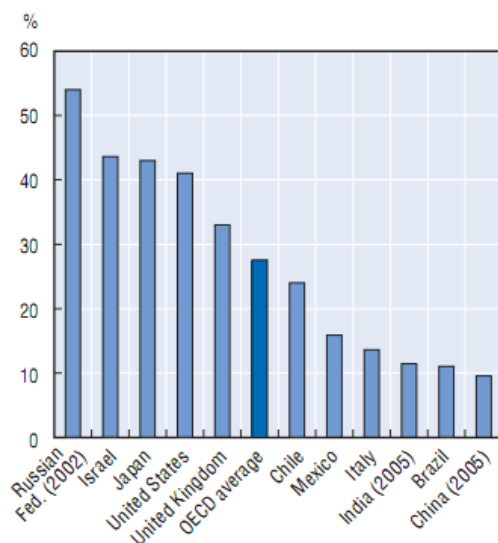


Figura 11: Percentagem de população com idades entre os 25 e os 64 anos, com educação de nível superior (2008)

Fonte: OCDE, 2010.

Todavia, ao contrário de outros aspectos da Rússia pós-soviética que têm sofrido alterações de modernização e melhoramento devido ao processo de transição para uma

comparação entre o período durante a URSS e o período pós-URSS torna-se impossível, pois os parâmetros de comparação ‘População’ e ‘entradas de IDE’ não existem em ambos.

economia de mercado, o capital humano russo e nível de educação russos vivem actualmente uma situação pior do que a que se verificava anteriormente a 1990 (Smolentseva, 2007). O problema é actual. Embora o *stock* de capital humano das gerações que ainda usufruíram do conceituado sistema de educação soviético seja elevado, este tenderá a diminuir a longo prazo, já que os jovens russos possuem baixos incentivos à aquisição de educação (Spagat *et al.*, 1999). O facto de a Rússia combinar um capital humano de elevada qualidade, ao nível da Europa Ocidental, com um nível de vida de um país em desenvolvimento (Spagat *et al.*, 1999), e de permanecer uma desadequação entre o seu sistema de ensino e a economia de mercado que se tem vindo a estruturar ao longo dos últimos vinte anos, desencoraja o acesso à educação por parte dos jovens. Por um lado, uma maior qualificação não produz os retornos esperados a nível de entrada no mercado de trabalho, o que faz com que muitos jovens russos abandonem a escola após o cumprimento do ensino obrigatório com o objectivo de procurarem emprego (Kuzminov, 2004). Por outro lado, a nível do ensino superior, 50% dos licenciados russos possuem empregos que não requerem as competências adquiridas durante as licenciaturas, nem acarretam o estatuto e prestígio social correspondentes. Este processo denomina-se de “*Brain Drain* interno” (Spagat *et al.*, 1999: 620), simbolizando ‘a fuga de cérebros’ de uma geração que quebra a continuidade intelectual inter-geracional. A solução será apostar em reformas desde os graus de ensino mais baixos, de modo a que a reestruturação educacional assenta no objectivo de preservar os altos padrões do capital humano existentes e fomentar a sua continuidade nas gerações presentes e futuras.

Também a acessibilidade ao ensino superior russo tem diminuído. De 1990 a 1999 verificou-se uma quebra de 10% no acesso ao ensino superior (Spagat *et al.*, 1999). O factor com maior preponderância no ingresso às universidades e institutos superiores russos continua a ser o rendimento familiar (Osipian, 2005; Smolentseva, 2007), o que agravado com a existência de corrupção nos processos de admissão, cria uma barreira à maior parte da população russa de adquirir um grau académico. Desta forma, regiões mais afastadas de Moscovo, mais pobres, tendem a possuir menos alunos inscritos no ensino superior, e mesmo ponderando que estes se desloquem até à zona ecuménica com propósito de estudar, é pouco provável que retornem às suas zonas de origem, onde

as oportunidades escasseiam. Autores como Smolentseva (2007) apontam a falta de financiamento estatal do ensino superior como principal problema.²²

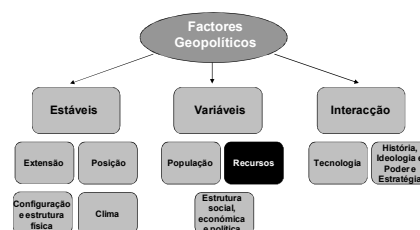
O fenómeno de *Brain Drain*²³ externo agrava a situação. Nas décadas de 80 e 90 ocorreu uma saída massiva do país de pessoal académico qualificado (Smolentseva, 2007; Ivakhnyuk, 2006) que desfalca o sector económico do país e teve como principais motivações os baixos salários, as poucas oportunidades para realização científica e o declínio do prestígio da mão-de-obra qualificada e académica (Ivakhnyuk, 2006). Esta emigração de pessoal qualificado pode, não obstante, ter benefícios positivos para a Rússia, se esta souber manter o contacto com os emigrantes, de forma a não perdê-los permanentemente, e usufruindo estrategicamente dos conhecimentos que estes adquiriram no estrangeiro, caso retornem a território russo e os apliquem nos sectores económicos onde se inserirem. Todavia, a Rússia não é tipicamente um país de origem de migração intelectual. Durante os tempos da URSS grande parte do pessoal científico era encaminhada para a investigação e desenvolvimento na área militar e de armamento (Ivakhnyuk, 2006). A questão é que no final da Guerra Fria e fora da conjuntura belicista, a indústria redirecciona-se estrategicamente para projectos civis. Esta adaptação não é automática, o que faz com que exista um período temporal em que o mercado de trabalho não dá vazão ao pessoal científico. Assim, o processo de reconversão industrial é importante também a nível de recursos humanos, sendo agilizado graças à sólida tradição tecnológica que vem do tempo da URSS (Algieri, 2006).

Assim, podemos concluir que a população russa possui características de atracção de IDE. Por um lado, a nível quantitativo proporciona um mercado imenso e uma abundante mão-de-obra. Por outro, a população é qualificada e relativamente barata, o que leva as empresas multinacionais que investem neste país a optarem por trabalhadores russos nas suas unidades. Para a Rússia este cenário é positivo, pois é promovida a fixação de população no território, enquanto que para os trabalhadores qualificados é preferível trabalhar em empresas estrangeiras, onde usufruem de

²² De facto, a Rússia despendeu em 2006 de 3.9% do PIB em gastos educacionais, um valor relativamente baixo em comparação com países como a Islândia, com 7.5%, Noruega, com 6.5%, ou a Polónia, com 5.7%. PNUD, in <http://hdrstats.undp.org/en/indicators/38006.html>, acedido a 29 de Março de 2011.

²³ Por *Brain Drain* entende-se o fenómeno de emigração permanente de intelectuais, académicos e trabalhadores qualificados e especialistas, envolvidos em pesquisa e investigação, assim como especialistas potenciais (estudantes, estudantes de pós-graduação e *trainees*) (Ivakhnyuk, 2006: 1).

melhores condições a nível de gestão de recursos humanos (Sobovela, 2006). A partir do momento em que exista um maior investimento de zonas actualmente bastante despovoadas como a Sibéria ou a zona Ártica, em campos tecnológicos e de investigação energética e produção de alta tecnologia, será imperativo o recrutamento de mão-de-obra especializada. A partir daí, a população russa constituirá uma arma estratégica para o aprofundamento da exploração destas zonas ricas em recursos energéticos e minerais, acentuando o peso e influência da Rússia na economia internacional, que se encontra muito dependente da energia russa.



Recursos

A Rússia apresenta-se como um dos países mais ricos do mundo a nível de recursos naturais, essencialmente no que respeita a recursos energéticos.²⁴ Nestes assenta a estratégia russa actual e são vistos por Moscovo como meio de alcançar a posição de potência perdida aquando do fim da URSS. Aprofundamos neste ponto do nosso trabalho recursos energéticos russos como o petróleo e o gás natural, dividindo a sua análise em várias etapas: disponibilidade e distribuição geográfica, importância estratégica e posição oficial e necessidade / obstáculos ao IDE. No final, abordamos ainda a questão das energias renováveis.

Naturalmente bafejada pela sorte a nível de recursos, a Rússia detém a segunda maior reserva de carvão a nível mundial, constituindo este 16% do consumo energético interno russo (Perovic e Orttung, 2008). Além disso, o território russo não só possui as maiores reservas de gás natural do mundo, constituindo o maior produtor e exportador mundial deste recurso, com *shares* de 22% e 24% respectivamente (Zabanova, 2007), como também é o 8º país com maiores reservas de petróleo e o segundo maior produtor a nível mundial (Woehrel, 2009). Além das reservas petrolíferas que são conhecidas e que contam 6.2% do total das reservas mundiais, acredita-se que exista um enorme potencial

²⁴ Não aprofundaremos neste trabalho os recursos minerais como o cobre, o zinco, a bauxite, já que estes, apesar de bastante importantes para o desenvolvimento da indústria pesada russa (Cohen, 2003), não ponderam na situação geopolítica russa actual. Esta última assenta essencialmente no sector energético e sua relevância para a estratégia russa.

a explorar na Sibéria e no Ártico (Zabanova, 2007). Mais uma vez a posição geográfica russa favorece a sua estratégia também a nível de distribuição de energia. Os *pipelines* russos, detidos pela Transneft, dominam o transporte de crude, mesmo aquele que é distribuído a partir dos principais portos de exportação de petróleo, como o porto de Primorsk (Rússia), Ventspils (Letónia) e Butinge (Lituânia). A partir destes portos partem também navios para distribuição na Europa Ocidental e EUA. O Mar Negro é relevante a nível geográfico e económico, já que é nele que se realiza o comércio do petróleo com *players* importantes como a Turquia, a Bulgária, a Roménia e a Ucrânia (Pechlivanidou, 2005). Por fim, a Leste e a Sudeste, a ascendente economia chinesa apresenta-se como um parceiro importante no comércio energético, assim como outras economias asiáticas como o Japão ou a Coreia do Sul

Woehrel (2009) aponta duas tendências base no sector energético russo, a partir das quais podemos analisar as suas principais características e tendências. Primeiro, o petróleo e gás natural russos têm-se tornado elementos chave no mercado de energia global, principalmente no que respeita à Europa e Euroásia. Em 2008 verificou-se que 40% do gás natural importado pela UE é oriundo da Rússia, e o mesmo se verifica com 33% do petróleo adquirido exteriormente às fronteiras comunitárias (Woehrel, 2009). Porém, as importações europeias são assimétrica, sendo que os Estados da Europa Central e de Leste são os mais dependentes da energia russa. Como podemos observar na Figura 12, à medida que nos dirigimos mais para Ocidente, a percentagem de importações de gás natural proveniente da Rússia vai diminuindo, o que demonstra que os objectivos russos de manter uma esfera de influência e dependência nos seus ex - Estados satélite são, de certa forma, alcançados.

Uma segunda tendência é a concentração das empresas da indústria energética russa nas mãos do Estado que ganhou força no mandato presidencial de Vladimir Putin (2000-2008), reforçando a posição oficial do governo de que um sector estratégico como o das energias deve ser fortemente controlado. Em 1990 havia ainda pouca propriedade do governo na produção de petróleo na Rússia (Woehrel, 2009) e a sua política energética era praticamente inexistente (Kusznir e Pleines, 2008).

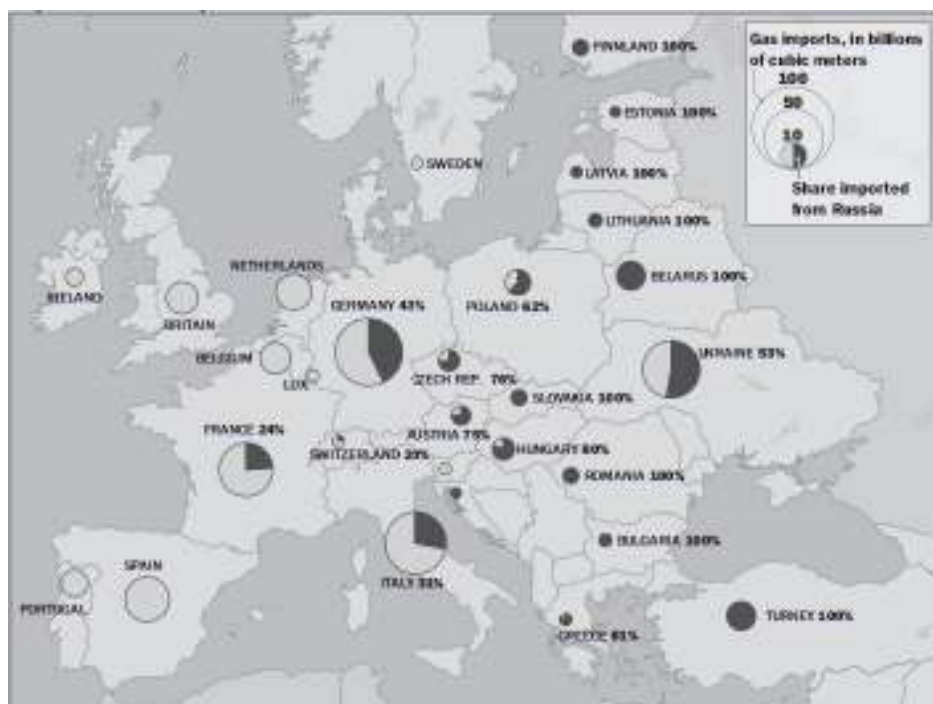


Figura 12: Share de importações de gás natural russo na Europa.

Fonte: Perovic e Ortung (2008: 20).

A partir de 2004 a situação reverte-se com a compra por parte da Rosneft, empresa maioritariamente estatal de produção de petróleo, de campos de óleo da empresa Yukos, no que ficou conhecido pelo *Yukos affair*.²⁵ Também a Gazprom tem vindo a consolidar a sua posição como maior entidade empresarial russa e maior exportadora de gás natural, controlando 90% da sua produção e contribuindo em 25% na totalidade de impostos pagos ao Estado russo. A Gazprom tornou-se bastante influente a nível energético e capaz de influenciar tanto a produção russa como a estrangeira através do seu controlo dos *pipelines*, sem os quais mesmo as empresas energéticas estrangeiras não conseguiriam transportar gás natural. Por último, a Transneft, também uma empresa estatal, possui o monopólio do transporte de petróleo através dos seus *pipelines*, incluindo aquele que tem origem em países como o Cazaquistão e destinado ao mercado europeu (Woehrel, 2009). As restantes empresas petrolíferas e de gás natural são formalmente independentes das decisões do Kremlin, sendo que na prática vivem sob a sua esfera de influência.

²⁵ Os campos de petróleo pertencentes à empresa Yukos foram adquiridos pela Rosneft por um valor muito baixo, devido a “inaceitáveis sinais de independência política face ao Kremlin” demonstrados pelo seu CEO (Woehrel, 2009: 3).

O sistema de *pipelines* russo (cf. Figura 13) está estrategicamente formulado para servir a geografia e influência regional. Este reflecte a estrutura e dinâmica energética de mútua dependência entre a Rússia e a Europa. Apesar da Europa se encontrar bastante dependente das importações de energia russa, também a Rússia necessita dos países europeus como escoamento do produto, já que destes provêm $\frac{2}{3}$ dos rendimentos do sector energético. A disposição geográfica dos *pipelines* condiciona e propicia a venda neste mercado, porém os países europeus podem sempre diminuir a sua dependência, optando por outros fornecedores globais, com abastecimento através de navios (Woehrel, 2009).

Actualmente, a energia, apresentando-se como lucrativo e estratégico para o mundo, condiciona uma dupla circunstância em relação às entradas de IDE. Por um lado atrai a atenção dos investidores estrangeiros que estão bastante interessadas em investir no sector energético russo. Isto deve-se a duas razões: primeiro apresenta-se como um investimento muito lucrativo e cada vez mais necessário face ao aumento do consumo; segundo, devido a este mesmo aumento do consumo, as reservas de energia existentes em países politicamente estáveis têm diminuído, pelo que as companhias petrolíferas internacionais procuram agora voltar-se para zonas que anteriormente tinham sido excluídas da ponderação de decisão de localização, por possuírem climas de negócio dúbios, como é o caso da Rússia (Zabanova, 2007). Por outro lado, apesar desta vontade de investir por parte de estrangeiros, o sector energético, profundamente estratégico e politizado, permanece protegido e isolado sob a carapaça estatal, construindo uma barreira ao IDE. Como defende Zabanova (2007), a segurança estatal e interesse nacional sobrepõem-se aos benefícios económicos que poderiam provir do IDE neste sector.

Contudo, a longo prazo o IDE na energia russa parece inevitável, já que este sector apresenta presentemente alguns problemas a nível de financiamento.²⁶ O apoio financeiro que poderia advir do IDE ajudaria a colmatar algumas dificuldades latentes como a existência de infra-estruturas ultrapassadas e a trabalharem no limite da sua

²⁶ A Agência Fitch prevê que o sector energético russo necessite de uma média anual de 30 a 40 biliões de USD de financiamento, sendo que apenas 10% desta necessidade é satisfeita. Em 2007, a mesma agência afirmou que a médio e longo prazo esta conjuntura conduzirá a um abrandamento da economia russa. (Zabanova, 2007).

capacidade ou a inacessibilidade a algumas reservas de hidrocarbonetos devido a falta de tecnologia adequada (Zabonova, 2007; Kuszniir e Pleines, 2008).



Figura 13: Sistema russo de *pipelines* de transporte de gás natural e petróleo

Fonte: Atlantic Council, in http://www.acus.org/new_atlanticist/russia-may-leave-europe-out-cold, acessado a 5 de Abril de 2011.

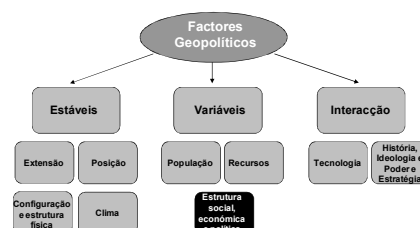
Assim, se por um lado as opções de investimento são favoráveis e atractivas, devido à carência de financiamento a longo prazo, por outro tornam-se pouco prováveis com o bloqueio por parte do governo à propriedade privada estrangeira maioritária neste sector.²⁷ A zona do Ártico, cujos recursos se encontram praticamente inexplorados, será o mote para o IDE estrangeiro, já que sem a tecnologia e o *expertise* proveniente destes investidores a acessibilidade a esta região encontra-se comprometida.

A nível de recursos energéticos renováveis a situação afigura-se bastante diferente. Apesar das energias renováveis possuírem um potencial de mercado enorme se pensarmos que existem regiões russas mais afastadas para as quais o custo de transporte de petróleo é muito elevado, o assunto possui pouca relevância já que apenas 3.5% do fornecimento de energia em território russo provém destas energias (Gati, 2008).

²⁷ Em 2005, foi abolido o “ring fence” que proibia o IDE no sector energético (Woehrel, 2009: 2). Porém, na prática a propriedade estrangeira é ainda diminuta e dificultada, sendo que a E. ON, empresa alemã de distribuição de gás natural, é o maior investidor estrangeiro da Gazprom com apenas 6% do total do *share* (Woehrel, 2009).

Outras razões contribuem para atrasar o desenvolvimento deste sector como a existência de grandes reservas de hidrocarbonetos, onde assenta a grande parte do sector energético russo, os baixos preços internos da energia proveniente destes últimos, os poucos incentivos económicos e a inexistência de uma estrutura legal de sustento. Apesar disto, o território russo possui características que propiciam este tipo de energias como: a eólica, com maior potencial nas regiões Nordeste e Leste e onde já existem alguns projectos estrangeiros; a solar, favorecida no Sudoeste russo e Sul da Sibéria; geotérmica, encontrada em regiões de actividade sísmica como Mutnovsky e Kamchatka que já usufruem de centrais que têm ajudado no abastecimento local de energia; ou a nível da produção de biodiesel, onde já existem até alguns incentivos e interesse estatais de apoio ao sector agrícola (Gati, 2008).

Assim, podemos concluir que a maior parte dos investidores estrangeiros actuais optam por esperar por uma conjuntura mais favorável ao investimento, que inclua maiores incentivos e subsídios estatais. Porém, se analisarmos por outra perspectiva, as energias renováveis, por não representarem um sector estratégico para o governo à semelhança do petróleo e do gás natural, obtêm uma maior abertura ao IDE, facilitando-o.



Estrutura social, económica e política

A estrutura social, económica e política de um país é bastante reveladora da sua situação num determinado período. Porém, ela é volátil e é necessário um certo distanciamento temporal para poderemos auferir conclusões acerca dos efeitos de um determinado acontecimento, como a queda da URSS, sobre a sua estrutura social, pois como afirma Zaslávskaja (1996: 56) “a destruição das relações sociais é mais rápida do que a formação de novas”. A tarefa de qualificar a estrutura social russa está dificultada, pois o facto de esta ter sofrido algumas alterações nos últimos vinte anos não nos permite atribuir-lhe um ‘rótulo’ diferenciador e caracterizador do seu estado. Assim, a Rússia apresenta características distintivas tanto de um espaço moderno (*e.g.* PIB elevado, facilidade de comunicações, valorização da educação), como de um espaço monolítico e controlado (*e.g.* corrupção e grande influência das classes dominantes, falta de

percepção de igualdade e de confiança no poder político), indiciando constituir um espaço em transição (*cf.* Tabela 6).

Ao contrário do que se esperava aquando da queda do muro de Berlim, não se verificou, nos anos que se seguiram, a construção de uma sociedade civil vigorosa e independente que contrariasse a existente durante a URSS, fortemente controlada e condicionada pelo Estado soviético e suas instituições. Actualmente, a sociedade russa é caracterizada pela falta de confiança nas estruturas sociais e políticas já que a maioria dos russos vêem o poder dominante como imposto e de certa forma deslegitimado pela “pouca vontade e disposição de respeitar e cumprir a lei, [...] e garantir a igualdade no respeito pelos direitos e interesses da população” (Clément, 2008: 70). Apesar de eliminada formalmente, a *nomenklatura*²⁸ continua a existir, já que a maioria dos altos cargos políticos e económicos continuam a ser ocupados pela antiga elite política (Zaslávskaja, 1996).

Tabela 6: Tipo de países segundo a sua estrutura social, política e económica

Tipo de espaço	Moderno	Estático	Monolítico e controlado	Em transição
Características	Espaço dinâmico e democrático; PIB elevado Facilidade de comunicações e mobilidade; Incentivo ao consumo, Grande mobilidade de classes, Valorização da educação e do papel da mulher, Altos padrões de bem-estar; Percepção de igualdade. Confiança no poder político.	Espaço pré-industrial; Baixo PIB; Comunicações limitadas; Consumo de subsistência (agricultura: actividade económica principal); Predominância da população rural; Pouca mobilidade de classes; Parco aproveitamento de recursos; Hierarquia na idade	Espaço ditatorial Existência de censura; Falta de liberdade de expressão; Mentalidade subjugada à ideologia dominante; Corrupção e influência das classes dominantes Falta de percepção de igualdade; Desconfiança no poder político.	Características mistas
Exemplos	Países da Europa Ocidental, países nórdicos; EUA.	Países da África Subsariana, Europa medieval	URSS, Alemanha nazi, Coreia do Norte, Zimbabuê.	Rússia, Índia, China.

Fonte: Elaboração própria

²⁸ A *nomenklatura* consistia na classe predominante durante a URSS e reunia os altos cargos de direcção, esmagadoramente dominados por membros do Partido Comunista da União Soviética. Para mais informações, ver Eyal e Townsley (1995).

Adicionalmente, a corrupção e o crime organizado descredibilizam aos olhos do mundo a imagem de uma plena transição para a um espaço moderno e democrático (*cf.* Tabela 6). O fim de um governo autoritário e a falta de controlo em muitas esferas criou condições favoráveis para o crescimento da corrupção (Levin e Satarov, 2000). Segundo o Índice de Percepção de Corrupção da Transparency International, a noção de existência de corrupção em território russo é bastante elevada e mantém-se ao mesmo nível dos anos que se seguiram à queda da URSS (*cf.* Tabela 7).

Tabela 7: Índice de Percepção de Corrupção, 1996-2010

Ano	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Score	2.6	2.3	2.4	2.4	2.1	2.3	2.7	2.7	2.8	2.5	2.4	2.3	2.1	2.2	2.1

Nota: o IPC assume valores entre 0 e 10, em que valores mais baixos correspondem a índices de transparência menores ou níveis de corrupção mais elevados.

Fonte: Transparency International, in http://www.transparency.org/policy_research/surveys_indices/cpi, acedido a 31 de Março de 2011.

A corrupção permanece um dos principais factores influenciadores da distribuição regional de IDE (Martyanova, 2010; Karhunen e Ledyeva, 2011). Acompanhando a linha das nossas conclusões, mais uma vez encontramos as grandes cidades do ecúmene, como a cidade e a região de Moscovo e São Petersburgo, como as zonas de maior corrupção, derivado à existência de mais burocratas (Chirkova e Bowser, 2004; Orttung, 2006). Pelo contrário, subsiste uma baixa percepção de corrupção em zonas ricas em recursos naturais, predominantemente localizadas no anecúmene (*cf.* Figura 14).

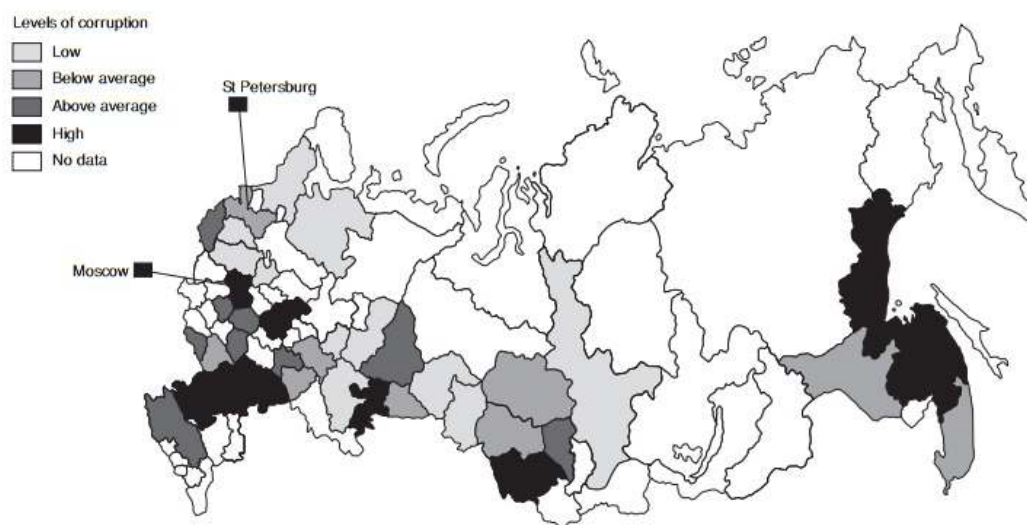


Figura 14: Percepção da distribuição de corrupção

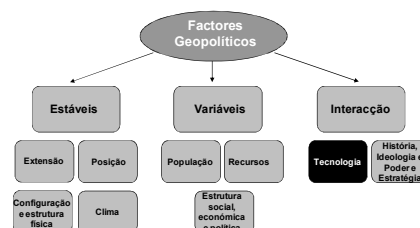
Fonte: Chirkova e Bowser (2004: 296)

O impacto que a corrupção possui sobre as entradas de IDE gera conclusões contraditórias. Alguns autores defendem que existe uma correlação positiva entre a existência de corrupção e o aumento das entradas de IDE, pois a primeira funciona como uma facilitadora e aceleradora dos processos que doutra maneira seriam lentos e burocráticos (Egger e Winner, 2005; Martyanova, 2010). Outros afirmam que factores como a corrupção ou a democracia não afectam negativamente as decisões de localização quando o investimento estrangeiro parte de cidadãos de origem russa fora do país, já que estes não os vêem como barreiras ao IDE (Karhunen e Ledyeva, 2011). Em oposição surgem autores que sustentam que a corrupção é mal vista pelas multinacionais estrangeiras, influenciando negativamente a sua decisão de localização. Assim, caso o IDE parta de “verdadeiros” investidores estrangeiros (Karhunen e Ledyeva, 2011: 2), as regiões com menor nível de corrupção e maior amplitude democrática conseguirão obter entradas de IDE mais significativas.

Em jeito de conclusão podemos afirmar que a Rússia, enquanto espaço em transição, possui um caminho bifurcado nos próximos anos que fará com que a sua estrutura social, económica e política atraia diferentes níveis de IDE. Desta forma, se forem desenvolvidas características sociais, políticas e económicas de um espaço moderno (*cf.* Tabela 6) como a educação (*cf.* ‘População’), a aposta num mercado aberto e de consumo e uma maior confiança no poder político como imparcial e proporcionador de igualdade para todos, entre outros, existirão mais condições de atracção de IDE por parte dos investidores ocidentais. Por outro lado, se em combinação com algumas características que permanecem típicas de um espaço controlado (*e.g.* desconfiança no poder político, falta de percepção de igualdade) permanecerem questões como a corrupção e o crime organizado, a desconfiança no ambiente de negócios russo aumentará, criando barreiras ao IDE proveniente da Europa Ocidental e dos EUA. Porém, como vimos neste ponto, muitas vezes a corrupção aparece como facilitadora de IDE, não constituindo um impedimento para alguns investidores, nomeadamente russos residentes no estrangeiro ou cidadãos oriundos de países com climas negociais semelhantes.

3.3.3. Produtos de interacção

Ao constituírem a conjugação dos factores estáveis e variáveis, os produtos de interacção rematam a análise da situação geopolítica. Assim, mais do que acrescentar novos elementos à análise, os produtos de interacção reflectem o que foi estudado na Secção 3.3.1, dos factores estáveis, e na Secção 3.3.2, dos factores variáveis. Desta forma, analisamos nos próximos pontos a ‘Tecnologia’ e a ‘História, Ideologia e Poder e Estratégia’.²⁹



Tecnologia

Como constatado ao longo do nosso trabalho, a potência tecnológica existente durante a URSS não foi mantida no período pós-soviético, onde um desfasamento tecnológico afecta a maior parte das indústrias e constitui uma barreira ao desenvolvimento económico do país. Questões como a exploração da zona Ártica e dos seus recursos (*cf.* ‘Extensão’), ou o melhor aproveitamento das ZEE, com uma ligação mais forte entre estas e os parques de inovação tecnológica ou as universidades (Liuhto, 2009), encontram-se bloqueadas devido a este atraso tecnológico. Parece, assim, adequado traçar o perfil do sector tecnológico e de I&D russo (*cf.* Figura 15), para de seguida compreendermos as dificuldades e oportunidades que actualmente este possui.

Após a queda do muro de Berlim, a atenção do governo orienta-se para a reestruturação da economia, verificando-se um declínio acentuado do grande investimento em I&D em comparação com o que anteriormente era realizado. Em 1990, 2% do PIB russo era orientado para o sector de inovação e em 1992, os valores caem para 0.74% (OCDE, 2008).

Em 2006, o investimento em I&D aumenta para 1.08%, não recuperando os valores da altura soviética. Comparando com Israel, um dos países que mais investe em I&D, e com os EUA, superpotência equiparada à URSS em 1990, os valores russos são claramente inferiores (*cf.* Tabela 8).

²⁹Os três factores ‘História’, ‘Ideologia’ e ‘Poder e estratégia’ serão analisados em conjunto, por terem como base aspectos políticos e de estratégia inter-relacionados.

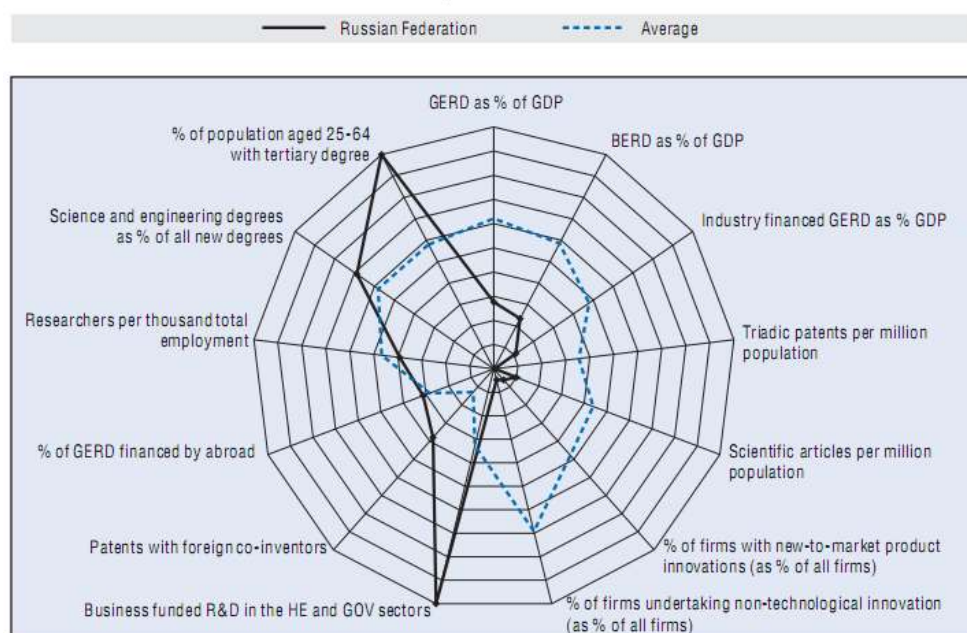


Figura 15: Perfil do sector tecnol3gico e de investiga33o na R3ssia, face 3 a m3dia dos restantes pa3ses
 Fonte: OCDE (2010: 215).

A liga33o entre os centros de investiga33o, a ind3stria e o sector empresarial 3 fraca, facto que a OCDE (2008) aponta como sinal da incompleta transi33o para uma verdadeira economia de mercado, onde estas din3micas seriam mais naturais.

Tabela 8: Alguns indicadores tecnol3gicos e de inova33o da R3ssia versus EUA e Israel

Pa3s	GERD % PIB* (2006)	Patentes tri3dicas, por milh3o de popula33o** (2005)	Artigos cient3ficos, por milh3o de popula33o (2003)	Patentes com co- inventores estrangeiros (2002-2004)
<i>R3ssia</i>	1.08	0.44	109.13	46.28
<i>EUA</i>	2.62	53.11	725.60	12.49
<i>Israel</i>	4.53	60.28	1037.57	16.21

Fonte: OCDE (2008: 180-181).

*GERD % PIB: Despesa Bruta Dom3stica em I&D

** Patentes tri3dicas s3o um conjunto de patentes registadas pelo *European Patent Office*, *Japan Patent Office* e o *US Patent and Trademark Office* de forma a protegerem, em simult3neo, a mesma inven33o (OCDE, 2008: 176).

O perfil tecnol3gico e de inova33o russo apresenta atrasos em rela33o 3 m3dia dos restantes pa3ses em pontos como o n3mero de patentes tri3dicas por milh3o de popula33o ou de artigos cient3ficos por milh3o de popula33o ou a despesa bruta com I&D como percentagem do PIB (*cf.* Figura 15 e Tabela 8). Por outro lado, ultrapassa a m3dia no que respeita 3 popula33o com idades entre os 25 e os 64 que possuem instru33o a n3vel do ensino superior, j3 que como vimos anteriormente o *stock* de capital humano russo 3 bastante elevado (*cf.* Figura 11, em 'Popula33o'). A grande quantidade

de invenções patenteadas co-realizadas com estrangeiros e a percentagem de financiamento externo em I&D (cf. Figuras 15 e 16 e Tabela 8) demonstra a importância do investimento estrangeiro nesta questão.

Afigura-se como importante reflectirmos sobre as razões na origem desta situação tecnológica que sofreu algum declínio no pós-URSS, já que o estado da tecnologia e do conhecimento impulsiona o desenvolvimento económico e competitividade internacional de um país (Oliveira e Avelar, 2009).

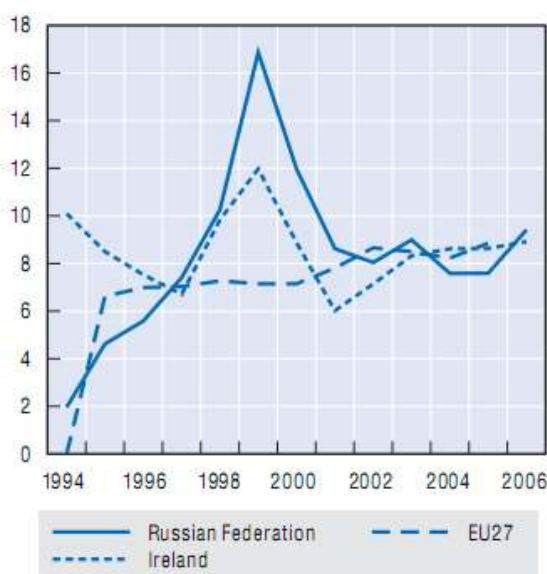


Figura 16: Financiamento estrangeiro em I&D, 1994-2006, em percentagem da despesa bruta em I&D

Fonte: OCDE (2008: 173).

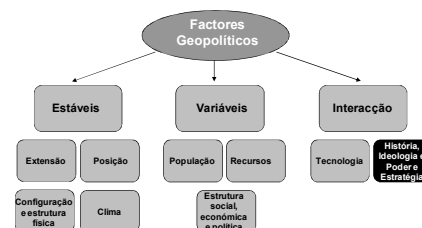
Tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento, a estrutura e organização sócioeconómica depende frequentemente da sua capacidade de estimular a produção de tecnologia, conhecimento e inovação não só de maneira formal, com a atribuição de subsídios estatais e incentivos à formação de empresas tecnológicas, bolsas de estudo e de investigação, como também informalmente, através da existência de uma cultura orientada para a inovação³⁰ e de um mercado de trabalho que satisfaça e absorva a existência de pessoal técnico especializado. Como vimos anteriormente, a

³⁰ Se atentarmos às cinco dimensões da cultura de Hofstede, verificamos que no que respeita à dimensão ‘Aversão à incerteza’, a Rússia apresenta um valor elevado em comparação com a Dinamarca (Solomonov, 2007). Este facto indicia uma postural cultural conservadora e tradicional, que visa a redução do risco, evitando situações que o possam propiciar. Desta forma, tenderá a possuir um baixo grau de tolerância face a situações futuras que gerem incerteza e não estará apta a envolver-se em projectos com resultados dúbios e incertos. Como afirmam Oliveira e Avellar (2009: 3) o “ambiente económico do processo de inovação é repleto de incertezas e de riscos”. Não se adaptando esta mentalidade a um espírito inovador e empreendedor, podemos afirmar que a cultura russa representa uma barreira ao desenvolvimento tecnológico e conhecimento.

falta de atractividade do mercado de trabalho russo a nível de reconhecimento social e remunerações tem gerado um *brain drain* interno e externo (*cf.* ‘População’) o que retira ao sistema inovativo e tecnológico a sua base humana, apesar do grande *stock* de capital humano (*cf.* Figura 11). Este fenómeno faz com que, não só diminua o fluxo de população a querer ingressar no ensino superior, como também exista população com este nível de instrução a exercer profissões não-qualificadas e não relacionadas com o mesmo. Este recuo a nível de capital humano pode constituir, simultaneamente, uma causa e consequência da desaceleração do sector tecnológico em comparação com o período soviético, quando a potência russa também assentava na vanguarda tecnológico. Outra explicação na origem do lento desenvolvimento do sector tecnológico é a grande aposta na ‘arma’ estratégica dos recursos energéticos. Ao concentrar-se na exportação de mercadorias, em concreto de energias, a Rússia tem perdido o *focus* na política relacionada com o I&D e inovação (OCDE, 2010).

Assim, podemos afirmar que o sector tecnológico tem as condições necessárias para recuperar a posição de vanguarda que possuiu durante a URSS, sendo que a atracção de investimento estrangeiro pode proporcionar o financiamento preciso para que tal aconteça, como já acontece actualmente. A existência de mão-de-obra abundante e qualificada e um PIB elevado são apenas dois pontos de partida. O facto deste processo não começar do zero e possuir uma retaguarda de grande sucesso dota também a Rússia de uma maior rapidez na recuperação da potência tecnológica perdida desde que exista uma conjuntura mais favorável para que tal aconteça. Para isso, é importante que o governo considere o sector da inovação e I&D como essencial para a estratégia do país, alargando o horizonte táctico para além da exportação de *commodities* e recursos energéticos, de forma a promover um desenvolvimento socioeconómico sustentado.³¹ Este cenário não é utópico já que o sector tecnológico pode inclusive auxiliar a estratégia energética, no que respeita à exploração do Ártico e relevância a curto prazo que esta zona possuirá em detrimento das regiões convencionais de exploração de hidrocarbonetos (*cf.* ‘Extensão’ e ‘Recursos’). Os investidores estrangeiros facilmente financiariam projectos levados a cabo nesta região, preenchendo a falta de tecnologia e *know how* verificada.

³¹ O governo russo adoptou recentemente o *Concept of Long-Term Socio-Economic Development of the Russian Federation*, ou *CLTD-2020*, que tem como objectivos promover “avanços científicos e tecnológicos, de modo a reduzir a dependência do país dos seus recursos naturais” (OCDE, 2010: 214)



História, Ideologia e Poder e Estratégia

‘História’, ‘Ideologia e Poder’ e ‘Estratégia’ são os últimos produtos de interacção analisados e os que mais se aproximam daquilo que, no campo de estudo das Relações Internacionais, é entendido como Geopolítica clássica. Podemos afirmar que são estes três factores geopolíticos que melhor caracterizam o Poder político de um Estado, explicando a sua origem (História), condicionando-o (Ideologia) e estando ao seu serviço (Estratégia). Assim, a sua influência sobre a situação geopolítica de um país é bastante importante quando focamos o aspecto político e impacto da acção deste no mundo. Não podemos afirmar que exista uma ligação directa da política externa de um Estado e da sua estratégia com os seus níveis de entradas de IDE. Porém, existem relações indirectas que podemos traçar, sendo que para tal, necessitamos conhecer os parâmetros da política externa russa.

A política externa russa do pós-URSS apresenta-se como um caso “paradigmático pelas implicações associadas à transição de Império para Estado, de uma orientação comunista das políticas e organização social para um exercício de democratização amorfo, com muitas dificuldades e incertezas a conduzirem todo o processo” (Freire, 2009: 75). Actualmente, não existe nem um regresso total à ideologia comunista soviética nem foi experimentado o modelo de democracia liberal típica do Ocidente, permanecendo um estilo de governação centralizado e autoritário (Freire, 2009). Assim, a política externa da Rússia contemporânea mantém os princípios estruturantes e objectivos da Guerra Fria de organização e consolidação interna e de projecção internacional (Freire, 2009), caracterizando-se como pragmática e multivectorial. Estas duas características constituem dois pilares da política externa russa influenciadores das relações económicas com outros países e, consequentemente, do IDE recebido pelo que devemos reflectir o seu impacto separadamente.

Por um lado, o pragmatismo leva a que a Rússia só alinhe em questões que sirvam os seus interesses nacionais e lhe tragam benefícios (Seleznova, 2003; Dereli, 2006; Tsygankov, 2006; Morozova, 2009). Este posicionamento condiciona questões como as

barreiras levantadas ao investimento no sector energético, considerado estratégico e vital ao interesse nacional (*cf.* ‘Recursos’). Como ‘arma política’ e alavanca à potência russa este sector deve ser salvaguardado, mesmo tendo em conta que o investimento estrangeiro lhe poderia trazer vantagens económicas e de sustentabilidade. Esta questão constitui um exemplo de como a ideologia e a estratégia podem influenciar a acção da Rússia e os seus níveis de IDE, e demonstra a influência que a esfera política tem sobre o campo económico.

Por outro lado, a forma de estar de um país no mundo possui características que condicionam os seus relacionamentos com outros, existindo uma maior ou menor compatibilidade, consoante a ideologia que defende, posicionamento face a assuntos internacionais (*e.g.* questões conflituais, questões transnacionais), blocos regionais que integram, passado histórico comum ou parcerias estratégicas. Se um Estado apresenta uma política externa baseada no isolamento internacional, de cariz mais intransigente ou menos cooperativo, é plausível que as suas relações diplomáticas sejam bastante mais reduzidas do que as de um Estado integrante da União Europeia, com uma grande rede de ligações directas e indirectas. Assim, e acreditando que a probabilidade de relações económicas entre dois ou mais países aumenta consoante o dinamismo das suas relações diplomáticas, uma política externa multivectorial ganha uma relevância acrescida. Podemos concluir que, de forma indirecta, o IDE entre dois países pode ser influenciado pelas suas políticas externas, e estas últimas são afectadas pela sua ‘História’, ‘Ideologia’ e ‘Estratégia’.

Assim, o facto de possuir uma política multivectorial significa que a Rússia consegue perspectivar a sua política externa em várias frentes (*e.g.* euroatlântica, euroasiática), demonstrando uma capacidade de presença forte nestas, semelhante à de uma potência. Apesar disto a sua preferência recai no conceito euroasiático (Tsygankov, 2003; Santos, 2008; Morozova, 2009), onde procura reforçar a sua influência, por exemplo, através da questão energética (*cf.* ‘Recursos’). Esta zona, cada vez mais próxima do mundo ocidental através das adesões a organismos internacionais como a UE ou NATO, é o ponto essencial para a desconstrução da ideia dos EUA como única superpotência mundial (Larrabee, 2010) e de uma extrema relevância económica. A ambição russa de distribuição do Poder mundial é visível também no reforço das suas ligações com o Extremo Oriente (*e.g.* China e Japão) e Subcontinente Indiano (*e.g.* Índia). Ao termos

traçado as linhas gerais da política externa e estratégia russa, podemos encontrar ligações entre a origem dos fluxos de IDE e a proximidade diplomática com alguns países e regiões, com os quais a Rússia procura reforçar laços. Assim, e como vimos anteriormente (*cf.* ‘Posição’), as entradas de IDE com destino à Rússia vêm das regiões mais importantes para a sua diplomacia, sendo essencialmente europeus, região fulcral para os euroatlantistas (Freire, 2009). Outras regiões como o Extremo Oriente possuem uma preponderância actual pouco significativa, mas com um bom potencial futuro. Assim, podemos concluir que a política externa russa, fruto da combinação entre História, Ideologia e Estratégia, revela influência sobre as relações económicas e financeiras internacionais.

3.3.4. Síntese do caso Russo: IDE e factores geopolíticos

Nas últimas secções formulámos a situação geopolítica russa através da análise individual dos seus factores geopolíticos estáveis, variáveis e produtos de interacção. A Rússia apresenta uma condição geopolítica naturalmente favorável e com bastante potencial, propocionada pela grande extensão do seu território e pela posição assente no conceito euroasiático. De entre os factores estáveis, a ‘Extensão’ e a ‘Posição’ são os que possuem um maior impacto sobre a situação geopolítica, conferindo à Rússia a grandeza territorial de espaço transcontinental rico em recursos, que esteve intrinsecamente ligada ao seu passado de império e centro nevrálgico de uma zona geopolítica,³² mas também sobre o volume de IDE recebido (*cf.* Tabela 9). Estes ‘Recursos’, enquanto factores variáveis, representam uma grande condicionante da situação geopolítica russa e um dos factores que lhe confere preponderância internacional (*cf.* ‘Recursos’). Porém, quando combinamos os ‘Recursos’ com a postura pragmática russa, plasmada nos Produtos de Interação ‘História, Ideologia, Poder e Estratégia’, que faz com que o interesse estratégico nacional seja privilegiado em detrimento de outros possíveis benefícios (*e.g.* económicos), reparamos que estes não possuem impacto no volume de IDE recebido (*cf.* Tabela 9). Assim, podemos concluir que, independentemente da grande relevância que alguns factores possam ter para a situação geopolítica russa e consequentes níveis de IDE, como é o caso dos recursos,

³² Mesmo após o final da URSS, a Euroasiásia surge frequentemente associada à Europa de Leste nos estudos e artigos científicos realizados sobre estas zonas geopolíticas, o que demonstra a existência de uma forte ligação entre ambas, com a Rússia ainda a desempenhar um papel preponderante.

serão sempre sujeitos ao escrutínio da postura pragmática, adquirindo os Produtos de Interação ‘História, Ideologia, Poder e Estratégia’ um impacto relevante sobre toda a condição geopolítica russa.

Estas condições naturais privilegiadas são complementadas pelos restantes factores variáveis ‘População e ‘Estrutura social, económica e política’ que são importantes tanto para a situação geopolítica russa como para as entradas de IDE (*cf.* Tabela 9). No entanto, enquanto que o factor ‘População’ possui um impacto positivo sobre esses fluxos de entrada, assumindo-se como um dos principais atractivos de IDE tanto na forma quantitativa (dimensão do mercado) como na forma qualitativa (capital humano), a ‘Estrutura social, económica e política’ constrange os. Assim sendo, fenómenos como a corrupção e a falta de confiança no ambiente de negócios russo constituem as principais barreiras ao IDE, o que faz com que o futuro do investimento estrangeiro neste país esteja dependente da forma como são encarados estes obstáculos. O facto de a Rússia não ter completado o seu processo de transição para um Estado com pressupostos democráticos e com uma economia totalmente livre e aberta aos fluxos internacionais (*cf.* ‘Estrutura social, económica e política’) gera uma dupla hipótese em relação ao futuro: se for seguido um caminho de progressão democrática, de aumento da confiança no clima de negócios e de maior abertura económica e liberdade de circulação de fluxos estrangeiros, a probabilidade de a Rússia ver aumentada a sua recepção de IDE é grande; se, por outro lado, a situação se mantiver inalterada, prolongar-se-á a baixa proporção de IDE recebido face às potencialidades da situação geopolítica e do mercado russo.

Tabela 9: Quadro resumo da ligação ‘factores geopolíticos’ e ‘IDE’: Rússia, 1990-2010

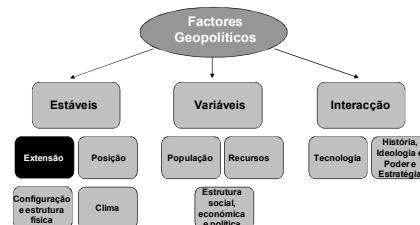
Tipo de factor	Factor geopolítico	Exemplos		Importância face aos níveis de IDE actuais	Potencial para IDE futuro	Desincentivo a futuro IDE	
Estáveis	Extensão	Sentido de Espaço	Ecúmene	●●●●●	✓		
			TNE	●●●●	✓		
			Anecúmene	●●	✓		
			Outras zonas	●●●	✓	✓	
			Enclave	●	✓		
			ZEE	●●	✓		
	Posição	Acesso ao mar	Portos marítimos	●●●●●	✓		
			Europeias	●●●●	✓		
		Fronteiras e relação com o mundo	Cáucaso	●		✓	
			China	●●	✓		
		Configuração e estrutura Física	Infra-estruturas e transportes	Ferroviário	●●●	✓	✓
		Clima			●	✓	
Variáveis	População	Dimensão do mercado	●●●●	✓			
		Capital humano	●●●●	✓			
	Recursos	Energéticos não renováveis	Petróleo e gás natural	●●	✓	✓	
		Energéticos renováveis	Energia eólica, solar, geotérmica e biodiesel	●	✓		
	Estrutura económica, política e social	Espaço em transição	Espaço em transição	●●●●	✓	✓	
			Corrupção	●●●●●		✓	
	Produtos de interacção	Tecnologia		●●●	✓		
História, Ideologia e Poder, Estratégia		Política Externa	Pragmática	●●●●●	✓		
			Política multivectorial	●●●●	✓		

Fonte: Elaboração própria

Legenda: ● - Muito pouco importante; ● - Pouco importante; ●●● - Indiferente; ●●●●, Importante; ●●●●● - Muito importante.

3.4. Factores geopolíticos e IDE: o caso Polaco

3.4.1. Factores estáveis



Extensão

A ‘Extensão’ territorial apresenta-se como o primeiro factor a ser analisado na construção da situação geopolítica da Polónia. Tendo em conta as características deste território será inevitável que a base da sua análise seja completamente diferente da efectuada no caso russo (*cf.* Secção 3.3.1, ‘Extensão’). Desta forma, a dimensão descomunal do território não é, no caso polaco, o ponto de partida para a análise como foi no caso russo. Em vez disso, como referimos anteriormente, devemos basear a nossa abordagem na forma como a área física é administrada e organizada pelo Poder político, tentando perceber como funcionam as dinâmicas entre espaço estratégico e a captação de IDE.

Traçar o ecúmene não é, no caso polaco, um processo tão linear e claro como foi no caso russo. A maior parte da população localiza-se na região central e Sul do país, sendo que, pelo contrário as regiões a Norte e a Leste tendem a ser pouco populadas (*cf.* Figura 17a). Desta forma, o ecúmene polaco não é constituído por uma zona única e congregada, antes por vários pontos ecuménicos que englobam os centros urbanos de Varsóvia (Mazowieckie), Katowice (Silésia), Poznan (Wielkoposkie) ou Cracóvia (Maloposlskie) (*cf.* Círculo vermelho na Figura 17b). Estas cidades e a sua área envolvente representam centros económicos, culturais e científicos (Wisniewski, 2004) o que faz com que só estes pontos possam ser considerados verdadeiros ecúmenes.³³ De forma similar, também o Território Nacional Efectivo (TNE) é fragmentado e irradia dos pontos ecuménicos da Polónia (*cf.* circunferências laranjas traçadas na Figura 17b).

³³ Como vimos anteriormente aquando da definição do conceito de ‘ecúmene’, a sua constituição pressupõe a existência de duas condições: grande densidade populacional e importantes actividades económico-sociais. Como esta última condição apenas pode ser completamente satisfeita nos centros urbanos referidos, só eles podem ser considerados pontos ecuménicos. De outra forma, toda a região Central e Sul poderia ser tomada como ecúmene, o que não se verifica apesar de também apresentar uma densidade populacional elevada.

Se tivermos em conta a sua definição enquanto zona moderadamente populada, com grande potencial de desenvolvimento económico (Cohen, 2003), percebemos que o TNE polaco representa a área circundante das grandes cidades ecuménicas e a futura expansão das mesmas. Por fim, no caso polaco não podemos assinalar nenhum verdadeiro anecúmene. Apesar de existirem regiões com menor concentração de população, principalmente no Norte e no Leste, nenhuma zona do seu território encaixa na definição de área inóspita à habitabilidade e fixação humana.

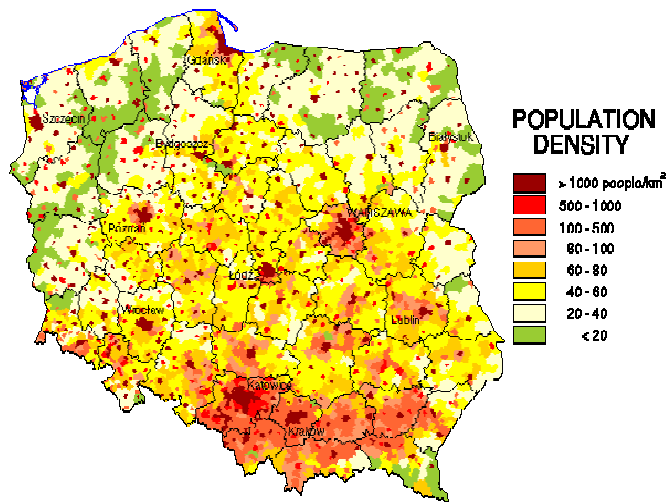


Figura 17a: Densidade populacional na Polónia, em 2002

Fonte: InfoPoland, in <http://info-poland.buffalo.edu/classroom/maps/pz5.gif>, acedido em 20 de Abril de 2011.

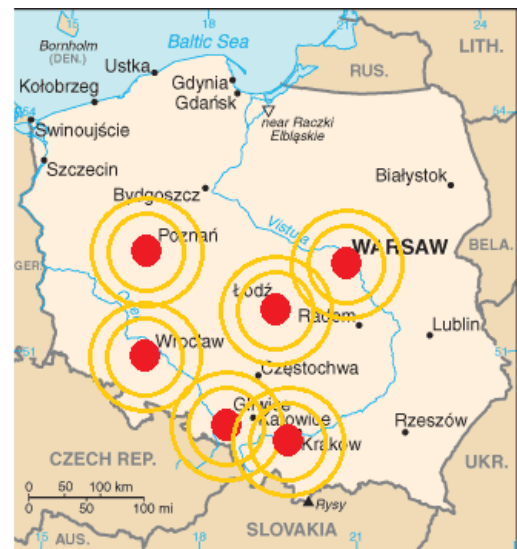


Figura 17b: Ecúmene e TNE da Polónia

Fonte: Autora

Nota: O mapa foi retirado de Apolo11.com, in <http://www.apolo11.com/paises.php?ban=pl>, acedido em 20 de Abril de 2011.

Legenda: Círculos vermelhos – pontos ecuménicos; circunferências laranja - TNE

Figura 17 Polónia: Densidade populacional, Ecúmene e Território Nacional Efectivo

Tendo sido realizadas estas considerações-base de carácter geopolítico, podemos aprofundar a organização do território polaco. Existe na Polónia uma lógica de grande disparidade geográfica, demográfica e a nível de desenvolvimento que é bastante evidente em três perspetivas: entre a região Leste e a região Ocidental; entre Varsóvia e o resto do país entre as zonas urbanas e as zonas rurais (OCDE, 2008). Analisemo-las separadamente.

Em primeiro lugar, o grau de desenvolvimento entre as várias regiões espelha a evolução histórica do território da Polónia que até 1918 não existia como um Estado único (*cf.* Figura 18). A partilha do seu território entre o Império Alemão (Norte e Ocidente), o Império Russo (Leste) e Império Austro-Húngaro (Sudoeste) até ao final

da Primeira Guerra Mundial reflecte o contemporâneo padrão de desenvolvimento (Wisniewski, 2004).



Figura 18: Partilha do território polaco pelo Império Alemão, Austro-Húngaro e Russo, antes de 1918 (áreas aproximadas)

Fonte: Elaboração própria a partir de Wisniewski (2004).

Nota: O mapa foi retirado de d-maps.com, in http://d-maps.com/carte.php?num_car=15037&lang=en, acedido em 21 de Abril de 2011

Legenda:

- Império Alemão
- Império Austro-Húngaro
- Império Russo

- | | |
|------------------------|-------------------------|
| 1. Zachodnio Pomorskie | 9. Kujawsko Pomorskie |
| 2. Lubuskie | 10. Warminsko Mazurskie |
| 3. Dolnoslaskie | 11. Mazowieckie |
| 4. Pomorski | 12. Swietokrzyskie |
| 5. Wielkopolskie | 13. Podlaskie |
| 6. Opolskie | 14. Lubelskie |
| 7. Slaskie | 15. Podkarpackie |
| 8. Malopolskie | |

Actualmente, as zonas que anteriormente pertenceram ao Império Alemão e à Áustria-Hungria, ou seja a zona Sudoeste e Ocidental, incluem a maior parte das regiões mais desenvolvidas e produtivas, como Wielkopolskie, Slaskie ou Malopolskie (*cf.* Figuras 18 e 19). Por outro lado, a zona Leste, anteriormente posse do Império Russo, permanece rural e pouco desenvolvida, e com excepção feita à região da capital Varsóvia, da qual falaremos em seguida, apenas possui regiões com muito baixo ou baixo peso no PIB nacional (*cf.* Figura 19). Estas desigualdades dentro do território polaco constituem um desafio para o país, pois dificultam a homogeneização do grau de desenvolvimento entre as várias regiões. Apesar de algumas regiões conseguirem um

bom nível de desenvolvimento económico, tendo ultrapassado as vicissitudes do processo de transição pós-comunista, os bons resultados não são tão notórios quando tomamos o todo nacional, já que permanecem regiões mais atrasadas que exercem uma força em sentido oposto à tendência de progresso e desenvolvimento (Wisniewski, 2004).

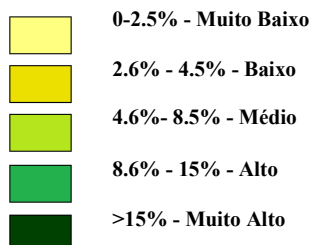


Figura 19: Share regional do PIB polaco, em 2001

Fonte: Autora a partir de Wisniewski (2004: 40).

Nota: O mapa foi retirado de d-maps.com, in http://d-maps.com/carte.php?num_car=15037&lang=en, acedido em 21 de Abril de 2011.

Legenda:



Estas disparidades regionais são acentuadas pela entrada de IDE, já que os investidores estrangeiros optam por investir em regiões mais desenvolvidas e onde a transição económica está já num estágio avançado como a zona Central, Ocidental, Central e Sul (Chidlow e Young, 2008). Assim, apesar de o IDE ter desempenhado um papel excepcional na modernização da sua estrutura produtiva e na criação de postos de trabalho, o impacto regional foi adverso pois alavancou o desenvolvimento de algumas regiões em detrimento de outras, aumentando o fosso entre elas (Wisniewski, 2004).

Além disso, é notória a escolha de regiões como destino de IDE consoante a origem dos investidores estrangeiros (Wisniewski, 2004). Se estivermos a falar de IDE francês ou americano, a região privilegiada será a de Mazowieckie, ou seja, a da capital Varsóvia. Na região de Slask, o capital estrangeiro investido é maioritariamente italiano e na zona Ocidental predominam os investimentos alemães e holandeses. No caso destas últimas, ou seja das fronteiras ocidentais com a Alemanha, é visível o papel da proximidade geográfica como factor de determinante de IDE.³⁴

Derivado do tipo de governação exercida no país denota-se no caso polaco, em comparação com o caso russo, uma maior autonomia do funcionamento e organização das regiões na atracção de IDE. Apesar do governo central ter implantado ZEE em algumas regiões polacas com o objectivo de diminuir o desemprego e impulsionar o seu desenvolvimento com a atribuição de benefícios fiscais a empresas investidoras, os resultados não têm sido tão bons como seria de desejar (Wisniewski, 2004). Em vez disso, as iniciativas individuais de cada região parecem funcionar de forma mais eficiente e eficaz, provado pela diferença entre os casos da região da Wielkopolska e do Podkarpackie.³⁵

Ligado à disparidade regional, observamos grandes diferenças entre o lado urbano e o lado rural do território polaco, que também reflectem realidades socio-económicas bastante díspares. Como pudemos observar na análise do ecúmene e do TNE polacos, a diferença entre zonas rurais e urbanas é evidente em dados como a densidade populacional, que opta por se fixar nas cidades. Contudo, as assimetrias entre os dois pólos passam também pelo nível de PIB de cada região, sendo elas de maior tendência rural ou urbana (*cf.* Figura 19). Desta forma encontramos regiões mais urbanas como Mazowieckie (Varsóvia), Silésia (Wroclau) ou Malopolska (Cracóvia), que representam

³⁴ Ver Anexo 1.

³⁵ Wisniewski (2004) aponta dois estudos de caso comparativos que demonstram a grande importância do governo e iniciativa regional. Um dos exemplos é o da região de Wielkopolska (*cf.* Figura 18) considerada a região mais avançada no que respeita a auto-organização e espírito empreendedor, com base num forte governo regional. Possuindo factores positivos como uma população educada, uma posição geográfica vantajosa perante a infra-estrutural de transportes, esta região criou uma imagem de flexibilidade, adaptabilidade à nova economia e de um bom ambiente de negócios. Aproveitou ainda a estrutura industrial já existente, focando-se na especialização em tecnologia avançada. Por outro lado, a região do Podkarpackie (*cf.* Figura 18), apesar de um bom nível de educação e da riqueza em recursos naturais, não consegue suplantar as dificuldades causadas pela falta de iniciativa empreendedora regional e infra-estruturas apropriadas e pela má posição geográfica, com uma vizinhança (Ucrânia e Eslováquia) pouco impulsionadora da sua economia.

respectivamente 20.5%, 13.7% e 7.2% do total do PIB polaco (Wisniewski, 2004). Por outro lado, regiões maioritariamente rurais do Leste da Polónia como Podlaskie, Lubelskie ou Warminsko-Mazurskie possuem apenas 2.4%, 4.0% e 2.8% do total do PIB polaco, respectivamente (Wisniewski, 2004). Naturalmente serão as zonas urbanas que obterão maior atenção dos investidores estrangeiros, o que acentua as disparidades, como já referimos.

O último nível de disparidades assenta na dicotomia entre Varsóvia e o resto da Polónia. A capital polaca apresenta uma maior propensão para a atracção de IDE já que usufrui de condições inerentes à sua condição de capital como a sua posição dominante perante os outros centros urbanos (Wisniewski, 2004; Grochowski *et al.*, 2006). Outro factor é a sua localização geográfica, central, e privilegiada com uma boa qualidade de infra-estruturas de transportes que ‘aproxima’ a capital dos investidores e torna-a mais atractiva como um dos destino de IDE mais fortes da Europa Central. Existem autores, como Wisniewski (2004), que defendem que a posição de Varsóvia como capital é tão evidente que funciona como capital regional na maior parte do Leste. Assim, a região de Mazowieckie, onde se inclui Varsóvia, atrai mais de metade do total de IDE recebido pela Polónia, contando com 52.9% do mesmo (Wisniewski, 2004). Esta região apenas é menos favorecida em relação a outras quando os investidores procuram custos de *input* e de mão-de-obra mais baixos, ao contrário de regiões como a Sudoeste, onde a taxa de desemprego elevada faz com que a população empregada valorize o seu posto de trabalho e esteja disposta a trabalhar por um valor salarial mais baixo (Chidlow e Young, 2008). Além disso, como capital, Varsóvia representa o centro político da Polónia e um ponto estratégico importante pela sua posição dominantes perante as outras capitais dos países de Leste.

Assim, e tendo em conta a estratégia internacional polaca reflectida numa política externa de aproximação aos países da Europa Ocidental e aos EUA, em detrimento das relações com a Rússia, é natural que a fixação de IDE estrangeiro nesta região provenha maioritariamente dos países Ocidentais (*cf.* Figura 20).

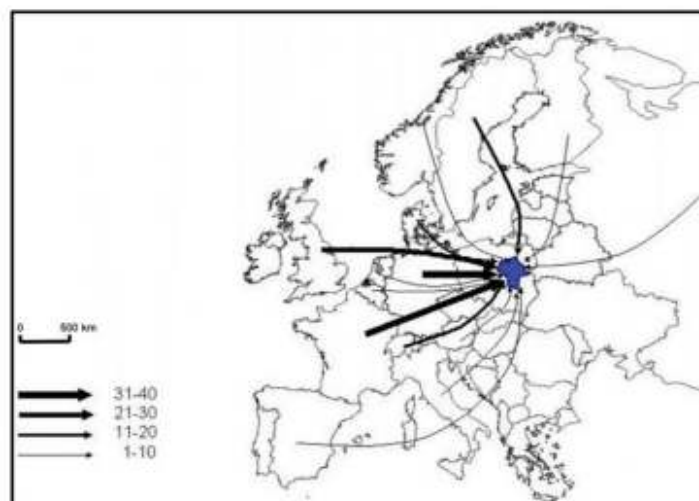


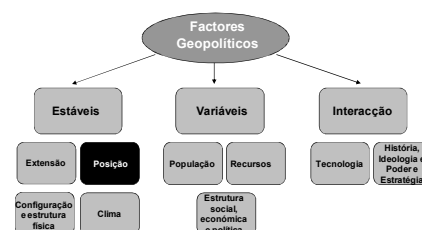
Figura 20: Origem geográfica das maiores MNC presentes na região de Mazowieckie (Varsóvia)

Fonte: Grochowski *et al.* (2006: 218).

A relevância simbólica de se investir na Polónia e, em concreto, em Varsóvia, seja a nível de relações políticas, económicas ou financeiras, transmite uma concepção de influência geopolítica por parte dos países Ocidentais que vai ganhando cada vez mais terreno e suplantando a estratégia russa, que mesmo após 1990 continua a querer impor a sua presença na região. As entidades promotoras de IDE na Polónia conhecem a importância económica e geopolítica dos mercados em transição da Europa de Leste. Desta forma, é comumente aceite que, findo o período transitório pós-soviético, esta zona esteja a cair de forma voluntária sob a esfera de influência Ocidental, o que possui um impacto significativo em todas as perspectivas, seja a nível do discurso político seja a nível de IDE.

Em conclusão, podemos auferir que o IDE recebido pela Polónia é bastante influenciado e determinado pelo território da Polónia. Os pontos ecuménicos são privilegiados pelos investidores estrangeiros, por se situarem nos grandes centros urbanos, em detrimento das zonas rurais. A lógica é semelhante quando falamos do TNE que ao irradiar dos principais pontos receptores de IDE faz com que estes alarguem os seus limites, indiciando que a sua importância pode aumentar futuramente para os investidores estrangeiros. A probabilidade de atracção de IDE destas zonas (ecúmene e TNE) aumenta consoante a região onde se encontrem e o seu grau de desenvolvimento económico, espelhado na proporção do PIB total. Varsóvia adquire um relevo especial neste cenário como centro político e geopoliticamente estratégico, como explicámos anteriormente.

Por sua vez, é notória que a diferença entre as regiões central e Ocidental e as de Leste assenta não só na História como na proximidade entre cada uma delas com os seus ‘vizinhos’. Deste ponto de vista se percebe que as regiões anteriormente detidas pelos Impérios Alemão e Austro-Húngaros, mais avançados no início do Séc. XX, possuam um padrão de desenvolvimento superior às que pertenceram ao Império Russo, que nessa altura apresentava características de grande atraso em relação ao resto da Europa. Esta tendência foi perpetuada e actualmente as regiões adjacentes à Alemanha, por exemplo, conseguem beneficiar desta proximidade com laços económicos e financeiros com esta, enquanto que as regiões de Leste pouco lucram das relações com os seus vizinhos, Bielorrússia, Ucrânia e Lituânia.



Posição

A posição do território polaco é crucial na sua análise geopolítica e influência nos fluxos de IDE. De facto, a geografia da Polónia transformou-a num ponto-chave para os dois pólos de poder, Europa (em especial a Alemanha) e para a Rússia (Unge *et al.*, 2006), tanto de um ponto de vista predominantemente geopolítico e geoestratégico, como numa análise económica e financeira. Estas duas visões correlacionam-se profundamente e seguem a mesma lógica de competição pela influência sobre o território polaco. Pela perspectiva russa e no campo militar, a Polónia representou, devido à sua posição, um importante Estado-tampão às invasões com origem europeia. Com o fim da União Soviética acaba também o controlo directo detido sobre os países da ECL, entre eles a Polónia, o que faz com que a Rússia perca a barreira de ‘protecção’ face à influência do Ocidente. A adesão da Polónia à NATO e à UE assegura o ‘flanco ocidental’ (Unge *et al.*, 2006) e constitui o ‘fim’ simbólico da potência russa nesta região, sendo a integração na Aliança Atlântica interpretada pela Rússia como um acto de hostilidade ocidental contra a Rússia (Ozbay e Aras, 2008). As anteriores preocupações de carácter securitário e de *hard power* típicas da Guerra Fria convertem-se numa preocupação face à influência do bloco geopolítico do Ocidente. O facto de a Polónia e outros países da ECL, como a Ucrânia, se integrarem cada vez mais no bloco

geopolítico europeu e ocidental envolve-os numa esfera de influência a vários níveis, desde político, cultural, económico e ideológico. Pela perspectiva europeia, o ‘controlo’ da posição polaca permite alargar a sua influência e isolar o perigo russo (Stratfor, 2009).

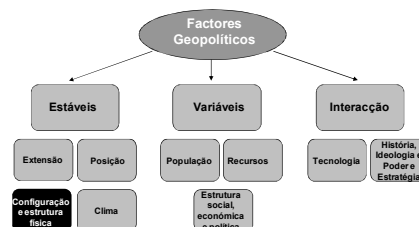
Actualmente, a inclusão da Polónia na União Europeia favorece geopolítica e economicamente ambas as partes. Por um lado, a UE reforça a sua potência alargando-se a territórios previamente ocultos pela ‘cortina de ferro’, beneficiando das vantagens de agregar mercados novos e cujas potencialidades estão prontas a ser exploradas; por outro lado, a Polónia é favorecida por integrar as instituições europeias e, mesmo antes de 2004, data da sua adesão à EU, beneficia no que respeita ao aprofundamento e aceleração do processo de transição, crescimento económico e maior atracção de IDE (Bevan *et al.*, 2001). Desde 1997, ano da abertura de negociações entre a Polónia e a então CEE, o IDE tem aumentado na Polónia e nos restantes países candidatos à adesão, já que os investidores vêem o alargamento como garantia de melhores condições para o seu capital em solo polaco (Bevan *et al.*, 2001; Ersoy, 2006). Assim, as entradas de IDE constituem um dos sinais que confirma a importância do mercado polaco para os países da Europa: em 2002, 84.6% do *share* de capital estrangeiro inicial proveio da UE (Wisniewski, 2004). Em 2009, segundo dados da Polish Information and Foreign Investment Agency (2010), este valor aumenta para uns significativos 92%, dos quais 21.7% têm origem na Alemanha, 14.0% da França e 12.7% do Luxemburgo. Além disso, e como referido anteriormente (*cf.* ‘Extensão’), também os EUA possuem um interesse estratégico na participação no investimento na Polónia contando com 9.1% do IDE recebido por este país (Polish Information and Foreign Investment Agency, 2010). Permanecendo como a maior potência do mundo ocidental, os EUA têm apoiado a integração dos ex-satélites soviéticos nas instituições europeias e ocidentais, incentivando-a e constituindo o seu principal investidor fora da UE. Este apoio é correspondido pelos polacos que constituem o país mais pró-americano na região (Micha, 2004).

A concentração geopolítica polaca no bloco Europeu e Ocidental é visível na pouca expressão que outras zonas possuem como origem de fluxos de IDE. Na lista dos 27 países que mais investiram na Polónia em 2002 (Wisniewski, 2004) apenas três se encontram fora do bloco ocidental, Coreia do Sul, Japão e Singapura, com,

respectivamente 2.6%, 0.17%, 0.07% do *share* de capital estrangeiro inicial. Esta pode ser uma tendência em mudança com potências emergentes como a China que entram na economia internacional como origem de grandes fluxos de IDE.

Assim, podemos concluir que as fronteiras terrestres polacas têm um grande impacto na sua situação geopolítica, e consequentemente nas entradas de IDE. Alguns autores como Lansbury *et al.* (1996), Bevan *et al.* (2001), Globermann e Shapiro (2003), Walkenhorst (2004) e Ersoy (2006) apontam a proximidade geográfica como um dos principais determinantes de IDE na Polónia, o que acentua a importância dos seus parceiros europeus. Mais do que isso, a sua localização e situação geopolítica e a forma como se posiciona face aos outros países, concretamente o bloco europeu e a Rússia, influenciou a forma como a Polónia evoluiu de 1990 até actualmente tanto a nível político como económico. Este posicionamento voltado a Ocidente e integração nas suas instituições tem facilitado o nível de IDE oriundo dos países da UE e dos EUA.

Desta forma, mais do que as suas fronteiras ‘físicas’, ou seja, as fronteiras que possui com os Estados vizinhos como a Alemanha, a Bielorrússia ou a Ucrânia, a Polónia é afectada pelas suas fronteiras ‘reais’. Estas últimas são conceptualizadas não como a fronteira entre dois países, mas sim a fronteira entre uma zona geopolítica e as zonas com que se relaciona de forma positiva ou negativa. Num mundo globalizado e com a crescente importância dos blocos regionais, as fronteiras ‘físicas’ perdem o sentido face às fronteiras ‘reais’ que existem entre as várias regiões geopolíticas do mundo. Assim, no caso polaco, são as suas fronteiras ‘reais’, partilhadas com a UE, que influenciam a sua posição pois são elas que a incluem no ‘bolo’ de acção europeia e circundam esta zona geopolítica.



Configuração e estrutura física

No que respeita à configuração física, a Polónia apresenta um território compacto que ao contrário do caso russo possui, em princípio, uma maior facilidade de organização a nível da rede de comunicações e poder político. Na realidade, o sistema de infra-estruturas de transportes na Polónia durante o tempo soviético era adaptado à situação

social, economia e geopolítica dos países da COMECOM (Komornicki, 2005). Depois da queda do Muro de Berlim as infra-estruturas que antes eram suficientes para o funcionamento da economia, não se adaptam às novas condições internas e externas. Verificam-se bastantes alterações³⁶ e surge uma necessidade de ajustamento e acompanhamento da transição económica. Este facto é acentuado com a entrada na UE em 2004, que pressiona a Polónia a adaptar e modernizar as suas infra-estruturas de modo a que o seu território alcance o mesmo grau de acessibilidade que os restantes Estados-Membros (Michalska, 2009).

Com a abertura das fronteiras aquando da adesão da Polónia à UE, o tráfego neste país aumentou, especialmente na fronteira entre a Polónia e a Alemanha (Komornicki, 2005), acompanhado pelo grande crescimento dos níveis de IDE (*cf.* Secção 3.2, Figura 2). A quantidade e qualidade das infra-estruturas e dos transportes convertem-se num ponto estrategicamente importante para a Polónia já que é frequentemente um factor de decisão de localização de IDE (Asiedu e Esfahani, 2001; Limao e Venables, 2001; Sekkat e Veganzones-Varoudakis, 2004; Khadaroo e Seetanahb, 2007). Porém, vários estudos (*e.g.*, Komornicki, 2005; ECORYS, 2006; Michalska, 2009; OCDE, 2011) afirmam que o estado das infra-estruturas de transporte polacas não acompanhou o ritmo de aceleração e crescimento económico da Polónia, levantando algumas questões de eficácia e podendo constituir uma barreira ao IDE.

Podemos utilizar o Índice de Acessibilidade³⁷ (ECORYS, 2006) para compreendermos melhor a configuração e estrutura física polaca e a questão da acessibilidade proporcionada pelas infra-estruturas (*cf.* Figura 21).

³⁶Um dos efeitos da transição económica foi a alteração de importância dos vários tipos de transporte. Enquanto que nos caminhos de ferros se verificou um decréscimo no volume de carga e passageiros entre os anos de 1990 e 2003, o transporte rodoviário viu os mesmos aumentar. Também os *pipelines* e o transporte aéreo ganham importância a nível do transporte de cargas e passageiros respectivamente. O transporte marítimo perdeu igualmente volume de carga entre os anos de 1990 e 2003 (Komornicki, 2005).

³⁷ O Índice de Acessibilidade é um compósito que pondera a qualidade da rede de transportes, a densidade populacional e as desigualdades regionais (ECORYS, 2006). Este índice avalia e identifica regiões com défices acentuados de acessibilidade que devem ser alvo de intervenção a partir dos objectivos da EU de competitividade e coesão territorial. Permite também que a análise da acessibilidade das regiões não caia nos perigos de uma visão demasiado igualitária, evitando que se pretenda o mesmo grau de densidade e qualidade de infra-estruturas tanto em zonas menos populadas e com maiores níveis de pobreza, como em zonas mais populadas e desenvolvidas. Deste modo, as diferenças entre as regiões devem ser tomadas em consideração e a acessibilidade analisada de forma proporcional às exigências regionais. Assim, quanto maior o grau do índice, maior a necessidade de intervenção (ECORYS, 2006).



Figura 21a: Índice de Acessibilidade da via rodoviária, em 2006

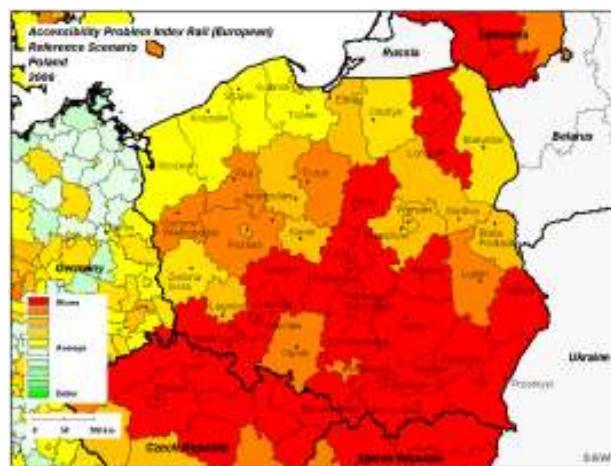


Figura 21b: Índice de Acessibilidade da via ferroviária, em 2006

Figura 21: Índices de Acessibilidade da via rodoviária e ferroviária em comparação com Europa, em 2006.

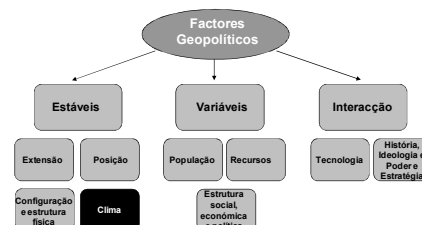
Fonte: ECORYS (2006: 36–37).

Em primeiro lugar, é visível que a acessibilidade no território polaco fica abaixo da média europeia, principalmente no que respeita ao sector ferroviário. Em segundo lugar, tanto no caso do sector rodoviário como ferroviário, assinalamos que as zonas do Sudeste e Leste, menos desenvolvidas, possuem um menor nível de acessibilidade, quando comparadas com as regiões Ocidentais. Mais uma vez a pobre qualidade das infra-estruturas da zona fronteiriça é demonstradora da influência que uma “vizinhança” menos desenvolvida, neste caso a Ucrânia e a Eslováquia, possui no desenvolvimento regional. Por outro lado, a região fronteiriça com a Alemanha é estimulada pela força económica deste país e apresenta resultados ao nível da média europeia. Algumas zonas metropolitanas como Varsóvia, no sector rodoviário, ou Wroclaw e Cracóvia, no sector ferroviário, também apresentam uma tendência para se encontrarem num pior nível de acessibilidade em relação à média europeia, pois apesar de já serem infra-estruturalmente bem servidas quando comparadas com as zonas mais rurais (KPMG, 2010), possuem uma grande densidade populacional que as pressiona a melhorar as infra-estruturas já existentes (ECORYS, 2006).

Podemos concluir que a respeito da configuração e estrutura física, apesar de o sistema de transportes cobrir espacialmente o território polaco, este apresenta fraquezas a nível da pouca qualidade da infra-estrutura e no que respeita à falta de auto-estradas e comboios a grande velocidade (ECORYS, 2006), não tendo acompanhado a aceleração económica verificada no país. A infra-estrutura existente não proporciona uma qualidade suficiente para os sectores secundário e terciário, constituindo uma barreira

ao desenvolvimento do país e atracção de IDE. No caso das zonas urbanas, que atraem maiores entradas de IDE, a acessibilidade permanece baixa em comparação com a média europeia (*cf.* Figura 22), apesar de a qualidade e densidade de infra-estruturas serem superiores ao resto da Polónia. Assim sendo, a questão infra-estrutural é importante para os investidores estrangeiros que sabem que, apesar de a qualidade das infra-estruturas poder ser bastante melhorada em cidades como Varsóvia ou Cracóvia em comparação com outros centros económicos da UE, as preferem como local de investimento em detrimento da isolada e ainda menos acessível zona Leste e rural.

Assim, a configuração e estrutura física do território polaco ressentem a necessidade de um maior investimento nas infra-estruturas de transportes, que apesar de já se encontrar previsto através de fundos europeus (KPMG, 2010), pode também ter origem em IDE. Enquanto não se verificar um aumento da acessibilidade do território polaco em relação à média europeia, os factores geopolíticos ‘configuração e estrutura física’ restringirão as vantagens proporcionadas pela ‘posição’ e ‘extensão’ polaca. Até aí, a Polónia permanecerá um território bem localizado (*cf.* ‘Posição’), mas pouco acessível, em concreto, aos seus investidores europeus, criando-lhes barreiras ao IDE.



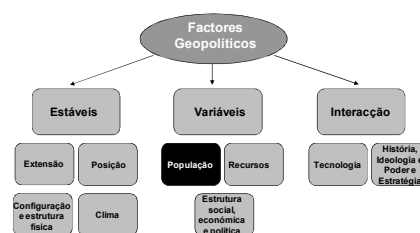
Clima

Oscilando entre o tipo marítimo e continental, com Invernos muito frios e Verões amenos,³⁸ o clima polaco pode ter um grande impacto negativo em algumas actividades económicas como a agricultura nas alturas mais inóspitas (*e.g.* secas e ondas de calor) (Szwed *et al.*, 2010). Existem previsões de agravamento deste cenário com o fenómeno de Aquecimento Global (Szwed *et al.*, 2010), que podem ser ultrapassados caso sejam tomadas medidas de prevenção (Stuczyński *et al.*, 2000). Todavia, apesar de as características climáticas da Polónia influenciarem inevitavelmente a sua situação geopolítica, já que os ambientes geográficos moldam e diferenciam o Homem e os seus inerentes modos de vida (Defarges, 2003), a sua interferência é bastante menor em

³⁸ Informação retirada de Experience Poland, in <http://www.experiencepoland.com/climate.html>, acedido a 10 de Maio de 2011.

comparação com outros factores já analisados (*e.g.* Extensão, Posição). Devido à falta de evidências em contrário, podemos concluir que o clima não constitui um factor preponderante para a situação geopolítica polaca, em oposição ao que acontece no caso russo onde a zona de clima polar do Ártico, riquíssima em recursos inexplorados, está a ser cada vez mais acessível devido ao fenómeno do Aquecimento Global (*cf.* ‘Extensão’ e ‘Clima’, Secção 3.3.1.).

3.4.2. Factores variáveis



População

Também no campo da população e do capital humano foram verificadas alterações durante os últimos vinte anos de transição. A adaptação da Polónia a uma nova economia de mercado aberta ao investimento estrangeiro levou a que se verificasse uma reorientação do capital humano essencialmente dos sectores técnicos para o sector de negócios e serviços (Jeong *et al.*, 2008). O sector terciário, que não possuía muita importância para a economia planificada existente antes de 1990, é actualmente dominante a nível de investimento estrangeiro com 68% do total de *stock* de IDE da Polónia em 2008 (Zimny, 2010). Além disso, o grande volume de IDE recebido durante este processo de transição acelerou a mudança tecnológica, e consequentemente, a necessidade de melhorar a mão-de-obra a nível de qualificações, orientá-la também para o sector da inovação, de forma a dar resposta às novas necessidades do mercado (Pastore, 2005).

Desta forma, a mão-de-obra polaca reúne várias características que atraem a atenção dos investidores estrangeiros. Por um lado agrega um capital humano de qualidade resultado de um investimento do governo no sector da educação. Em 2006, o governo polaco despendeu 5.7% do seu PIB em gastos educacionais, um valor superior ao russo que contou apenas com 3.9%.³⁹ No mesmo ano, 67.4% da mão-de-obra disponível na Polónia possuía educação ao nível do ensino secundário e 19.9% detinha um grau

³⁹ Informação retirada de PNUD, in <http://hdrstats.undp.org/en/indicators/38006.html>, acedido a 11 de Maio de 2011.

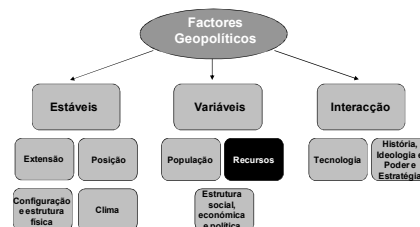
superior.⁴⁰ Estes números ganham maior relevância quando comparados com países como Portugal, que apenas possui 15.1% e 15.3% de mão-de-obra disponível com qualificações a nível secundário e superior, respectivamente. Assim, a Polónia disponibiliza um bom volume de capital humano, que complementado pelo facto de ser relativamente mais barato em comparação com a Europa Ocidental e mesmo com os seus parceiros regionais (*e.g.* República Checa e Hungria) constituem factores de atracção de IDE. Tal como no caso russo, os investidores estrangeiros, principalmente os oriundos da UE, encontram na Polónia uma mão-de-obra qualificada e barata, dois factores difíceis de conciliar na Europa Ocidental e EUA. Porém, autores como Cichy (2006) argumentam que esta vantagem competitiva da Polónia assente no baixo custo da sua mão-de-obra pode não ser sustentável a longo prazo, com a entrada em jogo de países como a China onde a produção é muitas vezes localizada.

Outros pontos positivos para a atracção de IDE a nível da população polaca são a grande produtividade da mão-de-obra e a fácil adaptação da mesma às expectativas e cultura corporativas das empresas estrangeiras que investem no país (Sinnathamby e Czernicka, 2009). Isto aliado ao facto de a Polónia possuir uma população relativamente jovem, mais aberta a questões de mobilidade e contínua actualização de competências e conhecimento (Sinnathamby e Czernicka, 2009), torna este país atraente para os investidores estrangeiros. Além disso, a taxa de desemprego existente em 2010 de cerca de 11.8% (CIA, 2011) aumenta a mão-de-obra nacional disponível para trabalhar nas empresas estrangeiras.

Alguns estudos (*e.g.* Mikolaj, 2004) apontam disparidades regionais entre o Leste e o Ocidente a nível de resultados em testes padrão aplicados a todo o país. Os seus resultados não reflectem o habitual desequilíbrio que aponta as regiões ocidentais como as mais desenvolvida, e tendo estas obtido piores resultados a nível educacional. Apesar disto, as cidades continuam a possuir condições superiores para a criação de capital humano qualificado em relação às comunidades rurais. As dificuldades no acesso à universidade devido ao fraco sistema de concessão de bolsas de estudo e subsídios torna ainda mais difícil obter um grau superior para aqueles que vivem fora dos aglomerados urbanos e possuem maiores dificuldades financeiras (Cichy, 2006). Desta forma, é mais

⁴⁰ Informação retirada de OCDE, in <http://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=RGRADSTY>, acedido a 11 de Maio de 2011.

fácil para os investidores estrangeiros apostarem em regiões urbanas, onde o acesso a mão-de-obra qualificada é mais rápido e eficaz, o que acentua a tendência de IDE nestas zonas como vimos anteriormente (*cf.* ‘Extensão’).



Recursos

No que respeita a análise dos recursos existentes na Polónia e sua influência face à sua situação geopolítica devemos atentar novamente na questão energética. A Polónia, enquanto pequena produtora e consumidora de energia (à excepção do carvão) encontra-se num diferente patamar do ocupado pela potência energética russa, posicionando-se essencialmente como importadora de energia. Assim, a abordagem no caso da Polónia não passa por uma supremacia energética e pela forma como esta deve ser administrada em benefício de outras questões (*e.g.* políticas e geopolíticas) como no caso russo. Tendo em conta a importância da questão energética actualmente como ‘arma’ geoestratégica preponderante na posição que cada país ocupa no cenário internacional, a Polónia tem de ponderar como gerir uma desvantagem energética de forma a que esta não acarrete outro tipo de prejuízos para a sua situação geopolítica.

A Polónia é um proeminente produtor e exportador de carvão, constituindo este a principal fonte de energia doméstica e produzindo cerca de 90% da electricidade utilizada (Spencer *et al.*, 2011). Possuindo um pequeno volume de reservas provadas de petróleo e de gás natural, a Polónia encontra-se dependente da importação destes tipos de energia oriundos essencialmente da Rússia e que satisfazem 30% do consumo primário de energia (Spencer *et al.*, 2011). Isto é motivado, não só devido ao facto de estes recursos serem escassos dentro de território polaco, mas também pela herança da ex-URSS. Antes de 1989 uma característica-chave do funcionamento da União Soviética era a dependência dos seus países satélites do fornecimento de energia russa, que funcionava como mais um meio de manutenção do controlo sobre estes (Ürge-Vorsatz *et al.*, 2006). Este legado mantém-se e, apesar de ser positivo em alguns aspectos como a qualidade e o bom desenvolvimento das infra-estruturas de gás natural, comporta algum constrangimento em vários níveis, nomeada a nível da acção política e questões de soberania. Isto quer dizer que a Polónia, enquanto país independente e com

um posicionamento orientado a Ocidente (*cf.* Posição), pode ter a sua acção política limitada em questões internacionais que contrariem a política externa russa devido à ameaça desta última cortar o fornecimento energético. Além disso, a questão energética tem outras repercussões devido ao facto de envolver uma área geopolítica internacional ligada pelo *pipeline* de Druzhba.



Figura 22: Pipeline de Druzhba

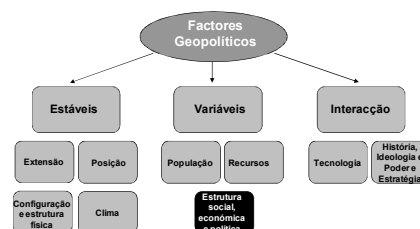
Fonte: Global Research.ca, in <http://www.globalresearch.ca/index.php?context=va&aid=9907>, acessido a 18 de Maio de 2011.

Primeiro, o transporte de gás natural e petróleo para a Polónia pode ser posto em risco se ocorrerem conflitos entre a Rússia e países vizinhos como a Ucrânia, como os que se verificaram em 2009 (Pirani, 2009). Como observamos na Figura 22, devido à disposição geográfica do *pipeline*, se se verificar um corte de energia à Bielorrússia ou à Ucrânia, a Polónia e o resto dos países europeus vêem o seu fornecimento fortemente constrangido e ameaçado. Segundo, e de acordo com a mesma lógica, a Alemanha está dependente da Polónia, já que é afectada caso ocorra corte na cadeia de transporte em território polaco. Isto pode gerar pressões políticas por parte da Alemanha e do resto da Europa Ocidental para que sejam evitadas relações conflituosas entre os países da Europa de Leste e a Rússia.⁴¹

⁴¹ Um acontecimento onde foi visível esta dinâmica de dependência foi a Guerra da Ossétia do Sul em 2008. Neste conflito entre a Geórgia e a Ossétia do Sul, onde a Rússia foi um grande interveniente e apoiante da última, os países europeus pertencentes à NATO dividiram-se na decisão de apoio às partes beligerantes. As divisões nesta organização e a falta de consenso são evidentes: Estados Unidos, Canadá, Reino Unido e países de Leste defendem uma reacção severa contra a Rússia a quem atribuem a culpa de guerra, enquanto que a “Velha Europa” se mostra hesitante face a um confronto com Moscovo, culpabilizando Tbilisi. Aqui se observa a importância que a dependência energética por parte da Europa tem sobre alguns acontecimentos e decisões políticas, optando os Estados europeus por não ‘contrariar’ a política externa russa. Os países de Leste, apesar de também se encontrarem constrangidos por esta dependência, quando confrontados com decisões internacionais deste tipo, optam frequentemente pelo ‘guarda-chuva de protecção’ americano, que lhes garante uma posição geopolítica anti-Rússia mais acérrima.

Tendo estas questões em consideração e como se torna muito custoso encontrar exportadores alternativos de energia, especialmente de gás natural, é importante que a Polónia aposte em outras fontes de energia (Ürge-Vorsatz *et al.*, 2006). Se isto não acontecer, a situação geopolítica polaca e de outros países na mesma situação como a Estónia, a Eslováquia ou a Hungria, continuará a ser indirectamente afectada pela Rússia. Assim, as energias renováveis podem constituir a longo prazo, um investimento viável tanto para o sector público como para as empresas privadas. Apesar de o *share* actual de energias como a biomassa, a energia geotérmica, hidroeléctrica ou eólica não ultrapassar os 1.6% de energia utilizada face à esmagadora utilização de combustíveis fósseis, as bases legais para o seu desenvolvimento estão estabelecidas, tendo sido ultrapassadas as barreiras iniciais ao investimento neste tipo de energias (Taler *et al.*, 2007). Várias estratégias e regulamentos foram criados desde a *Energy Law* de 1997, alinhando a legislação com as normas da UE. A partir de 2000, a ‘quota obligation’ obriga ao estabelecimento de uma quota fixa de energias renováveis no total de energia utilizada pelas empresas.

Desta forma, podemos afirmar que a questão energética condiciona a situação geopolítica polaca, ao constituir o factor de dependência em relação à Rússia. Enquanto que todos os outros factores geopolíticos orientam a Polónia para Ocidente, a energia permanece como o único que estabelece a ligação com a sua ex-metrópole. Não existem indícios de conexão entre as actuais entradas de IDE e os seus recursos energéticos. Porém, no caso das energias renováveis, o investimento pode vir a proporcionar-se no futuro, já que o governo tem como estratégia o apoio a estas últimas, favorecendo o estabelecimento de legislação de apoio e atracção de investimento nesta área.



Estrutura social, económica e política

A estrutura social, económica e política constitui um dos factores que mais prepondera na situação geopolítica da Polónia nos últimos vinte anos. O processo de transição que implicou a passagem de uma economia planificada e fechada para uma economia de mercado, aberta ao comércio e capital internacional, com todas as consequentes

implicações políticas e sociais ainda se encontra em vigor e exerce influência não só na forma como a Polónia se organiza a nível interno, mas também sobre as suas relações externas. O facto de este processo de transição ocorrer durante o pico do processo de Globalização e transnacionalização da economia conferiu-lhe uma dimensão diferente da que teria caso se tivesse verificado noutro período temporal. A transição transnacional, que inclui a liberalização do comércio e capitais e abertura à economia mundial, não foi algo imposto à Polónia como se fosse uma força externa de sentido único, mas sim o ‘caminho’ natural para um país que toma medidas no sentido de abertura ao mercado global contemporâneo. Desta forma, apesar de o processo de transição da Polónia ter sido iniciado espontaneamente por si própria, obteve vantagens internacionais ao ser acelerado por factores externos, como o grande volume de IDE recebido (Jensen, 2006). Assim, o processo transnacional ajustou as políticas e práticas nacionais às exigências da economia global (Shields, 2004).

A transição da estrutura social, económica e política polaca e a sua relação com o volume recebido de IDE não foi automática. No início dos anos 90, existia uma certa desconfiança e má informação face ao ambiente económico e legal polaco (Michalak, 1993; Jensen, 2006) e a incerteza da força do compromisso deste país com as reformas (Hamilton, 1995). Esta situação rodeava os investidores estrangeiros de incerteza e risco em efectuar investimento em território polaco, optando estes por investir em outros países da Europa Central e de Leste (ECL) como a República Checa, o Chipre e a Hungria, o que é facilmente comprovado nos baixos níveis de IDE recebidos nos primeiros dois anos da transição (*cf.* Figura 2). Em 1992, a entrada em vigor do plano Balcerowicz ou “terapia de choque”⁴² (Deichmann, 1998) que impulsionou um conjunto de iniciativas e políticas de abertura do mercado nacional à economia e capitais estrangeiros, vai proporcionar o aumento dos fluxos de IDE que em 1993 registam um crescimento de 152,95% face ao ano anterior.⁴³ As suas cinco principais medidas foram: a rápida transformação da economia centralizada e planificada numa economia de mercado, com fluxos privados: a liberalização das actividades económicas, especialmente em relação ao comércio internacional e IDE; a privatização das empresas

⁴² O plano Balcerowicz foi posto em prática pelo economista e Primeiro-Ministro à data, Leszek Balcerowicz, e afirmava: “a market economy was preferred over a centrally planned economy and a private market economy was preferred over so-called “market socialism” (Hunter e Ryan, 2009: 36).

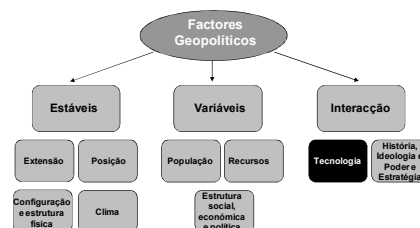
⁴³ Cálculos próprios com base em UNCTAD (2010).

estatais; a construção de um sistema de segurança social efectivo; e a mobilização de apoio financeiro internacional de apoio a este processo. É importante dizer que o compromisso deste país em se afirmar como uma economia aberta ao mundo está explícito quando adere às principais instituições internacionais como a OCDE, em 1996, e nas alterações institucionais processadas em favor da atracção de IDE como a *Business Activity Law* de 1999 que permite às empresas estrangeiras usufruir dos mesmos direitos que as empresas nacionais polacas, o que lhes confere perante a lei, tratamento igualitário (UNCTAD, 2002). A entrada para a UE em 2004, redireccionou o seu foco geopolítico e acentuou a tendência de integração da Polónia na economia mundial, condicionando toda a estrutura social e política às normas e directivas comunitárias (*cf.* ‘Posição’).

Desta forma, observamos que os vários sectores da estrutura polaca se cruzam e influenciam mutuamente: a política condiciona as instituições que favorecem as alterações económicas, aceleradas pelo factor internacional, na forma de IDE. A transição na Polónia foi mais do que um fenómeno isolado e de cariz interno. A adaptação do seu mercado anteriormente fechado às dinâmicas internacionais e sua reestruturação de forma a que este pudesse integrar de forma a economia global facilitou a grande atracção de IDE. Actualmente, a estrutura social, económica e política providenciam um quadro institucional que garante segurança aos investidores estrangeiros e parecem levá-los a manter as suas posições neste país mesmo em cenário de crise, não desinvestindo em massa. Isto foi verificado durante a crise económico-financeira mundial de 2009, onde a Polónia viu os seus níveis de IDE recebido baixarem 22%, bem acima da média mundial de -37%.

Podemos concluir que a Polónia constitui um espaço moderno (*cf.* Tabela 6) já que, apesar de existirem aspectos que ainda não estejam completamente dentro das características deste tipo de espaços (*e.g.* questões de infra-estruturas e comunicações), a sua transição está muito mais avançada em comparação com, por exemplo, a Rússia.

3.4.3. Produtos de interacção



Tecnologia

A transferência de tecnologia constitui um factor-chave para o crescimento económico e para os processos de transição verificados nos países da Europa Central e de Leste (ECL) após o final da União Soviética, em 1990. O acesso à tecnologia e a sua utilização na dinâmica de uma economia nacional decidem a posição competitiva de um país na divisão internacional do trabalho (Gurbiel, 2002). Mudanças estruturais como as que se verificaram na Polónia no quadro do seu processo de transição económica só são possíveis de concretizar se existir uma transferência efectiva de tecnologia. Como afirmam Arogyaswamy e Nowak (2009), é importante analisar se Assim, constituindo a tecnologia um pilar essencial ao processo de transição deve ser analisada a sua situação de modo a podemos correlacioná-la com o estágio em que a mudança se situa, ou seja, averiguar se a mudança tecnológica acompanhou o restante processo de transição (Arogyaswamy e Nowak, 2009). A partir da análise deste ponto específico podemos testar e complementar a conclusão obtida no ponto 'Estrutura económica, social e política' que afirma que a Polónia é actualmente um espaço maioritariamente moderno (*cf.* Tabela 6) devido à sua integração na UE e adaptação ao modelo social, económico e político europeu, embora possua alguns pequenos sinais que impedem que a inclusão nesta categoria de espaço seja plena (*e.g.* sistema de infra-estruturas de transportes).

A situação da tecnologia na Polónia apresenta alguns indicadores pouco animadores, que demonstram a existência de um desfasamento em relação aos seus parceiros da OCDE (*cf.* Tabela 10).

Tabela 10: Alguns indicadores tecnológicos e de inovação da Polónia versus alguns países da UE, ECL, EUA e Israel

Agrupamento de países	País	GERD % PIB* (2006)	Patentes triádicas, por milhão de população** (2005)	Artigos científicos, por milhão de população (2003)	Patentes com co-inventores estrangeiros (2002-2004)
<i>ECL</i> ***	<i>Polónia</i>	0.56	0.34	177.25	35.97
	<i>Rep. Checa</i>	1.54	1.54	289.17	38.85
	<i>Hungria</i>	1.00	4.06	247.10	36.44
	<i>Eslováquia</i>	0.49	0.53	175.29	56.03
<i>UE</i> ****	<i>Alemanha</i>	2.53	76.38	536.90	12.90
	<i>França</i>	2.11	39.35	516.22	17.16
	<i>Reino Unido</i>	1.78	27.41	810.83	23.90
	<i>Holanda</i>	1.67	66.94	830.61	45.26
	<i>Espanha</i>	1.20	4.55	400.58	21.38
	<i>Portugal</i>	0.83	1.07	251.41	25.70
<i>Outros países da OCDE</i>	<i>EUA</i>	2.62	53.11	725.60	12.49
	<i>Israel</i>	4.53	60.28	1037.57	16.21

Fonte: OCDE (2008: 180-181).

*GERD % PIB: Despesa Bruta Doméstica em I&D; ** Patentes triádicas são um conjunto de patentes registado pelo *European Patent Office*, *Japan Patent Office*, e o *US Patent and Trademark Office* de forma a protegerem, em simultâneo, a mesma invenção (OCDE, 2008: 176); *** Estes países da ECL também pertencem à UE. A sua separação dos restantes países da UE representados nesta tabela serve apenas o propósito de ser efectuada uma melhor comparação entre os países da ECL e da Europa Ocidental;

**** O grupo de países da UE representado nesta tabela engloba grandes economias (e.g. Alemanha, França e Reino Unido), médias economias (e.g. Holanda e Espanha) e pequenas economias (e.g. Portugal).

Como podemos observar a Despesa Bruta Doméstica em Investigação & Desenvolvimento (I&D) como percentagem do PIB polaco é das mais baixas dos países da ECL representados, ficando só à frente da Eslováquia. Isto demonstra que o sector da tecnologia e inovação apresenta-se como pouco importante para o investimento polaco, tanto a nível do sector privado como do sector público. O fosso é ainda mais acentuado em comparação com os países cimeiros da OCDE a nível de tecnologia, como os EUA e Israel, e com os dados de países da UE já que mesmo em relação a uma pequena economia europeia como Portugal o investimento estatal no sector de I&D é pouco avultado. Tendo em conta que a Polónia não pode contar com um rápido crescimento dos meios orçamentais destinados ao sector do I&D, devem ser encontrados e encorajados novas formas de obter financiamento, por exemplo, a nível do sector privado. A corroborar este facto, a Estratégia de Lisboa obriga a que 2/3 da despesa bruta doméstica em I&D venha do sector privado, o que é difícil de ser conseguido pois existe a crença comum entre as empresas que o investimento em I&D na Polónia não é

lucrativo (OCDE, 2004). Assim, é muito importante o governo polaco encorajar o sector privado, nacional e internacional, a investir na tecnologia e inovação concedendo preferências com créditos bancários, benefícios fiscais e limitando o processo burocrático (Gubriel, 2002; OCDE, 2004). Algumas alterações a nível de propriedade industrial efectuadas em 2004 constituem um passo importante para o aumento da confiança entre as empresas no investimento no sector de I&D.

O perfil tecnológico e de inovação da Polónia apresenta ainda atrasos em relação à média dos restantes países em pontos como o número de patentes triádicas por milhão de população ou de artigos científicos por milhão de população (*cf.* Figura 23 e Tabela 9).



Figura 23: Perfil do sector tecnológico e de investigação na Polónia, face à média dos restantes países

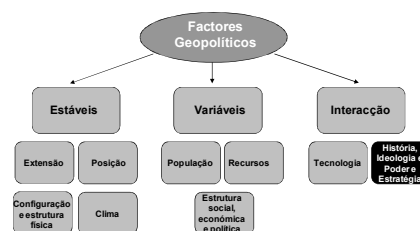
Fonte: OCDE (2010: 211).

Porém, o valor de patentes com co-inventores estrangeiros encontra-se dentro da média dos países da ECL e acima da média dos países da UE e OCDE (*cf.* Figura 23 e Tabela 9), o que demonstra a importância da intervenção estrangeira, nomeadamente do IDE, na transferência de conhecimento e processo de inovação.

De facto, as conexões da Polónia com o estrangeiro beneficiam bastante da transferência de tecnologia acumulada nas economias mais desenvolvidas (Kolasa, 2008). Como membro da UE, a Polónia usufruiu do comércio com os restantes países europeus e do capital investido no seu território, absorvendo o conhecimento e tecnologia proveniente destes. Gurbriel (2002) aponta como um sucesso do processo de transição os efeitos de *spillover* de conhecimento para as indústrias locais, provenientes

das empresas multinacionais que investiram na Polónia. Esta transferência de tecnologia tem proveniência maioritária no IDE e trocas comerciais devido à fraca ligação entre o sector científico doméstico e a indústria (Gurbiel, 2002). A falta de comunicação efectiva entre o sector inovativo e as empresas é uma das maiores fraquezas do sistema de I&D polaco, ou seja, muitas vezes o conhecimento é formado mas não é transmitido e posto em prática.

Podemos concluir que a Polónia apresenta alguns factores que podem alavancar a sua potência tecnológica se forem ultrapassados as barreiras apresentadas neste ponto. A combinação da sua posição geográfica central, com a existência de trocas comerciais extensivas com França e Alemanha, de uma força de trabalho bastante qualificada, uma longa tradição de empreendedorismo a pequena escala e uma boa disponibilidade de organizações de apoio às empresas constituem estabelecem pontos de partida muito importantes para o crescimento do sector tecnológico (Gurbiel, 2002; Arogyaswamy e Nowak, 2009). Representam, ainda, pontos de atracção de IDE futuro especificamente focado em inovação e tecnologia, já que nos últimos vinte anos este sector tem-se limitado a usufruir indirectamente da transferência de conhecimento oriunda no IDE em outras actividades.



História, Ideologia, Poder e Estratégia

O último grupo de factores geopolíticos refere-se à forma como a Polónia se situa a nível de distribuição do Poder mundial e estabelece a sua política externa de forma estratégica, tendo em conta o seu percurso histórico e a ideologia. Como referimos anteriormente, a influência destes factores sobre a situação geopolítica de um país é bastante relevante pois caracteriza e qualifica a acção deste a nível internacional. Reunidos na forma da sua política externa constituem o reflexo internacional da situação geopolítica formada pelos restantes factores (*e.g.* Extensão, Posição, População, Tecnologia), maioritariamente de cariz interno, ao demonstrarem aos restantes países a forma como o país se assume perante eles. Mais uma vez, existem relações indirectas que podemos traçar entre a estratégia e política externa e o volume

de IDE recebido, pelo que impera conhecer a bases da primeira, para em seguida procedermos às ligações possíveis.

Podemos afirmar que a política externa polaca só surgiu de forma independente e soberana a partir de 1990, com o desmembramento da URSS. Até aí, a Rússia soviética dominava a política externa de todos os seus estados satélites, existindo uma obrigação destes em coincidirem nos princípios e ideias relativos às questões internacionais. Nos últimos vinte anos de regime pós-soviético (1990-2010) a política externa polaca demonstrou ser o produto directo da sua História enquanto país dominado, que desde o século XIII ambiciona assumir a sua posição internacional enquanto Estado auto-determinado (Reeves, 2010).

A Polónia estabelece como principal pilar da sua política externa um posicionamento pró-Occidente (*cf.* ‘Posição’), que representa o paradigma de comparação durante a transição económica, social e política e o sinal de emancipação da ligação com o Leste, em particular com a Rússia. Os motivos da prioridade que foi atribuída à UE na política externa polaca foram vários e todos reflectem a vontade de abandono as dinâmicas da ‘velha Polónia’. Além dos benefícios directos e materiais da adesão (*e.g.* interesses económicos), esta constituiu um passo importante na transformação da Polónia num Estado democrático e liberal, próximo do modelo Ocidental. O “return to Europe” é também rodeado de uma dimensão de identificação civilizacional já que na Polónia vigorou desde sempre um sentimento de grande proximidade com o Occidente, ao contrário do que se passava em relação ao Leste (Reeves, 2010:2). Porém, concretizada a adesão à UE, o desejo de possuir uma política externa autónoma e a noção de soberania sobressaem em Varsóvia, que se mostra reticente em transferir poder para Bruxelas e adoptar alguns mecanismos supranacionais. Assim, a política externa polaca em relação à UE é actualmente revestida de algum pragmatismo, que apesar de não ser tão acentuado como no caso russo, reflecte uma posição eurocéptica, de pouco comprometimento e limitada flexibilidade negocial face aos seus parceiros europeus. Apesar disto podemos afirmar que a inclusão da Polónia no bloco ocidental constituiu a principal alavanca para a alteração da situação geopolítica existente no período pré-1990, reflectindo um posicionamento que lhe traz benefícios vários, nomeadamente a nível de entradas de IDE.

Em conclusão, a formulação da política externa polaca caracterizada por algum pragmatismo e necessidade de independência e afirmação internacional, nasce da sua História de país dominado e sem poder de decisão a nível interno e externo. Esta política externa formaliza o posicionamento e aproximação a Ocidente, em detrimento das relações com a Rússia, que como vimos anteriormente, tem impactos a nível de entradas de IDE (*cf.* ‘Posição’). Apesar de ter sido essencialmente devido à adesão à UE que a Polónia conseguiu alcançar o estatuto de parceiro Ocidental, a sua aliança com os EUA é muita das vezes priorizada à parceria europeia (Reeves, 2010). Estes constituem a potência internacional que mais ‘apadrinha’ a independência e antagonismo da Polónia face à Rússia, indo ao encontro das ambições polacas de auto-determinação e consolidação da sua política externa, ao contrário da EU que vê a sua acção internacional muitas vezes constringida pela dependência energética em relação aos russos (*cf.* ‘Recursos’).

3.4.4. Síntese do caso Polaco: IDE e factores geopolíticos

A situação geopolítica polaca não possui nenhuma característica que lhe confira, *a priori*, uma condição de excepcionalidade geopolítica como a que vive a Rússia. Porém, na análise efectuada nas secções anteriores pudemos demarcar alguns factores cujo impacto na situação geopolítica polaca se afigura como importante. Estes factores sustentam o pilar da situação geopolítica polaca actual, ou seja a orientação e integração na zona geopolítica da Europa Ocidental, que tanto tem contribuído para o aumento dos fluxos de IDE europeus com destino à Polónia. A ‘Extensão’ e ‘Posição’ sustentam espacialmente esta reorientação geopolítica Ocidental do pós-1990. É com base na ‘Extensão’ do país e na forma como é organizada em torno dos seus pontos ecuménicos urbanos e pró-Ocidentais, e na sua ‘Posição’ central e polivalente, que a Polónia se encontra cada vez mais inserida na Europa e afastada da sua antiga metrópole, a Rússia. Esta condição natural do espaço físico, típica dos factores estáveis, é complementada por factores variáveis e produtos de interacção que corroboram a aproximação a Ocidente, gerindo o espaço em direcção a esse objectivo. Factores como a ‘Estrutura social, económica e política’ e a ‘História, Ideologia, Poder e Estratégia’ encorporam a grande reorientação geopolítica da Polónia verificada a partir do final do século XX.

Assim, podemos constatar que a integração da Polónia na zona geopolítica da Europa Ocidental tem estado na origem dos fluxos massivos de IDE com destino a território

polaco, constituindo este facto a grande característica da condição geopolítica deste país. Esta situação é proporcionada por factores estáveis (*e.g.* ‘Extensão’ e ‘Posição’) e pela forma como estes são estrategicamente geridos, o que se torna evidente através da análise de alguns factores variáveis (*e.g.* ‘População’ e ‘Estrutura social, económica e política’) e produtos de interacção (‘História, Ideologia, Poder e Estratégia’). Desta forma, os Factores Geopolíticos de Poder que mais estão ligados à reorientação Ocidental (acima referidos) são os que possuem mais impacto nos níveis de IDE actuais, como podemos constatar na Tabela 11.

Tabela 11: Quadro resumo da ligação ‘factores geopolíticos’ e ‘IDE’: Polónia, 1990-2010

Tipo de factor	Factor geopolítico	Exemplos	Importância face aos níveis de IDE actuais	Potencial para IDE futuro	Desincentivo a futuro IDE
Estáveis	Extensão	Sentido de Espaço	Ecúmene ●●●●●	✓	
			TNE ●●●●	✓	
			Outras zonas ●●●		✓
		Disparidades territoriais (desenvolvimento económico)	→ Ocidente ●●●●	✓	
			Leste ●●	✓	✓
			→ Varsóvia ●●●●●	✓	
			Resto do país ●●●	✓	
			Urbano ●●●●●	✓	✓
			Rural ●		✓
Variáveis	Posição	Fronteiras e relação com o resto do mundo	Europeia e bloco ocidental ●●●●●	✓	
			Resto do mundo ●	✓	
	Configuração e estrutura Física	Infra-estruturas e transportes	Disparidades de acessibilidade ●●●	✓	✓
	Clima		●		
	População	Capital Humano	●●●●	✓	
		Força de trabalho barata	●●●●	✓	✓
	Recursos	Energéticos não renováveis	●●		
		Energéticos renováveis	●●		
	Estrutura económica, política e social	Espaço moderno	Processo de transição + transnacionalidade ●●●●●	✓	
	Tecnologia		●●	✓	
Produtos de interacção	História, Ideologia e Poder, Estratégia	Política Externa	Orientação Ocidental ●●●●●	✓	

Fonte: Elaboração própria

Legenda: ● - Muito pouco importante; ● - Pouco importante; ●●● - Indiferente; ●●●●, Importante; ●●●●● - Muito importante.

3.5. Análise comparativa dos casos Russo e Polaco

A partir da investigação dos factores geopolíticos estáveis, variáveis e produtos de interacção formulámos a situação geopolítica dos casos Russo e Polaco num processo metodológico envolveu uma abordagem simultaneamente qualitativa e quantitativa realizada de forma paralela. Nos dois os casos foram estabelecidas ligações, directas e indirectas, entre os factores geopolíticos e as entradas de IDE, o que nos permite obter algumas respostas em relação à nossa questão de investigação principal ‘Qual a importância da geopolítica nas decisões de localização internacional?’ e às questões secundárias: ‘Qual o factor geopolítico com maior preponderância relativa face ao volume de IDE recebido?’ e ‘Qual a sua influência sobre o volume de IDE?’.

Nesta secção, procederemos à análise comparativa dos dois estudos de caso e ao delinear das conclusões em relação às dinâmicas Geopolítica – IDE. Decompomos os factores geopolíticos da Rússia e Polónia, analisando o seu impacto nos níveis de IDE recebido de forma comparativa e traçando algumas conclusões – a Tabela 12 sintetiza a análise comparativa global.

3.5.1. Factores estáveis

No que respeita aos factores estáveis foram analisadas a ‘Extensão’, a ‘Posição’, a ‘Configuração e Estrutura Física’ e o ‘Clima’. A ‘Extensão’ demonstrou ser um factor geopolítico bastante importante para ambos os países na compreensão do volume e distribuição do IDE recebido. Porém, os pontos de partida da análise deste factor diferem nos dois países: no caso da Rússia, a extensão está intimamente relacionada com um espaço geográfico de dimensões colossais e com a forma como este facto pode ser benéfico ou prejudicial, consoante o sentido de espaço demonstrado; no caso da Polónia, a dimensão geográfica não é propriamente o mais relevante na análise deste factor, e sim a maneira como o território é gerido.

Quando comparados, temos à partida uma desvantagem da Polónia face à Rússia a nível de dimensão, que indicia uma menor probabilidade de existência de recursos e potencialidades naturais. Porém, o facto de a Rússia possuir um espaço maior para gerir dificulta a sua situação geopolítica. Isto é visível pelo facto de que grande parte do seu território se encontrar estrategicamente subaproveitado, facto demonstrado pela pouca densidade populacional e parco desenvolvimento económico de algumas regiões.

Tabela 12: Síntese comparativa dos casos Russo e Polaco

Tipo de factor	Factor geopolítico	Exemplos	Importância face aos níveis de IDE actuais				Potencial para IDE futuro			Desincentivo a futuro IDE	
			Rússia	Polónia	Rússia	Polónia	Rússia	Polónia	Rússia	Polónia	
Estáveis	Extensão	Sentido de Espaço	Ecúmene	●●●●●	●●●●●	●●●●●	✓	✓			
			TNE	●●●●	●●●●	●●●●	✓	✓			
			Anecúmene	●●			✓				
			Outras zonas	●●●	●●●	●●●	✓		✓		✓
			Enclave	●			✓				
	Disparidades territoriais (desenvolvimento económico)		ZEE	●●			✓				
			Ocidente		●●●●●	●●●●●		✓			
			Leste		●●	●●		✓			✓
			Varsóvia		●●●●●	●●●●●		✓			
			Resto do país		●●●	●●●		✓			
Estáveis	Acesso ao mar	Portos Marítimos		●●●●●			✓				
			Europeias	●●●●			✓				
	Fronteiras e relação com o resto do mundo		Europa e bloco ocidental		●●●●●	●●●●●		✓			
			Cáucaso	●			✓		✓		
			China	●●			✓				
			Resto do mundo		●			✓			
	Infra-estruturas e transportes	Disparidades de acessibilidade			●●●	●●●		✓			✓
			Ferrovário	●●●			✓		✓		
Variáveis	Clima	Dimensão de mercado		●		●	✓				
			Capital Humano	●●●●	●●●●	●●●●	✓				
	População	Força de trabalho barata		●●●●	●●●●	●●●●		✓			✓
	Recursos	Energéticos não renováveis		●●	●●	●●	✓				
		Energéticos renováveis		●	●●	●●	✓				
		Petróleo e gás natural	●●						✓		
	Estrutura económica, política e social	Espaço em transição	●●●●				✓		✓		
		Corrupção	●●●●●							✓	
		Processo de transição + transnacionalidade		●●●●●	●●●●●	●●●●●		✓			
Produtos de interacção	Tecnologia	Espaço moderno	●●●		●●	●●	✓				
	História, Ideologia e Poder, Estratégia	Orientação Ocidental		●●●●●	●●●●●	●●●●●		✓			
		Política Externa	●●●●●				✓				

Fonte: Elaboração própria. *Legenda:* ● - Muito pouco importante; ●● - Pouco importante; ●●●● - Indiferente; ●●●●● - Importante; ●●●●●● - Muito importante; Os azuis/cinza são usados para ressaltar os resultados.

Assim, a Rússia apenas apresenta um bom sentido de espaço em relação ao seu ecúmene e a zonas ricas em recursos naturais. A Polónia, apesar de ser um território de menores dimensões, também apresenta disparidades regionais a nível de desenvolvimento o que nos leva a concluir que o Poder de um Estado a nível geopolítico não aumenta de forma proporcional ao tamanho do seu território, mas sim consoante a forma como este é estrategicamente gerido. Esta lógica é também aplicável ao volume de IDE: é a gestão territorial a nível de incentivos e atractivos regionais que possui impacto na distribuição de IDE e não a dimensão de um território por si só, numa estratégia de *market-seeking*.

O nosso estudo demonstra que, em ambos os casos, o ecúmene (unificado ou fragmentado) constitui a zona predilecta para os investidores estrangeiros realizarem as suas operações já que este coincide com as zonas que apresentam um maior desenvolvimento económico-social e, numa perspectiva mais simbólica e política, uma maior proximidade com o poder político. Porém, a Rússia exemplifica o caso de um país com zonas fora do ecúmene cujos atractivos substituem os do ecúmene (*e.g.* desenvolvimento económico e densidade populacional), como é caso do Ártico e dos recursos aí existentes. Enquanto região anecuménica vai, todavia, além do *resource-seeking* e extravasa para a discussão internacional sobre o domínio desta região geopolítica tão relevante, como vimos anteriormente (*cf.* ‘Extensão’, Secção 3.3.1.).

A ‘Posição’ é outro dos factores com um impacto significativo a nível das decisões de localização internacional. Nos dois casos apresentados, as fronteiras existentes e o posicionamento internacional apresentam-se como explicativos não só do volume total de IDE recebido, como da origem deste. Confrontemos a situação dos dois países. A Rússia posiciona-se como um Estado transnacional e polivalente, assente no conceito euroasiático, com um maior enfoque na vertente europeia. Já a Polónia possui uma posição central e polivalente no continente Europeu, com ligações à Europa Ocidental e ao Leste. É esta polivalência geográfica que, após o desmembramento da URSS, lhe permite apresentar-se com uma reorientação absoluta a Ocidente, numa postura de total integração nesta região geopolítica, representada pelos países da Comunidade Europeia e EUA, e rejeição da região geopolítica de Leste, liderada pela Rússia. Isto tem

impactos a nível do volume de IDE recebido: ambos os países têm um posicionamento a Ocidente e daí provém a maior percentagem de IDE recebido.

Porém, no caso da Rússia, mantém-se uma postura semelhante à existente durante a URSS, caracterizada pelo pragmatismo e algum isolamento geopolítico derivado de um sentimento de potência perdida e perda de influência sobre os seus ex-Estados satélite. Esta postura geopolítica não se coaduna com as dinâmicas da economia internacional e de fluxos de capitais e mercadorias, e adicionalmente, restringe a proximidade com o resto do mundo, concretamente com a Europa que a considera “inintegrável” (Haukkala, 2003: 288). Por seu lado, a Polónia realizou uma integração plena no bloco Europeu, iniciando o processo de transferência para dentro da sua zona geopolítica a partir de 1990. Esta dinâmica explica que os países europeus prefiram, proporcionalmente, investir na Polónia, seu parceiro, em detrimento da Rússia, espaço isolado e pouco cooperante.

Na análise da Configuração e Estrutura Física volta a surgir a questão da extensão territorial, sendo demonstrada, no caso russo, a dificuldade de gerir a questão infra-estrutural num país de dimensões colossais e com variações a nível de Estrutura Física. Novamente, podem existir condições geográficas menos propícias à existência de boas infra-estruturas de transportes (*e.g.* região Ártica), ou um menor ou maior desenvolvimento das mesmas consoante o desenvolvimento de uma região. Tanto na Rússia como na Polónia, esta questão tem impacto a nível das decisões de IDE e da sua distribuição regional, já que parece claro que os investidores optam por regiões bem fornecidas a nível infra-estrutural.

O factor clima é o último dos factores estáveis e o que se apresenta como menos relevante para os seus níveis de IDE recebido pelos dois países, embora, no caso russo, apresente alguma influência indirecta sobre outros factores como a ‘Extensão, na questão do Ártico.

3.5.2. Factores variáveis

Foram também estudados os factores variáveis ‘População’, ‘Recursos’ e ‘Estrutura social, económica e política’. Podemos afirmar que, em ambos os países, a ‘População’ é um factor geopolítico variável que complementa os factores estáveis, de cariz mais

físico, na formulação das situações geopolíticas, possuindo um impacto directo positivo nos níveis de IDE recebido. Tanto no caso da Rússia como da Polónia, o *stock* de capital humano é acentuado, constituindo uma mão-de-obra bem qualificada, legado das políticas soviéticas, com maior proeminência no caso russo. A isto acresce o facto de ser mais barata em relação à mão-de-obra qualificada da Europa Ocidental, o que é frequentemente apontado como um factor de atracção de IDE. Em ambos os países a população é um factor geopolítico essencial para as economias de transição, assumindo-se como um bom ponto de partida para esta, favorecendo indirectamente outros factores condicionantes da situação geopolítica.

Também os recursos energéticos possuem um forte impacto a nível da situação geopolítica dos dois países, ao estabelecer a potência energética russa e a situação de dependência da Polónia e da restante Europa. Os sistemas de *pipelines* constituem a demonstração física da ascendência e influência que a energia russa possui sobre a Europa, estando estrategicamente formuladas para servir a geografia. Tendo em conta a enorme relevância deste assunto, analisada ao pormenor anteriormente (*cf.* ‘Recursos’, Secções 3.3.2. e 3.4.2.) poderia parecer *a priori* um factor geopolítico com um grande impacto a nível de IDE. Porém, esta situação não se verifica pois, apesar de constituir um sector muito importante para a situação geopolítica e geoestratégica tanto da Europa como da Rússia, encontra-se isolado e protegido de IDE ao representar um pilar na estratégia nacional russa. É também condicionador da situação geopolítica da Polónia que se encontra no pólo oposto à Rússia, ou seja, na posição de dependente energético.

A ‘Estrutura social, económica e política’ é o último factor geopolítico variável. Existem algumas diferenças entre as estruturas dos dois países. Consideramos neste trabalho que a Rússia é ainda um espaço em transição, ao contrário da Polónia que é já um espaço moderno. Os factores que sustentam esta diferenciação podem parecer ténues, mas para efeitos das relações internacionais políticas e económicas focadas neste trabalho, têm grandes implicações. A Rússia constitui um espaço em transição devido ao facto de que, apesar de já ter vivenciado etapas do processo de transição, continua a existir uma manutenção de muitas das estruturas e dinâmicas do regime soviético, como as elites, burocracia, corrupção e política externa. Esta permanência de sistemas típicos de um espaço controlado (*cf.* Tabela 12), não permite à Rússia estabelecer-se como um espaço moderno, o que tem muito impacto junto das decisões e

investidores estrangeiros. Já a Polónia tem dificuldades a nível de infra-estruturas e tecnologia, mas encontra-se mais enquadrada no modelo liberal, democrático e capitalista típico da Europa Ocidental, tornando-a mais confiável e transmitindo uma maior segurança aos investidores estrangeiros para efectuarem negócios em solo polaco.

3.5.3. Produtos de interacção

Por fim, foram analisados os seguintes produtos de interacção: ‘Tecnologia’, ‘História’, ‘Ideologia’, ‘Poder’ e ‘Estratégia’. O factor ‘Tecnologia’ encontra-se bastante conectado com o factor ‘População’ no que respeita à ligação com o capital humano. Apesar da existência de um bom *stock* de capital humano constituir um aspecto essencial para o bom desenvolvimento da estrutura tecnológica e de inovação da Rússia e Polónia, em ambos os casos, este sector continua abaixo do seu potencial. A potência russa durante a URSS não foi mantida e a Polónia apresenta valores abaixo da média da OCDE no seu perfil tecnológico. No caso russo, existe a necessidade de financiamento estrangeiro do sector tecnológico, em questões como a da acessibilidade e exploração do Ártico, que de outra forma se torna difícil de concretizar. O cenário de incentivo governamental ao investimento neste sector é viável pois favorece e apoia objectivos estratégicos, no caso da exploração do Ártico. No caso polaco, apesar de este país ter beneficiado bastante da transferência de tecnologia estrangeira processada através de IDE, os parâmetros continuam baixos. Seria salutar que, a longo prazo, existisse um investimento directo no sector tecnológico e que este não beneficiasse apenas indirectamente através da transferência de tecnologia que acompanha o IDE em outros sectores.

Por último, os factores ‘História’, ‘Ideologia’, ‘Poder’ e ‘Estratégia’ relacionam-se intimamente com a ‘Posição’ ao descreverem a forma como Rússia e Polónia se afirmam a nível internacional e projectam a sua política externa, ou seja, o seu posicionamento internacional. Estes factores apresentam fortes impactos a nível de IDE. Na Rússia, a manutenção de um estilo de governação centralizado e algo autoritário faz com que permaneçam os princípios estruturantes e objectivos existentes durante a Guerra Fria de consolidação interna e projecção internacional (Freire, 2009). Este posicionamento internacional pragmático tem uma grande influência sobre as entradas de IDE, como vimos no caso da criação de barreiras sobre o IDE em recursos como o

petróleo e o gás natural. Por seu lado, a Polónia possui uma enorme vontade de projectar uma política externa independente e forte, de orientação a Ocidente. Assim, apesar de a Polónia ter efectuado uma plena integração europeia, continua a mostrar alguns sinais de pragmatismo ao constituir um país que gera mais controvérsia e bloqueios negociais no seio da UE. Os EUA surgem como o ‘grande protector’ polaco contra a pressão da influência russa, já que a Polónia não pode, muitas vezes, contar com o apoio da EU em questões de oposição face à Rússia devido ao fenómeno de dependência energética.

Conclusões

Neste trabalho foi testada e analisada a existência de ligações entre áreas de estudo distintas, a Economia, a Gestão e a Geopolítica, mas com uma forte base comum. A interdisciplinaridade do tema ‘Internacional’ possibilita a existência de uma maior interacção entre as várias áreas académicas, normalmente muito ‘fechadas’ em si próprias e apresenta-se como essencial para que a sua análise seja mais profunda e completa. Reafirmando a importância do cruzamento de perspectivas das várias disciplinas em questões internacionais que não podem ser analisadas como se de compartimentos estanques se tratassem, como é o caso do IDE ou da Geopolítica, este estudo apresentou como objectivo lato o de acentuar a importância da afinidade entre as disciplinas de Relações Internacionais e Economia e Gestão Internacional. Em concreto, o nosso estudo pretende colmatar uma falha verificada na literatura relacionada com a ligação Geopolítica – *International Business*, analisando aprofundadamente as situações geopolíticas de dois estudos de caso, a Rússia e a Polónia, e confrontando-as com o volume de IDE recebido.

Duas conclusões principais se retiram do estudo realizado.

Em primeiro lugar, Rússia e Polónia estão ligados pelo factor geopolítico ‘História’ que influencia directamente toda a sua situação geopolítica e a relação que mantêm entre si (*cf.* Figura 24). É a ‘História’ que determina as dinâmicas existentes actualmente típicas do período pós relação metrópole - zona dominada/periferia, demonstradas no sentimento de manutenção de influência russa *versus* vontade de demonstração de independência polaca. A ‘História’ influencia todos os outros factores geopolíticos, mesmo os estáveis, ou seja, factores que se mantêm praticamente inalterados ao longo do tempo por serem intrínsecos ao espaço territorial, já que determina o desenvolvimento e evoluir da forma como são encarados e geridos.

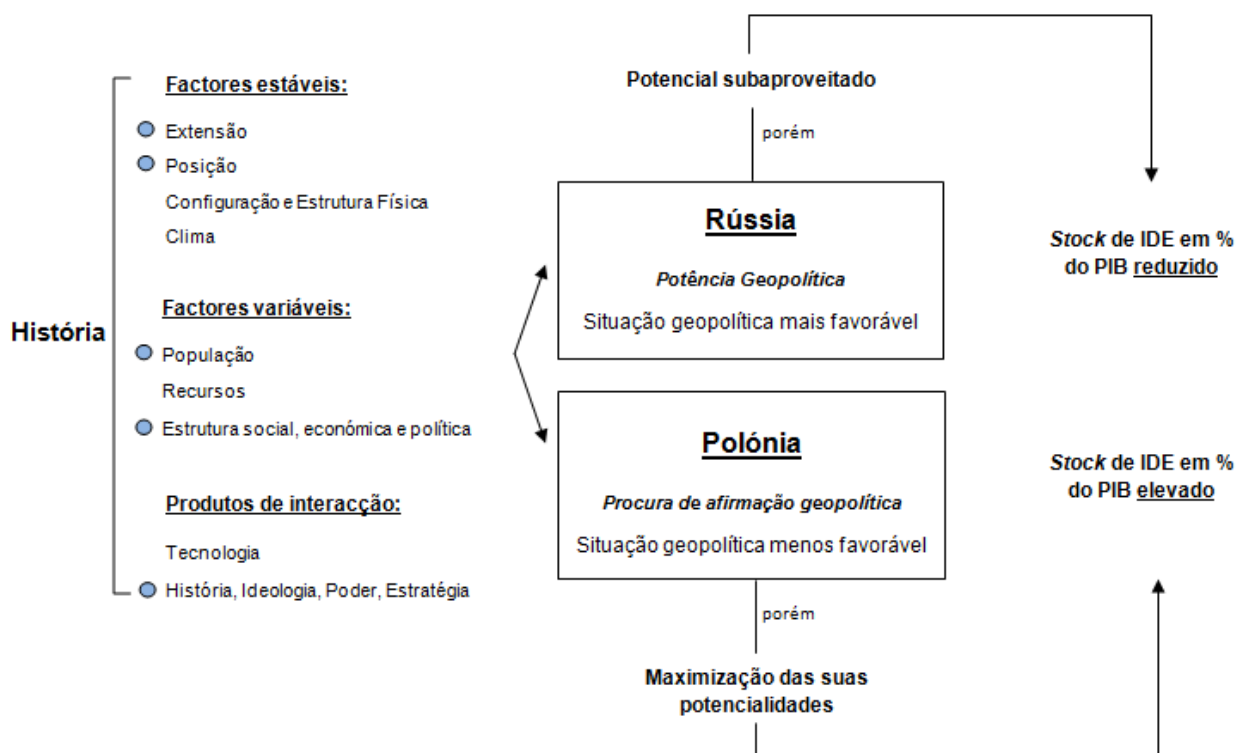


Figura 24: As situações geopolíticas da Rússia e a Polónia e a sua influência no IDE recebido (esquema síntese)

Fonte: Elaboração própria

Legenda ● - Factores geopolíticos com maior impacto no volume de IDE recebido.

Em segundo lugar, as situações geopolíticas da Rússia e da Polónia estão assentes em condições diferentes (*cf.* Figura 24). No que respeita à Rússia e aos seus factores geopolíticos, tudo gravita em torno da ideia da dimensão colossal do território e da sua riqueza natural – *Potência Geopolítica*. Esta ideia é a base de todos os factores geopolíticos estáveis, variáveis e produtos de interacção e atribui à Rússia o estatuto de potência geopolítica afirmado ao longo dos séculos, desde a sua vertente imperial, passando pela União Soviética e até aos nossos dias. O factor ‘Extensão’ comprova, ainda, a premência que o tema da distância física, analisado na revisão de literatura realizada neste trabalho, possui para a perspectiva da gestão internacional. No caso da Polónia, não existindo este favorecimento geopolítico natural, permanece a hipótese de gestão estratégica do território e dos seus recursos (*e.g.* naturais, energéticos, humanos, tecnológicos), com vista a alcançar o maior número de benefícios possíveis – *Procura da afirmação geopolítica*.

Assim, respondendo à questão de investigação, ‘Qual a importância da geopolítica nas decisões de localização internacional?’, podemos afirmar que a situação geopolítica de

um país é premente para a decisão de localização de IDE nele. A ligação entre Geopolítica e *International Business*, testada neste trabalho, é forte e corrobora a revisão da literatura realizada: pela perspectiva geopolítica, confirma a relevância crescente da sua aplicação à área de estudo económica, na forma da Geoeconomia, e da diminuição do poder militar em relação aos meios do comércio argumentada por vários autores (Luttwak, 1990; Duarte, 1997; Eva, 2000; Fernandes, 2002; Couloumbis, 2003; Gagné, 2007; Mercille, 2008); pelo lado da Economia e Gestão Internacional atesta o peso de aspectos sociais, políticos, culturais e institucionais na análise económica, indo além de simples aspectos macroeconómicos e destacando a importância da geografia no contexto actual de Globalização. A *location* e os aspectos distintivos de cada local específico continuam a constituir pilares fulcrais da economia e gestão internacional e do processo de decisão de localização.

Os resultados do nosso estudo vão ao encontro desta argumentação demonstrando, através da análise da Rússia e da Polónia, o quanto pode pesar no processo de decisão de localização internacional as diferenças entre as situações geopolíticas dos dois países e as suas disparidades regionais. Assim, pode ser importante para um decisor de localização de IDE ter conhecimentos de Geopolítica de forma a conhecer melhor o mercado onde pretende investir. A análise geopolítica de um país como a que foi efectuada neste trabalho pode complementar estudos de mercado, pois aprofunda questões essenciais (*e.g.* ligação *espaço – Poder*) para as dinâmicas económicas internacionais.

No que respeita às outras questões formuladas no início do nosso estudo, ‘Qual o factor geopolítico com maior preponderância relativa face ao volume de IDE recebido?’ e ‘Qual a sua influência sobre o volume de IDE?’ as conclusões não são tão lineares. Como vimos no Capítulo 3, existem alguns factores geopolíticos com maior preponderância face ao volume, origem e distribuição do IDE no caso Russo e Polaco como é o caso da ‘Extensão’, ‘Posição’, ‘População’, ‘Estrutura social, económica e política’, ‘História, Ideologia, Poder e Estratégia’ (*cf.* Tabelas 9 e 11 e Tabela 12). Porém, estes variarão inevitavelmente em outros países cuja condição geopolítica será diferente e o seu impacto, positivo ou negativo, estará sempre de acordo com a estratégia aplicada em relação a eles. Como já referimos, atributos geopolíticos mais favoráveis como a existência de uma extensão considerável, uma posição central e

multivectorial, uma configuração e estrutura física pouco inóspita, uma população com qualificações elevadas ou uma estrutura social, económica e política bem organizada só serão validados como atractivos de IDE se forem potencializados como tal e geridos de forma proveitosa. Ou seja, é a forma como os países se posicionam e como gerem a sua situação geopolítica (mais ou menos favorável), potencializando ou não os seus factores, que tem influência no volume de IDE recebido, na sua origem e distribuição (*cf.* Figura 24).

Podemos acrescentar que quando analisamos a geopolítica de um país sob a perspectiva de atractividade de IDE, não existe *a priori* uma relação de proporcionalidade directa entre uma situação geopolítica mais favorável e um maior volume de IDE recebido. Isto é bem claro nos países estudados, já que a melhor situação geopolítica russa face à polaca não faz com que a primeira tenha um rácio do *stock* de IDE em percentagem do PIB maior do que a segunda (*cf.* Figura 24). Desta forma, concluímos que apesar de a Rússia possuir uma situação geopolítica bastante superior em relação à polaca, o seu potencial não está a ser utilizado ao máximo, encontrando-se latente e subaproveitado. Além disso, é a própria postura pragmática da política externa russa, permanência da rigidez de algumas estruturas semelhantes às existentes durante a URSS e a subsistência da corrupção e ambiente de negócios pouco seguro que constrange a maior abertura e torna pouco propícia a entrada de capitais estrangeiros. Já a Polónia potencializa estrategicamente os seus factores geopolíticos, obtendo benefícios de uma situação que à partida se apresentava como menos vantajosa, como foi visível através do seu posicionamento pró-Occidental a partir de 1990, transição da sua estrutura social, económica e política nos moldes democráticos e liberais e abertura ao IDE.

Assim, destaca-se um novo elemento comum entre as disciplinas de Geopolítica e Economia e Gestão Internacional: a estratégia. Tanto na área da política e das Relações Internacionais como nas áreas mais ligadas às Ciências Económicas e da Gestão Internacional, os seus actores principais (*e.g.* Estados ou empresas multinacionais) procuram alavancar o seu Poder ou lucro e “vencer o adversário tendo em conta a situação e os meios disponíveis” (Lacoste, 1988: 8-9). Mais uma vez, a citação deste autor geopolítico Lacoste espelha a força locomotora da acção competitiva da economia, em geral, e da estratégia das empresas multinacionais, em particular. A

estratégia liga as duas áreas académicas tornando-as mais próximas do que aparentam num primeiro olhar.

Em resumo, concluímos que:

1. Existe uma relação forte entre as disciplinas Geopolítica e Economia e Gestão Internacional, baseada no seu campo de estudo comum e no elemento estratégico, comprovada pelos resultados do presente estudo, que acentua a necessidade de uma interdisciplinaridade das disciplinas das áreas das Relações Internacionais e Economia e Gestão Internacional;
2. Verificaram-se conexões entre os vários Factores Geopolíticos de Poder estáveis, variáveis e produtos de interação da Rússia e Polónia e o volume, origem e distribuição de IDE recebido por estes países;
3. Embora os factores geopolíticos 'Extensão', 'Posição', 'População', 'Estrutura social, económica e política', 'História, Ideologia, Poder e Estratégia' sejam os que possuem maior impacto sobre o volume de IDE recebido tanto pela Rússia como pela Polónia (*cf.* Tabelas 12), é a forma como os países os potencializam e gerem a sua situação geopolítica (mais ou menos favorável) que tem influência no volume de IDE recebido, na sua origem e na distribuição regional (*cf.* Figura 24);
4. Não existe, *a priori*, uma relação de proporcionalidade directa entre uma situação geopolítica mais favorável e um maior volume de IDE recebido (*cf.* Figura 24).

Apesar de constituir um contributo inovador para literatura que aborda a ligação Geopolítica – *International Business*, o nosso estudo apresenta algumas limitações que devem ser apresentadas. A primeira limitação nasce da assimetria de quantidade e qualidade de informação relativa à Rússia e à Polónia, o que faz com que a análise da primeira se apresente com um maior grau de detalhe do que a da segunda. A segunda limitação tem origem numa mais-valia do nosso estudo. Por constituir um trabalho muito detalhado e com variadas trajectórias de análise, a formulação da situação geopolítica de um país e a sua relação com os níveis de IDE apresenta-se como um processo moroso. A requisição de uma grande quantidade de informação e disponibilidade de tempo dificulta a sua aplicação prática junto das empresas. Todavia, a possibilidade de partida do presente estudo e formulação um modelo mais prático e

eficiente constitui uma pista de investigação para aqueles que se interessem por estas áreas de estudo.

Referências

- Algieri, B. (2006), "Human capital in Russia", *The European Journal of Comparative Economics*, 3(1), 103-129.
- Anisimov, O. e Reneva, S. (2006), "Permafrost and changing climate: the Russian perspective", *Ambio*, 35(4), 169-175.
- Antrim, C. (2010), "The next geopolitical pivot: the Russian Arctic in the twenty-first century", *Naval War College Review*, 63(3), 15-37.
- Arogyaswamy, B. e Nowak, A. (2009), "High tech and societal innovation in Poland: prospects and strategies", *East-West Journal of Economics and Business*, 12(1), 47-73.
- Asiedu, E. e Esfahani, H.S. (2001), "Ownership structure in foreign direct investment projects," *Review of Economics and Statistics*, 83(4), 647-62.
- As-Saber, S.N., Liesch, P.W. e Dowling, P.J. (2001), "Geopolitics and its impacts on international business decisions: a framework for a geopolitical paradigm of international business", *Working paper series*, 1, University of Tasmania, School of Management.
- Bach, J. e Peters, S. (2002), "The new spirit of German geopolitics", *Geopolitics*, 7(3), 1-18.
- Bassin, M. (2008), "Eurasianism 'Classical' and 'Neo': Lines of Continuity", in *Beyond the Empire: Images of Russia in the Eurasian Cultural Context*, T. Mochizuki (org.), Sapporo: Slavic Research Center, pp. 279-294.
- Bekar, C. e Lipsey, R.G. (2002), "Clusters and economic policy", *Isuma: Canadian Journal of Policy Research*, 3(1), 62-70.
- Bell, J., McNaughton, R. e Young, S. (2001), "Born-again global firms: an extension to the born-global phenomenon", *Journal of International Management*, 7(3): 173-189.
- Bevan, A., Estrin, S. and Grabbe H. (2001), "The impact of EU accession process on fdi inflows to Central and Eastern Europe", *ESRC Policy Papers 06/01*, Brighton: Sussex European Institute.

- Bevan, A., Estrin, S. e Meyer, K. (2004), "Foreign investment location and institutional development in transition economies", *International Business Review*, 13 (1), 43-64.
- Bosker, M., Brakman, S., Garretsen, H. e Schramm, M. (2010), "Adding geography to the new economic geography: bridging the gap between theory and empirics", *Journal of Economic Geography*, 10 (6), 793-823.
- Bradley, F. (1991), *International Marketing Strategy*, Londres: Prentice-Hall.
- Brewer, P. (2001), "International market selection: developing a model from Australian case studies", *International Business Review*, 10 (2), 155-174.
- Brock, J.K.U, Johnson, J.E. e Zhou, J.Y. (2010), "Does distance matter for internationally-oriented small firms?", *Industrial Marketing Management*, 40(3), 384-394.
- Brodin, A. (2003), "Baltic Sea ports and Russian foreign trade - studies in the economic and political geography of transition", *Working Paper series*, 104, University of Göteborg.
- Brouthers, L.E, Mukhopadhyay, S., Wilkinson, T.J. e Brouthers, K.D. (2009), "International market selection and subsidiary performance: A neural network approach", *Journal of World Business*, 44 (3), 262-273.
- Buccellato, T. e Santangelo, F. (2009), "Foreign Direct Investments Distribution in the Russian Federation: Do Spatial Effects Matter?", *Economics Working Paper*, 99, Centre for the Study of Economic and Social Change in Europe, UCL.
- Buckley, P. J. e Ghauri, P. N. (2004), "Globalization, economic geography and the strategy of multinational enterprises", *Journal of International Business Studies*, 35 (2): 81-98.
- Busch, A. (2000), "Unpacking the globalization debate: approaches, evidence and data", in *Demystifying Globalization*, C. Hay e D. Marsh (org.), Basingstoke: Macmillan, pp. 21-48.
- Caitlyn, L.A. (2010), "The next geographical pivot: the Russian arctic in the twenty-first century", *Naval War College Review*, 63 (3), 15-37.
- Campbell, S. (2003), "The enduring importance of national capital cities in the global era", *Urban and Regional Planning Program*, University of Michigan.

- Carstensen, K. e Toubal, F. (2004), "Foreign direct investment in Central and Eastern European countries: a dynamic panel analysis", *Journal of Comparative Economics*, 32(1), 3-22.
- Célerier, P. (1961), *Géopolitique et Géostrategie*, Paris, Presses Universitaires de France.
- Celewicz, M. e Nizioł-Celewicz, M. (2006), "Relations between Poland and its Eastern neighbours after the 1999 NATO enlargement", *UNISCI Discussion Papers*, 10, Universidad Complutense de Madrid.
- Cheremushkin, P. (2003), "Russian-Polish relations: A long way from stereotype to reconciliation", *Intermarium*, 5 (3), 1-30.
- Chetty, S.K. (1999), "Dimensions of internationalization of manufacturing firms in the apparel industry", *European Journal of Marketing*, 33(1-2), 121-142.
- Chetty, S.K. e Campbell-Hunt, C. (2004), "A strategic approach to internationalization: traditional versus a "born global" approach", *Journal of International Marketing*, 1(1), 57-81.
- Chidlow, A. e Young, S. (2008), "Regional determinants of FDI distribution in Poland", *Working Paper*, 943, William Davidson Institute, University of Michigan.
- Chirkova, E. e Bowser, D. (2004), "Corruption in Russian regions", in *Global Corruption Report 2004*, R. Hodess, T. Inowlocki, D. Rodriguez e T. Wolfe (org.), Berlim: Transparency International, pp. 295-297.
- Choe, S. (1992), "Transportation problems and policies in Northeast Asia", *The Northeast Economic Forum*, <http://www.neaef.org/pubs/neaef03/13.Choe.pdf>,
 acedido a 13 de Junho de 2011.
- CIA (2011), "Russia", *The World Factbook*,
<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/rs.html>,
 acedido em 22 de Fevereiro de 2010.
- Cichy, K. e Malaga, K. (2006), "The quantity and quality of human capital in Poland and USA analyzed in the framework of the Manuelli-Seshadri model", *Poznań University of Economics Review*, 6(1), 5-24.

- Clark, G.L., Feldman, M.P. e Gertler, M.S. (2003), “Economic geography: transition and growth”, in *The Oxford Handbook of Economic Geography*, Clark, G.L., Feldman, M.P. e Gertler, M.S. (org.), Oxford: Oxford University Press, pp. 3-17.
- Clément, K. (2008), “New social movements in Russia: a challenge to the dominant model of power relationships?”, *Journal of Communist Studies and Transition Politics*, 24(1), 68 — 89.
- Cohen, S. (2007) *Multinational Corporations and Foreign Direct Investment, Avoiding Simplicity, Embracing Complexity*, Oxford: Oxford University Press
- Cohen, S.B. (2003), *Geopolitics of the World System*, Lanham: Rowman & Littlefield Publishers.
- Correia, P.P. (2004), *Manual de Geopolítica e Geoestratégia - Conceitos, Teorias e Doutrinas*, 1, Coimbra: Quarteto Editora.
- Couloumbis, T.A. (2003), “Toward a global geopolitical and geoeconomic concert of powers?”, in *Strategic Developments in Eurasia After 11 September*, S. Hunter (org.), Londres: Routledge, pp. 17-27.
- Cowen, D. e Smith, N. (2009), “After Geopolitics? From the geopolitical social to geoeconomics”, *Antipode*, 41 (1), 22-48.
- Cravinho, J. (2006), *Visões do Mundo: As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo*, Lisboa: ICS.
- Daniels, J.D. e Radenbaugh, L.H. (2001), *International Business: Environment And Operations*, Londres: Prentice-Hall.
- Dascher, K. (2000), “Are politics and geography related? Evidence from a cross-section of capital cities”, *Public Choice*, 105 (3-4), 373-392.
- Defarges, P.M. (2003), *Introdução à Geopolítica*, Lisboa: Gradiva.
- Deichmann, J.I. (1998), “Foreign direct investment in Poland: sub-national distribution and location factors, 1989-1997”, *Middle States Geographer*, 31, 83-92.
- Demirbag, M., McGuinness, M. e Altay, H. (2010), “Perceptions of institutional environment and entry mode: FDI from an emerging country”, *Management International Review*, 50 (1), 208-240.

- Dereli, P. (2006), *Change and Continuity in Russia's Relations with the United States in Eurasia (2000-2005)*, MS Thesis, Ankara: The Middle East Technical University.
- Dias, C.M. (2006), "O Espaço na Guerra Futura". *Revista Militar*, 2453, 663-699.
- Dias, C.M. (2007), "A vingança de Karl Haushofer", *Geopolítica*, 1, 171-183.
- Dicken, P. (2003), "Places and flows: situating international investment", in *The Oxford Handbook of Economic Geography*, Clark, G.L. Feldman, M.P. e Gertler, M.S. (ed.), Oxford: Oxford University Press, pp. 275-291.
- Douglas, S.P. e Craig, C.S. (1992), "Advances in International Marketing", *International Journal of Research in Marketing*, 9 (4), 291-318.
- Dow, D., e Karunaratna, A. (2006), "Developing a multidimensional instrument to measure psychic distance stimuli", *Journal of International Business Studies*, 37(5), 578-602.
- Drulák, P. (2006), "Between geopolitics and anti-geopolitics: Czech political thought", *Geopolitics*, 11(3), 420-438.
- Duarte, A.S. (1997), "A economia: arma da estratégia", *Nação e Defesa*, 82(2), 139-174.
- Dunning, J.H. (1997), "Governments and the macro-organization of economic activity: an historical and spatial perspective" in *Governments, Globalization and International Business*, J. H. Dunning (org.) Oxford: Oxford University Press, pp. 31-72.
- Dunning, J.H. (1998), "Location and the multinational enterprise: a neglected factor", *Journal of International Business Studies*, 29(1): 45-66.
- Dunning, J.H. (2000), "The eclectic paradigm as an envelope for economic and business theories of MNE activity", *International Business Review*, 9(1): 163-190.
- Ebinger, C. e Zambetakis, E. (2009), "The geopolitics of Arctic melt", *International Affairs*, 85(6), 1215-1232
- ECORYS (2006), *Study on Strategic Evaluation on Transport Investment Priorities under Structural and Cohesion funds for the Programming Period 2007-2013 – Country Report Poland*. Roterdão: ECORYS.

- Efegil, E. (2009), “Regime security vs imperialist geopolitics: which factors dominate the decision making of the Central Asian states?”, *Journal of Central Asian and the Caucasian Studies*, 4(8), 50-70.
- Egger, P. e Winner, H. (2005), “Evidence on corruption as an incentive for foreign direct investment”, *European Journal of Political Economy*, 21(4), 932– 952.
- Ellis, P.D. (2008), “Does psychic distance moderate the market size-entry sequence relationship?”, *Journal of International Business Studies*, 39(3), 351–369.
- Epstein, R. e Sedelmeier, U. (2008), “Beyond conditionality: international institutions in post-communist Europe after enlargement”, *Journal of European Public Policy*, 15(6), 795–805.
- Ersoy, M.B. (2006), *Potential Effects of EU Membership on Turkish Foreign Direct Investment Inflows : Implications of Experiences of Ireland, Spain and Poland*, MSc Thesis, Ankara: Middle East Technical University.
- Eva, F. (2000), “China and Japan: culture, economics, and geopolitics in the quest for a leading international role”, *Geopolitics*, 5(3), 1-21.
- Eyal, G. e Townsley, E. (1995), "The social composition of the communist Nomenklatura: a comparison of Russia, Poland and Hungary", *Theory and Society*, 24(5), 723-50.
- Fabry, N. e Zeghni, S. (2002), “Foreign direct investment in Russia: how the investment climate matters”, *Communist and Post-Communist Studies*, 35(3), 289-303.
- Fedorov, Y. (2000), “Democratization and globalization: the case of Russia”, *Working Paper*, 13, Carnegie Endowment for International Peace.
- Fernandes, J.P.T. (2002), “Da Geopolítica clássica à Geopolítica pós-moderna: entre a ruptura e a continuidade”, *Política Internacional*, 26(2), 161-186
- Freire, M.R. (2008), “As eleições presidenciais na Rússia: continuidade na mudança”, *Occasional Paper*, 32, IPRI.
- Freire, M.R. (2009), “A política externa em transição: o caso da Federação Russa”, *Relações Internacionais*, 23, 75-89.
- Fujita, M. e Thisse, J.F. (1996), “Economics of agglomeration”, *Journal of the Japanese and International Economies*, 10(4), 339-378.

- Fujita, M. e Thisse, J.F. (2003), "Does geographical agglomeration foster economic growth? And who gains and losses from it?", *Japanese Economic Review*, 54(2), 121-145.
- Fujita, M., Krugman, P. e Venables, A.J. (1999), *The Spatial Economy: Cities, Regions and International Trade*, Cambridge: MIT Press.
- Gagné, J.F. (2007), "Geopolitics in a post-Cold War context: from geo-strategic to geo-economic considerations?", *Occasional Paper*, 15, Raoul Dandurand Chair of Strategic and Diplomatic Studies.
- Gati, T. (2008), "Renewable energy in Russia's future", *Journal of Foreign Affairs and International Relations*, 3, 1-7.
- Gauselmann, A., Knell, M. e Stephan, J. (2010), "Investment motives of FDI into central East Europe – an analysis by use of the latest IWH – FDI micro database", *11-th Bi-Annual Conference of European Association for Comparative Economic Studies*, EACES.
- Ghemawat, P. (2001), "Distance still matters - the hard reality of global expansion", *Harvard Business Review*, 79(8), 137-147.
- Globerman, S. e Shapiro, S. (2003), "Governance, infrastructure and US foreign direct investment", *Journal of International Business Studies*, 34(1), 9-39.
- Gordon, I.R. e McCann, P. (2000), "Industrial clusters: complexes, agglomeration and/or social networks?", *Urban Studies*, 37(3), 513-532.
- Grochowski M., Fuhrmann M., Madurowicz M., Pieniazek M., Wilk W. e Zegar T. (2006), "Warsaw metropolitan area in an international relations network", *Miscellanea Geographica*, 12, 215-223.
- Gurbiel, R. (2002), "Impact of innovation and technology transfer on economic growth: the central and Eastern Europe experience", www.eadi.org/fileadmin/WG_Documents/Reg_WG/gurbiel.pdf, acedido em 21 de Maio de 2011.
- Hale, H.E. (2005), "The makeup and breakup of ethnofederal states: why Russia survives where the USSR fell", *Perspectives on Politics*, 3(1), 55-70.
- Hamilton, F.E.I.(1995), "Re-evaluating space: locational change and adjustment in Central and Eastern Europe", *Geographische Zeitschrift*, 83(2), 67- 86.

- Hart, J. e Spero, J. E. (2008), "Globalization and global governance in the 21st century", *Working Paper*, 27, *Project on Globalization and the National Security State*, Research Group in International Security, Université de Montréal / McGill University.
- Haukkala, H. (2003), "The Clash of Boundaries? The European Union and Russia in the Northern Dimension", in *Post Cold War Identity Politics*, M.Lethi e D.Smith (org.), Londres: Frank Cass, pp. 275-297.
- Hedenskog, J. e Oldberg, I. (2002), "Russia's Western border regions: gateways to Europe?", *Acta Slavica Iaponica*, 19, 71-83.
- Hendrickson, G.B. (2005), "The future of NATO-Russia relations: or, how to dance with a bear and not get mauled", *Occasional Paper*, Washington: The Atlantic Council of the United States.
- Henisz, W.J. (2000), "The institutional environment for multinational investment", *Journal of Law, Economics and Organization*, 16(2), 334-364.
- Hofstede, G. (1980), *Culture's Consequences: International Differences in Work Related Values*, Beverly Hills: Sage.
- Holmes, T.J. (1998), "The effect of state policies on the location of manufacturing: evidence from state borders", *Journal of Economic Geography*, 106(4): 667-705.
- Hunter, R. e Ryan, L.V (2009), "Poland in 1989: enter Tadeusz Mazowiecki and the creation of the Balcerowicz Plan", *Research Journal of International Studies*, 11, 31-39.
- Hunter, R.J. (2010), "Katyn: old issues threaten Polish-Russian economic and political relations", *European Journal of Social Sciences*, 17(2), 288-297.
- Ietto-Gillies, G. (2005), *Transnational Corporations and International Production: Concepts, Theories and Effects*, Cheltenham: Edward Elgar.
- Intriligator, M.D. (2004), "Globalization of the world economy: potential benefits and costs and a net assessment", *Journal of Policy Modeling*, 27(1), 485-498.
- Ivakhnyuk, I. (2006), "Brain Drain from Russia: in search for a solution", *Reports&Analyses*, 15/06, Varsóvia: Center For International Relations.
- Ivanova, O., Toikka, T. e Hilmola, O.P. (2006), "Eurasian container transportation market: current status and future development trends with consideration of

- different transportation modes”, *Research Report*, 179, Lappeenranta University of Technology.
- Iwasaki, I. e Suganuma, K. (2005), “Regional distribution of foreign direct investment in Russia”, *Post-Communist Economies*, 17(2), 153-172.
- Jenkins, M. e Tallman, S. (2010), “The shifting geography of competitive advantage: clusters, networks and firms”, *Journal of Economic Geography*, 10(4), 599-618.
- Jensen, C. (2006), “Foreign direct investment and economic transition: panacea or pain killer?”, *Europe-Asia Studies*, 58(6), 881-902.
- Jeong, B., Kejak, M. and Vinogradov, V. (2008), ”Changing composition of human capital: the Czech Republic, Hungary and Poland”, *Economics of Transition*, 16(2), 247–271.
- Jiménez, E.M. (2002), “Glocalization: new theoretical approaches to regional (subnational) development in the context of economic integration and globalization”, *Integration & Trade*, 6(16): 199-231.
- Jovanović, M.N. (2003a), “Local vs global location of firms and industries”, *Journal of Economic Integration*, 18(1): 60-104.
- Jovanović, M.N. (2003b), “Spatial location of firms and industries: an overview of theory”, *Economia Internazionale*, 56(1): 23-81.
- Kämärä, A. (2010), *Russian Port and Railway Sectors: Development in 2008–2009*, Centre for maritime studies, Turku: University of Turku.
- Kampula, T., Pajunen, A., Kaarlejärvi, E., Forbes, B.C. e Stammner, F. (2011), “Land use and land cover change in Arctic Russia: ecological and social implications of industrial development”, *Global Environmental Change*, In Press, DOI 10.1016/j.gloenvcha.2010.12.010.
- Karhunen, P. e Ledyeva, S. (2011), “Regional variation in democracy and corruption within a large transition country and location decisions of foreign investors of different country-of-origin: the case of Russia”, *Discussion Paper*, 318, Helsinki: University of Helsinki.
- Kashin, K.D. (2010), *Welfare impact of foreign direct investment in Russia: do the poor benefit?*, Economics Honors Thesis, Rhode Island: Brown University.

- Khadaroo, A.J. e Seetanahb, B. (2007), “Transport infrastructure and FDI: lessons from Sub Saharan African Economies”, *Paper presented at the African Economic Conference (AEC)*, Addis Ababa: UN Conference Centre.
- Kingkade, W.W. (1997), *Population Trends: Russia*, Washington: United States Bureau of the Census.
- Kirkmann, B.L., Lowe, K.B., e Gibson, C.B. (2006), “A quarter century of culture's consequences: A review of empirical research incorporating Hofstede's cultural values framework”, *Journal of International Business Studies*, 37(3), 285–320.
- Knickerbocker, F.T. (1973), *Oligopolistic Reaction and Multinational Enterprise*, Cambridge: Harvard University Press.
- Kolasa, M. (2008), “Productivity, innovation and convergence in Poland”, *Economics of Transition*, 16(3), 467-501.
- Kömen, J. (2009), “EU-Russia relations- Where are we now?”, *Euro-Power*, http://www.euro-power.eu/pdf/EP0043_KOM0001_03.2009.pdf, acedido em 7 de Dezembro de 2010.
- Komornicki, T. (2005), “Specific institutional barriers in transport development in the case of Poland and other central European transition countries”, *IATSS Research*, 29(2), 50-58.
- Kornecki, L. (2010), “FDI in Central and Eastern Europe: business environment and current FDI trends in Poland”, *Research in Business and Economics Journal*, 3, 1-12.
- Kotler P., Jatusripitak, S. e Maesinncee, S. (1997), *The Marketing of Nations*, New York: The Free Press.
- KPMG (2010), *Investment in Poland*. Varsóvia: KPMG.
- Krugman, P. (1991), “Increasing returns and economic geography”, *Journal of Political Economy*, 99(3), 483-499.
- Krugman, P. (1998), “What’s new about the new economic geography?”, *Oxford Review of Economic Policy*, 14(2): 7-17.
- Kurecic, P. (2008), “NATO enlargement: A ‘geopolitical victory’ of the United States in the Post-Cold War era? Results and perspectives”, *Hrvatski Geografski Glasnik*, 70(1), 25-42.

- Kusznir, J. e Pleines, H. (2008), “The Russian oil industry between foreign investment and domestic interests”, in *Russia’s Energy Sector between Politics and Business*, R. Orttung, J. Perovic, H. Pleines, H.H.Schröder (org.), *Working Papers*, 92, Bremen: Research Centre for East European Studies, pp. 31-33.
- Kuzminov, Y. (2004), “Challenges and opportunities of education reforms: the case of Russia”, *Paper for the OCDE 2004 General Conference*, Paris: OCDE.
- Laaksonen, E. (2010), “Political risks of foreign direct investment in the Russian gas industry – The Shtokman gas field project in the Arctic Ocean”, *Electronic Publications of Pan-European Institute*, 14, Turku: Turku School of Economics.
- Lacoste Y. (1988), *Questions de Géopolitique : l'Islam, la Mer, l'Afrique*, Paris: Le Livre de Poche.
- Lansbury, M., Pain, N. e Smidkova, K. (1996). “Foreign direct investment in Central Europe since 1990: an econometric study”, *National Institute Economic Review*, 156, 104–113.
- Larrabee, S.F. (2010), “Russia, Ukraine and Central Europe: the return of geopolitics”, *Journal of International Affairs*, 63(2), 33-52.
- Larsson, R.L. (2006), *Russia’s Energy Policy: Security Dimensions and Russia’s Reliability as an Energy Supplier*, Estocolmo: FOI- Swedish Defence Research Agency.
- Ledyeva, S. (2009), “Spatial econometric analysis of FDI in Russian regions”, *The World Economy*, 32(4), 643-666.
- Ledyeva, S., Karhunen, P. e Kosonen, R. (2010), “Location choice of Chinese, Japanese and the US FDI in Russia: do cross-country agglomeration effects matter?”, *Nordic Conference in Development Economics 2010*, HECER e UNU-WIDER.
- Legvold, R. (2001), “Russia’s unformed foreign policy”, *Foreign Affairs*, 80 (5), 62-75.
- Levin, M. e Satarov, G. (2000), “Corruption and institutions in Russia”, *European Journal of Political Economy*, 16(1), 113–132.
- Levitsky, S. e Way, L.A (2005), “Ties that bind? Leverage, linkage, and democratization in the Post-Cold War world”, *International Studies Review*, 7(3), 519–524.

- Levitt, T. (1983), "The globalization of markets", *Harvard Business Review*, 61(3): 92-102.
- Lim, K.H., Leung, K., Sia, C.L. e Lee, M.K.O. (2004) "Is e-commerce boundary-less? Effects of individualism-collectivism and uncertainty avoidance on Internet Shopping", *Journal of International Business Studies*, 35(6), 545-559.
- Limao, N. e A.J., Venables (2001), Infrastructure, geographical disadvantage, transport costs and trade, *World Development Economic Review*, 15(3), 451-479.
- Liuhto, K. (2007), "Kaliningrad, an attractive location for EU investors", *Electronic Publications of Pan-European Institute*, 1, Turku School of Economics.
- Liuhto, K. (2009), "Russia's innovation reform - the current state of the special economic zones", *Review of International Comparative Management*, 10(1), 85-94.
- Luttwak, E. (1990), "From geopolitics to geo-economics: logic of conflict, grammar of commerce", *The National Interest*, 20: 17-23.
- MacCann, P. e Mudambi, R. (2004), "The location behavior of the multinational enterprise: some analytical issues", *Growth and Change*, 35(4), 491-524.
- Malmberg, A., Sölvell, O. e Zander, I. (1996), "Spatial clustering, local accumulation of knowledge and firm competitiveness", *Geografiska Annaler*, 78 B(2), 85-97.
- Markku, T. (2010), *The EU's Border with Russia – From 'Frontier' to 'Boundary': Imperial Metaphor, the Baltic Sea Region and the External Borders of the European Union*, MS Thesis, Berlim: Europa-Universität Viadrina Frankfurt e Adam Mickiewicz University.
- Martin, R. e Sunley, P. (2003), "Deconstructing clusters: chaotic concept or policy panacea?", *Journal of Economic Geography*, 3(1), 5-35.
- Martyanova, N. (2010), *Foreign Direct Investment and corruption*, PhD Thesis, Aston: Aston University.
- Maskell, P. (2001), "Towards a knowledge-based theory of the geographical cluster", *Industrial and Corporate Change*, 10(4), 921-943.
- Mellinger, A.D., Sachs, J.D. e Gallup, J.L. (2003), "Climate, coastal proximity and development", in *The Oxford Handbook of Economic Geography*, G.L. Clark, M.P. Feldman e M.S. Gertler (org.), Oxford: Oxford University Press. 169- 194.

- Mercille, J. (2008), "The radical geopolitics of US foreign policy: geopolitical and geoeconomic logics of power", *Political Geography*, 27(5), 570-586.
- Meyer, K.E. (2001), "Institutions, transaction costs and entry mode choice", *Journal of International Business Studies*, 31(2), 257-267.
- Michalak, W. (1993), "Foreign direct investment and joint ventures in East-Central Europe: a geographical perspective", *Environment and Planning, A* 25(11), 1573-1591.
- Michalska, I. (2009), *The Foreign Direct Investment Environment in Poland*. Cracovia: NYKTO.
- Michta, A. (2004), "Central Europe and the Baltic littoral in NATO", *Orbis*, 48(3), 409-421.
- Mikolaj, H. (2004), "Human capital formation in Poland: where does educational quality come from?", *MPRA Paper*, 6001, Trieste: Università Degli Studi Di Trieste.
- Minifie, J. R., West, Vicki (1998), "A small business international market selection model", *International Journal of Production Economics*, 56-57(1): 451-462.
- Lautso, K., Venäläinen, P., Lehto, H. (2005), *Transport connections between the EU and Russia: Current status and outlook for the future*, Helsinki: Ministry of Transports and Communications of Finland.
- Mitropolitski, S. (2007), *Explaining political regime diversity in post-communist states: an evaluation and critique of current theories*, MS Thesis, Montreal: Université McGill.
- Molchanov, M.A. (2005), "Russia and Globalization", *Perspectives on Global Development and Technology*, 4(3-4), 397-498.
- Morgenthau, H. (1946), *Scientific Man versus Power Politics*, Chicago: University of Chicago Press.
- Morozova, N. (2009), "Geopolitics, Eurasianism and Russian foreign policy under Putin", *Geopolitics*, 14(4), 667-686.
- Mudambi, R. (2002), "The location decision of the multinational enterprise", in *Industrial Location Economics*, P. McCann, (org.), Cheltenham: Edward Elgar, pp. 263-285.

- Mudambi, R. e Navarra, R. (2002), “Institutional and international business: a theoretical overview”, *International Business Review*, 11(6), 635-646.
- Neumann, I. (1997), “The geopolitics of delineating ‘Russia’ and ‘Europe’: the creation of the ‘other’ Europe and Russia tradition, in *Geopolitics in Post-Wall Europe*, O. Tunander, P. Baev e V.I. Einagel (org.), Oslo: International Peace Research Institute, pp. 147- 173.
- O’Farrell, P. e Wood, P. (1994), “International market selection by business service firms: key conceptual methodological issues”, *International Business Review*, 3(3), 243–261.
- OCDE (2004), *OECD Science, Technology and Industry Outlook 2004 - Country Response to Policy Questionnaire*. Paris: OCDE Publishing.
- OCDE (2008), *OECD Science, Technology and Industry Outlook 2008*. Paris: OCDE Publishing.
- OCDE (2010), *OECD Science, Technology and Industry Outlook 2010*. Paris: OCDE Publishing.
- OCDE (2011), *Economic Policy Reforms 2011: Going for Growth*. Paris: OCDE Publishing.
- Ohmae, K. (1990), *The Borderless World: Power and Strategy in the Interlinked Economy*, New York: The Free Press.
- Ohmae, K. (1995), *The End of the Nation State: The Rise of Regional Economies*. New York: The Free Press.
- Oliver, C. (1997), “Sustainable competitive advantage: combining institutional and resourced-based views”, *Strategic Management Journal*, 18(9), 697-713.
- Oliveira, F. e Avellar, A. (2009), “Análise do desenvolvimento tecnológico do Brasil, Rússia, Índia e China (BRIC): mapeamento dos indicadores de ciência, tecnologia e inovação”, <http://www.seer.ufu.br/index.php/horizontecientifico/article/viewFile/4384/3215>, acessado em 13 de Junho de 2011.
- Ortung, R. (2006), “Causes and consequences of corruption in Putin’s Russia”, *PONARS Policy Memo*, 430, Washington: Center for Strategic and International Studies.

- Osipian, A. (2005), "Measurements of inequalities in access to higher education: case of the Russian Federation", *MPRA Paper*, 8460, Munich: University Library of Munich.
- Oxley, J.E. (1999), "Institutional environment and the mechanisms of governance: the impact of intellectual property protection on the structure of inter-firm alliances", *Journal of Economic Behavior and Organization*, 38(3), 283-310.
- Ozbay, F. e Aras, B. (2008), "Polish-Russian relations: history, geography and geopolitics", *East European Quarterly*, 42(1), 27-42.
- Pastore, F. (2005), "To study or to work? Education and labour market participation of young people in Poland", *IZA Discussion Paper*, 1793, Seconda Università di Napoli.
- Pechlivanidou, A. (2005), *Russian Crude Oil Pipelines and Their Impact on Tankers Demand*, MSc Thesis, Roterdão: Erasmus University Rotterdam.
- Peng, M. (2009), *Global Strategic Management, International Edition*, Ohio: South-Western.
- Perovic, J. e Orttung, R. (2006), "Introduction", in *Russia's energy sector between politics and business*, Perovic, H. Pleines, H.H.Schröder (org.), *Working Papers*, 92, Bremen: Research Centre for East European Studies, pp. 31-33.
- Pirani, S. (2009), "The Russo-Ukrainian gas dispute, 2009", *Russian Analytical Digest*, 53, 2-8.
- Polish Information and Foreign Investment Agency (2010), "Foreign direct investments in Poland", http://www.paiz.gov.pl/poland_in_figures/foreign_direct_investment, acedido em 27 de Abril de 2011.
- Porter, M. E. (1994), "The role of location in competition", *Journal of the Economics of Business*, 1 (1): 35-39.
- Porter, M.E. (1998a), "Clusters and the new economics of competition", *Harvard Business Review*, 76(6), 77-90.
- Porter, M.E. (1998b), "The Adam Smith address: location, clusters, and the "new" microeconomics of competition", *Business Economics*, 33(1), 7-14.
- Porter, M.E. (1998c), *The Competitive Advantage Of Nations: With A New Introduction*, Houndmills: Palgrave.

- Pursiainen, C. e Medvedev, S. (2005), *Towards the Kaliningrad Partnership in EU-Russia Relations: a Road Map into the Future*, Moscovo: Russian-European Centre for Economic Policy.
- Pynnöniemi, K. (2008), "Infrastructure in Russia from modernization to development: fact and fiction", *Briefing Paper*, 16, The Finnish Institute of International Affairs.
- Rahman, S.H. (2006), "International market selection process: an investigation of the relevance of business operating environment", *Journal of International Business Research*, 5(1), 73-86.
- Rangsimaporn, P. (2006), "Interpretations of eurasianism: justifying Russia's role in East Asia", *Europe – Asia Studies*, 58(3), 371-389.
- Rashnikov, V. e Morozov, A. (2004), "The Magnitogorsk metallurgical combine in the Russian economy", *Problems of Economic Transition*, 47(3), 93–100.
- Ratzel, F. (1897), *Géographie Politique*, Paris: Economica.
- Rawat, R. (2005), "Capital city relocation: global-local perspectives in the search for an alternative modernity", *Unpublished Paper*, York University, Toronto.
- Reeves, C. (2010), "Reopening the wounds of history? The foreign policy of the 'fourth' Polish Republic", *Journal of Communist Studies and Transition Politics*, 26(4), 518 - 541.
- Retaillé, D. (2010), "Geopolitics in History", *Geopolitics*, 5(2), 35-51.
- Ricardo, D. (1817), *On the Principles of Political Economy and Taxation*. Londres: John Murray.
- Rugman, A. (1976), "Risk reduction by international diversification", *Journal of International Business Studies*, 7(2), 75-80.
- Rykhtik, M. (2009), "The geopolitics of resurgent Russia: how Medvedev's Russia sees the World", *Program on New Approaches to Research and Security in Eurasia*, Policy Memo, 60, Washington: The George Washington University.
- Santos, E. (2008), "A geopolítica russa: de Pedro "o Grande" a Putin, a "Guerra-Fria", o eurasianismo e os recursos energéticos", *Revista Militar*, 2473/2474.
- Sanyal, R. (2008), "Effect of perception of corruption on outward US foreign direct investment", *Global Business and Economics Review*, 10(1), 123-140.

- Sberegayev, N. (2005), "Some characteristics of Kaliningrad region's investment potential", *Engineering Economics*, 3(43), 61-66.
- Schoenberger, E. (2003), "The management of time and space", in *The Oxford Handbook of Economic Geography*, G. L. Clark, M. P. Feldman e M. S. Gertler (org.), Oxford: Oxford University Press, pp. 317-332.
- Sekkat, K. e Veganzones-Varoudakis, M., (2004), "Trade and foreign exchange liberalisation, investment climate and FDI in the MENA countries". *Working Papers*, 5-6, DULBEA, Université libre de Bruxelles.
- Selezneva, L. (2003), "Post-soviet Russian foreign policy: between doctrine and pragmatism", in *Realignments in Russian Foreign Policy*, Fawn, R. (org.), Londres: Frank Cass, pp. 10-28.
- Sethi, D. (2007), "The impact of geopolitical factors on international business", *Paper for the International Academy of Business and Economics (IABE) Annual Conference*, Las Vegas: IABE.
- Shields, S. (2004), "Global restructuring and the Polish state: transition, transformation, or transnationalization?", *Review of International Political Economy*, 11(1), 132-154.
- Sinnathamby, A. e Czernicka, J. (2009), *Foreign Direct Investment in Poland: Key Determinants and the Impact of Poland's Accession to European Union*, MSc Thesis, Aarhus: Aarhus School of Business.
- Sivakumar, K. e Nakata, C. (2001), "The stampede toward Hofstede's framework: avoiding the sample design pit in cross-cultural research", *Journal of International Business Studies*, 32(3), 555-574.
- Smith, A. (1776), *An Inquiry into the Natures and Causes of the Wealth of the Nations*, Londres: W. Strahan and T. Cadell.
- Smolentseva, A. (2007), "Russia", *International Handbook of Higher Education*, J. Forest, J.F. James e P. G Altbach (org.), Vol. 18, Parte II, pp. 951-969.
- Smorodinskaya, N. (2001), *Kaliningrad Exclave: Prospects for Transformation into a Pilot Region*, Nova York: Institute of Economics RAS, East West Institute.
- Soboleva, S.V. (2006), "To save Siberia from depopulation", *Problems of Economic Transition*, 48(11), 77-91.

- Solomonov, D. (2007), *Relationships between Hofstede's Cultural Dimensions and Negotiation Strategies: Negotiations between Danish and Russian Companies*, MSc Thesis, Aarhus: Aarhus University.
- Spagat, M. (2002), "Human capital and the future of transition economies", *CEPR Discussion Paper*, 3517, University of London, Department of Economics.
- Spagat, M., Overland, J. e Fan, C.S. (1999), "Human capital, growth and inequality in Russia", *Journal of Comparative Economics*, 27(4), 618-643.
- Spencer, T., Korpoo, A., Lang, K.O. e Kremer, M. (2011), "Linking an EU emission reduction target beyond 20 % to energy security in Central and Eastern Europe", *Working Paper*, 69, Hensínquia, The Finnish Institute of International Affairs.
- Stadtmuller, H.E. (2001), "The issue of NATO enlargement in Polish – Russian relations (final report for NATO fellowship, 2000-2001)", <http://www.nato.int/acad/fellow/99-01/stadtmuller.pdf>, acedido em 7 de Dezembro de 2010.
- Startsev, Y. (1999), "Gubernatorial politics in Sverdlovsk oblast", *Post-Soviet Affairs* 15(4), 336-61.
- Stepanov, A. (2003), *Support To Transforming The Kaliningrad Oblast Into A Pilot Region Of Russian-EU Cooperation*, Caliningrado: EastWest Institute.
- Stone, S. (2010), "Gas & geopolitics: the foreign policy implications of energy import dependency", *CISAC Reports Series*, Stanford: Center for International Security and Cooperation.
- Strange, S. (1970), "International economics and international relations: a case of mutual neglect", *International Affairs*, 46(2): 304-315.
- Stratfor (2009), "Poland: The Geopolitical Significance of Poland", in http://www.stratfor.com/memberships/146035/analysis/20090923_poland_geopolitical_significance_poland, acedido a 22 de Maio de 2011.
- Stuczyński, T., Demidowicz, G., Deputat T., Górski, T., Krasowicz e Kuś, J (2000), "Adaptation scenarios of agriculture in Poland to future climate changes", *Environmental Monitoring and Assessment*, 61(1), 133-144.
- Szwed, M., Karg, M., Pińskwar, I., Radziejewski, M., Graczyk1, D., Kędziora, A. e Kundzewicz, Z.W. (2010), "Climate change and its effect on agriculture, water

- resources and human health sectors in Poland”, *Natural Hazards and Earth System Sciences*, 10, 1725-1737.
- Taler, J.; Wegloski, B.; Cebula, A. (2007), “An assessment of Polish power”, *Modern Power Systems*, 27(5), 13-17.
- Trenin, D. (2000), “Russian Chinese Relations: A Study in Contemporary Geopolitics”, in *Jahrbuch für internationale Sicherheitspolitik*, E.Reiter (org.), Hamburgo-Berlim-Bona: Verlag E.S.Mittler & Sohn GmbH, pp. 913-927.
- Tsuji, H. (2005), “International container transport on the Trans-Siberian Railway continued to increase in 2004”, *ERINA Report*, 63, The Economic Research Institute for Northeast Asia.
- Tsygankov, A. (2003), “Mastering space in Eurasia: Russia’s geopolitical thinking after the Soviet break-up”, *Communist and Post-Communist Studies*, 36(1), 101-127.
- Tsygankov, A. (2006), “Lessons from Studying Russia”, in *Russia’s Foreign Policy Change and Continuity in National Identity*, A. Tsygankov (org.) Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, pp. 167-188.
- Tuathail, G.O. e Toal, G. (1994), “Problematizing Geopolitics: survey, statesmanship and strategy”, *Transactions of the Institute of British Geographers*, 19(3), 259-272.
- Tucker, J.A. (2010), “Polish public opinion towards Russia in the aftermath of Smolensk: an opportunity for improved relations”, *Ponars Eurasia Policy Memo*, 111, Washington: Institute for European, Russian and Euroasian Studies, The George Washington University.
- Umbach, F. (2004), “The wounded bear and the rising dragon. The Sino-Russian relationship at the beginning of the 21st century: a view from Europe”, *Asia Europe Journal*, 2(1), 43-62.
- UNCTAD (2002), “FDI statistics: search by country/economy”, <http://www.unctad.org/templates/page.asp?intItemID=3198&land=1>, acedido em 15 de Fevereiro de 2010.
- UNCTAD (2003), *FDI in Landlocked Developing Countries at a Glance*, Division on Investment, Technology and Enterprise Development, New York and Geneva: UNCTAD.

- UNCTAD (2009), “Key data from WIR annex tables”, <http://www.unctad.org/Templates/Page.asp?intItemID=3277&lang=1>, acessado em 14 de Fevereiro de 2011.
- UNCTAD (2010), “World Investment Report 2010”, *United Nations Conference on Trade and Development*, Geneva: United Nations.
- Unge, W., Zamarlik, M., Maczka, M., Fudala, P., Tobyczny, M. e Wojcieszak, L. (2006), *Polish-Russian Relations in an Eastern Dimension Context*, Estocolmo: FOI- Sweden Defence Research Agency.
- Ürge-Vorsatz, D., Miladinovab, G. e Paizs, L. (2006), “Energy in transition: from the iron curtain to the European Union”, *Energy Policy*, 34(15), 2279-2297.
- Uyanaev, S. (2007), “Transport routes across Asia: how important they are to Russia, China, and India”, *Far Eastern Affairs*, 35(2), 14-22.
- Venables, A. J. (1994), “Economic integration and industrial agglomeration”, *Economic and Social Review*, 26(1), 1-17.
- Venables, A. J. (1998), “The assessment: trade and location”, *Oxford Review of Economic Policy*, 14(2): 1-6.
- Vernon, R. (1966), “International investment and international trade in the product cycle”, *The Quarterly Journal of Economics*, 80(2): 190-207.
- Vesentini, J. W. (2007), *Novas Geopolíticas*, São Paulo: Contexto.
- Vitunic, B. (2003), “Enclave to exclave: Kaliningrad between Russia and the European Union”, *InterMarium Online Journal*, 6(1), www.columbia.edu/cu/sipa/REGIONAL/ECE/vol6nol/enclave.pdf, acessado a 7 de Fevereiro de 2010.
- Walkenhorst P. (2004), “Economic transition and the sectoral patterns of foreign direct investment”, *Emerging Markets Finance and Trade*, 40(2), 5-26.
- Wei, S.J. (2000), “How taxing is corruption on international investors?”, *The Review of Economics and Statistics*, 82(1), 1-11.
- Wilkoszewski, H. e Münch, U. (2006), “Demographic change and the balance of power in Europe: Will population trends translate into new political conflicts?”, *Paper for the ASEN conference ‘Political Demography: Ethnic, National and Religious Dimensions’*, Londres: LSE.

- Wishnick, E. (2002), "Chinese migration to the Russian Far East: a human security dilemma" in *Human Flows across National Borders in Northeast Asia*, Akaha, T. (org.), Seminar Proceedings, Monterey: Center for East Asian Studies, pp-153-163.
- Wisniewski, A. (2004), "The impact of foreign direct investment on regional development in Poland", *EURECO Working Paper*, 4, Institute for World Economics of the Hungarian Academy of Science.
- Woehrel, S. (2009), "Russian energy policy toward neighboring countries", *CRS Report for Congress*, RL34261, Congressional Research Service.
- Wolfel, R. L. (2002), "North to Astana: Nationalistic Motives for the Movement of the Kazakh Capital", *Nationalities Papers*, 30(3), 485-506.
- Yin, R.K. (2004), *The Case Study Anthology*, Londres: SAGE.
- Yiu, D. e Makino, S. (2002), "The choice between joint venture and wholly owned subsidiary: an institutional perspective", *Organization Science*, 13(6), 667-683.
- Zabanova, Y. (2007), *Energy as a Contested Domain: Explaining Russia's Policy Toward Foreign Direct Investment in The Energy Sector*, MA Thesis, Budapeste: Central European University.
- Zaslávskaja, T.I (1996), "Estrutura social da sociedade russa contemporânea", *Estudos Avançados*, 10(28), 55-82.
- Zimny, Z. (2010), "Inward FDI in Poland and its policy context", *Country profiles of inward and outward foreign direct investment*, Columbia: Vale Columbia Center on Sustainable International Investment.
- Zorska, A. (2005), "Foreign direct investment and transformation: evolution and impacts in the Polish economy", *Eastern European Economics*, 43(4), 52-78.

Anexos

Country	number of companies	Initial capital (in million PLZ)	% share in total foreign initial capital
TOTAL	x	90884,0	100,00%
EU countries	11629	76875,1	84,59%
OECD countries	13755	89405,2	98,37%
Netherlands	1487	21643,0	23,81%
France	844	18015,2	19,82%
Germany	5386	17259,6	18,99%
USA	770	6666,0	7,33%
Great-Britain	573	4777,9	5,26%
Sweden	576	3089,3	3,40%
Denmark	468	2920,7	3,21%
Belgium	397	2412,9	2,65%
South-Korea	48	2382,9	2,62%
Italy	703	2368,1	2,61%
Austria	620	1435,1	1,58%
Switzerland	362	1407,6	1,55%
Luksemburg	219	1325,0	1,46%
Spain	122	970,6	1,07%
Norway	181	614,1	0,68%
Cyprus	97	608,8	0,67%
the Czech Rep.	288	453,1	0,50%
Canada	115	384,8	0,42%
Finland	122	367,1	0,40%
Hungary	60	277,6	0,31%
Lichtenstein	76	173,6	0,19%
Japan	48	151,3	0,17%
Ireland	49	123,6	0,14%
Greece	42	102,2	0,11%
Slovakia	53	86,8	0,10%
Croatia	13	75,8	0,08%
Singapur	10	67,8	0,07%

Fonte: Wisniewski (2004)